

ISSN 0100-199X

# **bib**

**BOLETIM INFORMATIVO E BIBLIOGRÁFICO  
DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**ÓRGÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO  
E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

# **11**

**Neste número:  
Educação e Sociedade no Brasil  
Habitação no Brasil**

O BIB – Boletim Bibliográfico e Informativo de Ciências Sociais (ISSN 0100-199X) é uma publicação, semestral, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais destinada a estimular o intercâmbio e a cooperação entre as instituições de ensino e pesquisa em ciências sociais no país. O BIB é editado sob a orientação de um Editor, um Editor Adjunto e um Conselho Editorial composto de profissionais em ciências sociais de várias instituições do país.

*Editor*

Renato Boschi (IUPERJ)

*Editor Adjunto*

Charles Pessanha (IUPERJ)

*Conselho Editorial*

Fábio Wanderley Reis (UFMG)

Ruben George Oliven (UFRGS)

Ruth Cardoso (USP)

Silke Weber (UFPe)

*Secretária*

Maria Elizabeth R. Cobra

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em

Ciências Sociais

Editoria do BIB

Rua da Matriz, 82, Botafogo

22260 – Rio de Janeiro RJ

Composição e Impressão

Gráfica Portinho Cavalcanti Ltda.

Rua Irineu Marinho, 30, s/loja 206

Rio de Janeiro – RJ

ISSN 0100-199X

# **bib**

**BOLETIM INFORMATIVO E BIBLIOGRÁFICO  
DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

ÓRGÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO  
E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

# **11**

## S U M Á R I O

1	PERFIL INSTITUCIONAL	
	Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná . . . . .	5
2	RESENHA BIBLIOGRÁFICA	
	Educação e Sociedade no Brasil/ <i>Luiz Antônio Cunha</i> . . . . .	7
	Habitação no Brasil: Uma Introdução à Literatura Recente/ <i>Lícia do Prado Valladares</i> e <i>Ademir Figueiredo</i> . . . . .	25
3	TESES E DISSERTAÇÕES . . . . .	51
4	PESQUISAS EM ANDAMENTO . . . . .	59
5	NOTICIÁRIO . . . . .	63

(Lista de abreviaturas usadas na p. 62)



· Colaboram neste número:

*Ademir Figueiredo*, pesquisador assistente do Iuperj, com recursos institucionais – Convênio Iuperj/Finep e aluno do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ.

*Lícia do Prado Valladares*, professora do Iuperj, é autora de *Passa-se uma Casa* (2.<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1980) e organizadora de *Habitação em Questão* (Rio, Zahar, 1980).

*Luiz Antônio Cunha*, professor do IESAE da Fundação Getúlio Vargas e pesquisador do Centro João XXIII.

## PERFIL INSTITUCIONAL\*

### Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná

Criado em 1972, o curso de Mestrado em História oferece áreas de concentração em História Demográfica, História Econômica e História Social. O curso de Doutorado (recém implantado) terá inicialmente a História Demográfica como área de concentração.

O quadro atual do corpo docente dos Cursos de Pós-Graduação em História é constituído primordialmente por professores da Universidade Federal do Paraná, sendo onze doutores, quatro doutorandos aos quais falta apenas a defesa de tese, e oito mestres, seis dos quais cursando créditos de doutoramento. Assim, o programa funciona com base na massa crítica estável do próprio Departamento de História, bem como no intercâmbio didático e científico regular que mantém com outros centros de ensino e pesquisa, no País e no Exterior, recebendo sistematicamente dois ou três professores visitantes por semestre, brasileiros e estrangeiros.

O Mestrado tem mantido bom nível de produtividade, havendo já formado e diplomado 45 Mestres, sendo 23 na opção História Demográfica; 19 na opção História Econômica e 3 na opção História Social, procurando cumprir os objetivos de qualificação de professores para o magistério superior e também a formação de pesquisadores para o trabalho científico na área de História.

#### *Estrutura do Curso*

Os Cursos de Pós-Graduação em História tem como finalidade desenvolver a capacidade individual em pesquisas na área de História e

colaborar para a formação de pessoal que se destina ao magistério superior e à pesquisa. A institucionalização do programa em dois níveis, Mestrado e Doutorado deverá intensificar a integração das atividades de ensino e pesquisa.

O Mestrado em História estrutura-se em torno de cursos de domínio conexo e de domínio específico, sendo que em ambos há disciplinas comuns a todas as opções (Modelos de Explicação Histórica e Historiografia Brasileira, Arquivos e Fontes para a História do Brasil, Estatística e Processamento de Dados) e disciplinas específicas de cada área de concentração, (História Econômica Brasileira, História Econômica das Sociedades Criadoras de Gado do Brasil, História do Comércio Exterior do Brasil, Demografia Histórica, História da População Brasileira, Política Populacional Brasileira, Imigração, Colonização e Migrações Internas, História Social, Fundamentos Institucionais da Sociedade Brasileira).

As áreas de concentração têm igualmente disciplinas de métodos e técnicas de pesquisa específicas, seminários e tópicos especiais apropriados a cada opção. Ao ingressar no curso o aluno define sua opção por uma das áreas.

A obtenção do título de Mestre requer um mínimo de 40 créditos, sendo 24 créditos em disciplinas e seminários acadêmicos, 10 créditos em atividades programadas, compreendendo estágios, pesquisas de campo e gabinete, coleta e organização de dados etc., e 6 créditos na elaboração e defesa da Dissertação.

O Doutorado em História oferece disciplinas obrigatórias teóricas e metodológicas (Teorias da População, Técnicas de Análise em Demografia Histórica) e disciplinas eletivas entre as quais (História dos Movimentos Agrários, História

(\*) Esta seção divulga um breve relato acerca da história, natureza e características das diferentes instituições de pós-graduação e pesquisa em Ciências Sociais, enfatizando as linhas de pesquisa e os trabalhos em curso nas mesmas.



Econômica da População, História da Família e do Casamento, Genética Demográfica).

A obtenção do título de Doutor requer um mínimo de 80 créditos, sendo 40 em disciplinas e seminários acadêmicos, 25 créditos em atividades programadas, compreendendo estágios, pesquisas de campo e gabinete, coleta e organização de dados etc, e 15 créditos na elaboração e defesa de Tese. A obtenção do grau de Doutor exige ainda aprovação em exame final de qualificação.

Os cursos de Mestrado e de Doutorado em História terão a duração mínima de 1 e 2 anos letivos, e máxima de 4 e de 6 anos, respectivamente. Ao nível de Mestrado 12 meses são destinados aos estudos e trabalhos acadêmicos, e mais 12 meses prorrogáveis para a elaboração e defesa da Dissertação. No programa de Doutorado os estudos e trabalhos acadêmicos compreendem 2 anos e mais 4 anos são destinados a elaboração e defesa de Tese.

O desenvolvimento e consolidação do programa de pós-graduação em História resultou de um esforço sistemático de pesquisa que, formando professores e pesquisadores experimentados, deu suporte à constituição dos seus cursos.

#### *Linhas de pesquisa*

As diretrizes assumidas quando da organização, em 1959, do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, conduziram suas atividades científicas e didáticas para a adoção de algumas linhas de pesquisa voltadas para a história econômica e social, objetivando reconstituir um quadro tanto quanto possível completo da sociedade e da economia paranaenses.

As linhas de pesquisa deste programa foram estabelecidas a partir de um seminário de revisão crítica da historiografia paranaense, e foram direcionadas para o estudo da formação e composição dos efetivos populacionais e das estruturas sócio-econômicas do Paraná.

Estas linhas de pesquisa revelaram-se extraordinariamente fecundas propiciando suportes para a realização de projetos muito específicos, bem como para a estruturação de planos curriculares bastante dinâmicos para os seus cursos de graduação e pós-graduação.

Para exemplificar o nível de integração obtido, basta notar que as áreas de concentração do Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná foram estabelecidas e

implantadas por etapa, em consonância com o desenvolvimento das pesquisas em curso.

As linhas de investigação de maior força aglutinadora, não só por integrar número significativo de professores e alunos, mas também pela sua alta produtividade, são "Levantamento e Arrolamento de Arquivos" e "História Demográfica do Paraná". No primeiro caso trata-se de pesquisa básica, com resultados a longo prazo, que objetiva a preservação, arranjo e utilização dos acervos documentais de arquivos locais. Propicia ampla colaboração entre professores e alunos, o treinamento destes e, sobretudo, verdadeira salvação de arquivos que, recuperados e organizados, são colocados à disposição dos pesquisadores permitindo a aplicação de metodologia avançada na historiografia brasileira.

Seus resultados somam mais de uma centena de trabalhos publicados, além dos modelos de fichas criados para sua aplicação, e tem servido de exemplo e orientação metodológica adotados por diversas universidades, entidades e pesquisadores que desenvolvem investigações correlatas. No momento está em preparo um guia de pesquisa e de fontes para a história social brasileira.

Os trabalhos desenvolvidos em História Demográfica compreendem atualmente mais de quarenta títulos incluindo teses de Doutorado, dissertações de Mestrado, comunicações em colóquios, encontros e congressos científicos, e artigos em revistas especializadas nacionais e estrangeiras. Foi também publicado um manual especializado "Técnicas de Análise em Demografia Histórica" para alargar a aplicação dessa metodologia no Brasil, elevando a produção científica nesta área aos padrões internacionais.

Outra linha de pesquisa estruturada com base no amplo emprego de técnicas quantitativas, intitula-se "Quantificação das atividades econômicas paranaenses nos séculos XIX e XX". Integra vários projetos departamentais cuja temática compreende desde as atividades do criatório e comércio de gado, preços e política de terras, expansão e diversificação agrícola paranaense, preços de gêneros alimentícios em Curitiba, até a análise das exportações, importações e flutuações do comércio exterior do Brasil Meridional. De alguns projetos já há resultados parciais elaborados e publicados, sobretudo o último que já propiciou a publicação de cerca de vinte trabalhos divulgados principalmente em revistas especializadas nacionais e estrangeiras.

O desenvolvimento destas linhas de pesquisa tem proporcionado substanciais contribuições à historiografia brasileira.

## RESENHA BIBLIOGRÁFICA \*

## Educação e Sociedade no Brasil \*\* / Luiz Antônio Cunha

*As Condições Sociais de Definição do Tema*

A consciência dos efeitos sociais da educação esteve presente no pensamento dos intelectuais brasileiros desde a constituição do Estado Nacional. Exemplos relevantes podem ser encontrados nas obras de José Bonifácio, Rui Barbosa, Liberato Barroso, Leôncio de Carvalho, Nilo Peçanha e muitos outros. O conteúdo comum desse pensamento mostra a educação, especialmente a escolar, como um meio privilegiado de superação das carências do Brasil, definidas estas pela comparação de nosso país com os "países civilizados". A educação viria a produzir no Brasil não só as condições da civilização – que não estavam dadas – mas, também, poderia evitar que se produzissem aqui os efeitos deletérios do progresso, particularmente os conflitos sociais que sacudiam a Europa, assumindo, assim, dupla função social: corretiva e preventiva.

Um importante momento da consciência da importância social da educação foi expresso no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932. Ao contrário daqueles que viam na educação o meio por excelência para superar a distância que separava o Brasil das "nações civilizadas", os educadores liberais reunidos na Associação Brasileira de Educação, principalmente os que defendiam ideologias igualitaristas, procuravam denunciar o papel da escola na discriminação social (denominada por eles segregação) e defendiam um papel equalizador para a escola. Mostravam a existência de dois sistemas escolares paralelos, que serviam para produzir o

"divórcio entre os trabalhadores manuais e intelectuais". Para substituí-los, propunham a criação de uma escola única, para todas as crianças e jovens, sem distinções, dos 4 aos 14 anos.

Data dos anos 50 deste século o surgimento de estudos sobre a articulação entre a educação e a sociedade que lançavam mão dos conceitos (senão dos métodos) das ciências sociais. Essa tecnificação (seria inexato dizer cientificização) do pensamento sobre o tema deveu-se às lutas em torno da lei de diretrizes e bases da educação, à institucionalização da ideologia do nacional-desenvolvimentismo e ao desenvolvimento das ciências sociais no Brasil, no âmbito universitário.

O anteprojeto de lei de diretrizes e bases (LDB) da educação nacional enviado pelo Ministro Clemente Mariani ao Presidente da República e por este ao Congresso Nacional, em 1948, foi atacado por três grupos principais. Primeiro, pelos defensores da política educacional estadonovista, cujo centralismo e rigidez o anteprojeto dissolvia. Segundo, pela hierarquia da Igreja Católica empenhada no Brasil, como em outros países, em defender a "liberdade de ensino" como meio de ganhar ou, pelo menos, não perder influência no mundo de pós-guerra. Terceiro, finalmente, pelos proprietários de estabelecimentos particulares de ensino, ameaçados pelo dispositivo do anteprojeto de LDB que destinava os recursos governamentais exclusivamente para a manutenção e a expansão da rede escolar pública. A aliança entre a Associação de Educação Católica e os sindicatos de estabelecimentos particulares de ensino forneceu o respaldo político para que Carlos Lacerda

(\*) *As resenhas temáticas do BIB são feitas por encomenda e constituem, portanto, trabalhos inéditos.*

(\*\*) *Esta resenha foi desenvolvida no Centro João XXIII, como parte de seu programa regular de pesquisa social.*



apresentasse à Câmara dos Deputados, em 1958/59, um substitutivo ao anteprojeto de Mariani reunindo as reivindicações da aliança defensora da liberdade de ensino: o Estado ficaria obrigado a transferir recursos para as escolas particulares e, apenas onde elas não existissem, instalaria suas escolas. O subsídio às escolas particulares era definido como condição necessária para que os pais pudessem escolher o tipo de educação que desejassem dar aos filhos – um direito inalienável da família – cabendo ao Estado dar-lhe condições de viabilidade. A primeira reação coletiva ao substitutivo de Lacerda foi o Manifesto dos Educadores, de 1959, que reunia jovens professores, intelectuais e artistas aos sobreviventes dos “pioneiros” de 1932 que, “mais uma vez convocados”, saíram em defesa da escola pública, leiga, obrigatória e gratuita.

O movimento de defesa da escola pública contra a ofensiva privatista teve baluartes no âmbito do Estado e no da Sociedade Civil. No Estado, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (dirigido pelo “pioneiro” Anísio Teixeira) e o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, ambos do Ministério da Educação, difundiam por todo o país a plataforma desse movimento através da *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* e da revista *Educação e Ciências Sociais*. No âmbito da Sociedade Civil, o movimento recebeu o apoio aberto e intenso do jornal *O Estado de São Paulo*. A defesa da escola pública teve outra trincheira importante na Universidade de São Paulo, cavada pelo “pioneiro” Fernando de Azevedo, ligado a Júlio de Mesquita Filho, diretor-proprietário daquele jornal. As lutas em torno da LDB ganharam as ruas, com o apoio dos estudantes universitários e de sindicatos operários à escola pública, e dos círculos operários à liberdade de ensino. O projeto, finalmente convertido em lei em dezembro de 1961, resultou de uma composição das reivindicações das duas correntes, com dominância privatista.

A ideologia do nacionalismo desenvolvimentista ganhou um espaço institucional, no âmbito do Estado, com a criação, em 1955, do Instituto Superior de Estudos Brasileiros – ISEB, órgão do Ministério da Educação. O ISEB foi criado para ser um “centro permanente de altos estudos políticos e sociais de nível pós-universitário”, onde se aplicariam as categorias e os dados das ciências sociais “à compreensão crítica da realidade brasileira”, visando a elaboração de instrumentos teóricos que permitissem “o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional”. A heterogeneidade dos quadros do ISEB fez com que, ao lado de intelectuais elitistas, como Hélio Jaguaribe, para quem as massas

deveriam ser “conquistadas” para o desenvolvimento comandado pela burguesia industrial, houvesse populistas radicais, como Álvaro Vieira Pinto, para quem o desenvolvimento seria o “pensamento natural” das massas, as quais não erram nem se corrompem. Para Paiva (1980), a sociologia de Karl Mannheim foi a catalizadora das várias tendências que atuaram no ISEB, fornecendo a perspectiva iluminista para os intelectuais que queriam se ver como “inteligência socialmente desvinculada”. Esta posição (ou melhor, ausência de posição) permitiria aos intelectuais interpretarem a sociedade segundo uma visão total, impossível para os que se colocassem em pontos de vista determinados pelos interesses específicos de grupos ou classes sociais. Essa visão propiciaria a síntese válida dos interesses da sociedade como um todo, impossível para cada um dos diversos grupos e classes sociais. Apesar das diferenças, havia nos cursos e nas publicações do ISEB uma base ideológica comum, o nacionalismo desenvolvimentista, que identificava na situação de dependência diante dos países desenvolvidos um obstáculo ao desenvolvimento do Brasil, o qual seria do interesse de toda a nação, isto é, dos setores produtivos, abrangendo a burguesia industrial, as classes médias e o proletariado. Contra o desenvolvimento se colocaria a antinacão, isto é, o imperialismo e seus aliados internos, os setores improdutivos, reunindo os latifundiários e a burguesia mercantil. A eliminação do obstáculo externo, bem como a construção de um capitalismo avançado, pela industrialização, seriam condições do desenvolvimento, integrando os interesses de toda a nação. Grande era a importância atribuída à educação (em sentido amplo) pelos teóricos do ISEB, como estratégia política de esclarecer e convencer os grupos e classes sociais a aceitarem a direção do desenvolvimento nacional por aqueles percebido.

O ensino da sociologia chegou ao aparelho escolar, no Brasil, por uma via diferente da trilhada nos países hispano-americanos. Enquanto que nesses a sociologia foi primeiramente ensinada nas faculdades de direito, aqui ela debutou nos currículos escolares no ensino de 2.º grau e no ensino superior militar, como efeito dos ardores positivistas dos oficiais que derrubaram a monarquia. Benjamin Constant (Ministro da Guerra e, depois, da Instrução Pública, Correios e Telégrafos) fez a sociologia integrar o currículo do Ginásio Nacional – novo nome do Colégio Pedro II – e da escola de formação dos oficiais do Exército, o que mereceu severas críticas do principal dirigente do Apostolado. Segundo ele, o herético Constant, sob o pretexto de formar o “cidadão armado”, procurava



transformar os oficiais do Exército numa “nova classe de pedantocratas” pretensos “diretores da sociedade civil”. Ambos os currículos ajustavam-se à hierarquia das ciências de Comte: do mundo natural ao social; das ciências físicas, da matemática e da biologia, à sociologia e à moral. Mas, tão logo as correlações de força política foram se transformando em detrimento da posição dos militares, a concepção positivista do ensino – em com ela, a sociologia – foi retirada do currículo do Ginásio Nacional, logo rebatizado com o nome de seu primeiro patrono, deixando de difundir o ensino daquela disciplina por todo o país, devido ao efeito paradigmático conferido por sua posição privilegiada na formação de candidatos ao ensino superior. Isso não impediu a persistência de um “positivismo difuso”, como disse Cruz Costa em sua *Contribuição à história das idéias no Brasil* (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967), que veio a inspirar as reformas educacionais da Primeira República. Em 1925, o Colégio Pedro II voltou a ter uma cadeira de sociologia, ocupada por Delgado de Carvalho, sem, entretanto, maiores efeitos.

Curiosamente, foi pela via do ensino de pedagogia e pela mão (ou pela fala) dos educadores que a sociologia veio a ter *status* universitário.

Em 1928, Carneiro Leão, no Recife, e Fernando de Azevedo, no Distrito Federal, realizaram reformas educacionais que consistiram, entre outras coisas, na introdução do ensino de sociologia nas escolas normais. Em 1931, Lourenço Filho, então diretor da Escola Normal da Praça (Caetano de Campos), em São Paulo, confiou a Fernando de Azevedo a cadeira de sociologia dessa instituição. Em 1933, foi criada a Escola de Sociologia e Política de São Paulo, tendo em Fernando de Azevedo um de seus principais inspiradores. No ano seguinte, foi criada a Universidade de São Paulo, Fernando de Azevedo compondo a comissão que elaborou seu projeto. O Instituto de Educação foi promovido a Faculdade de Educação, integrando a USP ao lado da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. A sociologia era ensinada nas duas unidades, posteriormente fundidas, Fernando de Azevedo vindo a ocupar uma das cátedras dessa disciplina. Em 1935, este educador-sociólogo, dileitante em ambos os campos, publicou seus *Princípios de Sociologia – pequena introdução ao estudo de sociologia geral* (São Paulo, Nacional) e, em 1940, uma *Sociologia Educacional* (idem). Em 1947, por iniciativa de Fernando de Azevedo, foi criada na FFCL da USP um Departamento de Sociologia e Antropologia.

O fato de que um educador tivesse se transformado em sociólogo, ainda que dileitante, e gozasse de grande influência na estruturação da Universidade de São Paulo, fez com que os estudos de sociologia desenvolvidos na FFCL dessem destaque especial a temas educacionais. Os assistentes de Fernando de Azevedo dedicaram-se, pelo menos no início de sua carreira acadêmica, ao estudo dos processos de socialização. Não chegaram à educação enquanto diletantes, como fez o mestre, mas como cientistas sociais. Florestan Fernandes estudou a socialização dos imaturos em sociedades tribais e na cidade de São Paulo; Antônio Cândido estudou a estrutura social da instituição escolar e o papel da escola no processo de aculturação de imigrantes em Santa Catarina. Florestan Fernandes levou mais longe as preocupações de Fernando de Azevedo por sua ativa militância na Campanha de Defesa da Escola Pública e pela orientação de seus assistentes para o estudo de temas educacionais, notadamente Luiz Pereira e Marialice Foracchi que, além de suas teses, organizaram uma coletânea (*Educação e Sociedade – leituras de sociologia da educação*, São Paulo, Nacional, 1964) que tem servido a várias gerações de estudantes de pedagogia e de ciências sociais.

Nesta revisão bibliográfica, considerei apenas os textos publicados e veiculados pelo circuito comercial, deixando de fora teses e dissertações (que não geraram livros ou artigos de revista), bem como relatórios de pesquisa. Coerente com o estudo do tema definido nas condições apresentadas acima, foram incluídos textos publicados desde os anos 50 que focalizam a sociedade brasileira nas últimas três décadas.

A abrangência e a variedade da bibliografia exigiu não só a adoção de critérios de seleção como, também, sua organização em quatro “linhas de estudo” principais: escola para o desenvolvimento, educação para a democracia, determinantes da demanda escolar e política educacional pós-68.

#### *Escola para o Desenvolvimento*

A consideração da educação escolar como um obstáculo ao desenvolvimento que devia não só ser removido como transformado em seu impulsionador, foi um tema basicamente isebiano, pautado pelo binômio transplantação-sincronização, sob a inspiração de um funcionalismo eclético, no qual o pensamento de Mannheim ocupava posição de destaque.

A importância de Alberto Guerreiro Ramos nessa temática é difícil de exagerar. Seguindo

pela via aberta por Oliveira Vianna, Guerreiro Ramos, já antes da criação do ISEB, escrevia sobre os problemas advindos para as instituições nacionais pela prática da cópia das soluções de outros países. Em um artigo publicado em 1953, escrito em colaboração com Evaldo da Silva Garcia e Geraldo Bastos Silva, o pensamento de Guerreiro Ramos tomou forma no campo educacional. Para explicar as altas taxas de evasão existentes nas escolas de aprendizagem do Senai, os autores diziam terem sido essas escolas resultado do empenho do "círculo restrito dos líderes do pensamento pedagógico do país e de alguns espíritos mais esclarecidos, os quais, por antecipação, percebem o papel que a escola teria de desempenhar se o progresso industrial do país tivesse que ser acelerado". O problema das altas taxas de evasão foi o ônus que se teve pela antecipação, pois "as instituições transplantadas não reproduzem espontaneamente no meio receptor os mesmos resultados que promovem no ambiente onde surgiram". Impunha-se, assim, a sincronização dos cursos de aprendizagem com os padrões de desenvolvimento do país, para o que se dividiam dois caminhos: a superação do subdesenvolvimento ou o rebaixamento do nível dos cursos do Senai até encontrar o da clientela que os procurava.

Essa concepção foi ampliada por Geraldo Bastos Silva (1957), já no contexto institucional do ISEB. Dizia ele que não só os cursos de aprendizagem, mas todo o sistema escolar era uma instituição transplantada, embora não encontrasse aqui os pressupostos culturais necessários, fazendo com que ele se antecipasse às exigências do meio social, especialmente às exigências econômicas. Por essa razão, reformas educativas foram sempre frustradas. Mas, Senai à parte, se a estrutura escolar tinha sido, no passado, muito avançada em relação às condições objetivas, nos anos 50 já era anacrônica, tendo se tornado um "ônus improdutivo ao desenvolvimento total". Daí ser indispensável a reforma da estrutura e do funcionamento do ensino, de modo a sincronizá-lo com as necessidades do desenvolvimento. O ponto mais importante dessa reforma consistiria na mudança dos padrões de expansão do ensino médio, onde o secundário estaria crescendo muito mais intensamente do que os ramos técnicos (industrial, comercial e agrícola). É justamente no ensino técnico que deveria se concentrar o esforço de expansão do ensino médio, pois é justamente aí que existiria "maior margem de coincidência entre o valor final e o valor instrumental do ponto de vista do desenvolvimento",

tese que veio a ser aprofundada em seu livro de 1959.

Embora Geraldo Bastos Silva (1957) tivesse sido publicado pelo ISEB, foi com Ernesto Luís de Oliveira Junior (1959) que essa instituição inaugurou a coleção *Textos Brasileiros de Pedagogia*, de vida curta, reunindo a este Maria Thetis Nunes (1962).

Para Oliveira Junior, o desafio que se apresentava para o Brasil era o do desenvolvimento, o qual somente seria conseguido pelo aumento da "eficiência do trabalho nacional". Para tanto, faltavam duas condições: o desabrochar de uma experiência tecnológica e a disseminação, por todas as camadas sociais, de uma "ideologia da técnica". Para a realização dessas condições, impunha-se a reforma da escola, principalmente no grau médio e no grau superior. A direção da reforma pretendida era a descentralização do ensino, propiciando a adaptação da escola "às alterações da estrutura do trabalho nacional".

Maria Thetis Nunes (1962) mostrou que a realidade educacional tem consistido, no Brasil, desde os tempos coloniais, numa permanente desconexão, devido às reformas educacionais inspiradas em concepções alienígenas. No momento em que escrevia (1959), essa desconexão teria atingido o auge devido ao descompasso entre o ensino secundário e a realidade nacional. Isso, porque de um lado estaria havendo aumento na população escolarizável e, de outro, ênfase no ramo secundário do ensino médio. Mas, como estava, a escola secundária era uma escola de elite devido ao caráter clássico, livresco e ornamental do seu ensino. As massas estavam ocorrendo para uma escola de elite onde as reprovações e a evasão impediam a ascensão social pretendida. A solução aventada pela autora estava na ampliação do ensino secundário público (gratuito) e na maior ênfase aos ramos técnicos do ensino médio, de modo que se desse ao jovem "o lastro cultural essencial à especialização exigida pelo desenvolvimento do país".

Se a ênfase de Bastos Silva, Oliveira Junior e Nunes recaía sobre a necessidade de ampliação de certos segmentos do aparelho escolar de modo a eliminar obstáculos ao desenvolvimento, Jayme Abreu (1968), em conferência pronunciada em 1962, no mesmo contexto ideológico, chamou a atenção para o perigo dessa ampliação gerar frustrações.

Evocando Álvaro Vieira Pinto (*Consciência e Realidade Nacional*, MEC/ISEB, 1960), o ideólogo máximo do ISEB, e os defensores da "teoria" do capital humano, como Theodore Schultz, Jayme Abreu sai em busca de uma "dialética" que lhe permita articular os aspectos



cultural e econômico da educação. Chega à conclusão de que alcançar objetivos culturais não é tarefa excludente ao propósito de aumentar a capacidade produtiva. Assim, a educação seria tão mais "autêntica e funcional" quanto mais fosse expressão da confluência e da harmonia indissociáveis entre os valores culturais e econômicos que constituem seu conteúdo. Neste sentido, defende que o planejamento da educação para o desenvolvimento deve levar em conta a realidade concreta do país, para evitar a formulação de metas errôneas como as de "erradicar o analfabetismo"; estender a toda a população infantil a escola primária de 6 anos; ampliar a escolarização de graus médio e superior. Para que metas como essas tivessem sentido, seria necessário haver suportes e conexões orgânicas com todo um programa de reformas básicas na estrutura política, social e econômica. De outra forma, haveria frustrações devido à incapacidade do mercado de trabalho em absorver os novos contingentes de jovens educados e, destes, em satisfazer a elevação dos padrões de consumo induzida pela própria escola.

Todos esses autores referiam-se de maneira aberta à luta que se travava, desde 1948, pela lei de diretrizes e bases da educação nacional, na qual os isebianos defendiam o(s) projeto(s) da escola pública e gratuita. A concepção, cara aos ideólogos do ISEB, de que o Estado, particularmente o poder executivo, estava ao lado do povo na luta contra o latifúndio e o imperialismo, favorecia a defesa da escola pública contra os que pretendiam a vigência de irrestrita liberdade de ensino.

A posição peculiar de João Roberto Moreira, influenciado ao mesmo tempo pela ideologia do desenvolvimento do ISEB e pelo funcionalismo da Escola de Chicago, permitiu-lhe encontrar explicações para a questão da LDB que escapavam a seus contemporâneos. O livro de Moreira (1960) foi escrito em 1959 quando o autor dava um curso sobre "educação e sociedade no Brasil", na Universidade de Chicago. Nessa tarefa, o autor teve a colaboração de Robert J. Havighurst, parceiro de Aparecida Joly Gouveia em outras empreitadas. É curioso que na versão norte-americana (*Society and Education in Brazil*, University of Pittsburgh Press, 1965), Havighurst aparece como co-autor. Escrito para o leitor norte-americano, *Educação e Desenvolvimento no Brasil* faz um cotejo dos padrões educacionais dos dois países, fazendo a reconstrução da história brasileira desde os tempos coloniais, articulando a situação da escola em cada momento com os padrões de dominação, os sistemas agrícolas, as instituições sociais e outras dimensões da socie-

dade, o que raramente se fazia na época. Dizia Moreira que as transformações passadas pelo Brasil, desde o fim da II Guerra Mundial, fizeram com que as questões educacionais se convertessem em questões políticas. A urbanização gerando aumento da demanda de educação escolar, a busca de novos eleitores e de seu apoio, e, conseqüentemente, o crescimento da rede escolar em virtude de barganhas políticas, formaram o pano de fundo para a discussão pública da LDB. Seu julgamento desse processo era bastante otimista: "Não resta dúvida, portanto, que o Brasil ainda instável de hoje, mas em franco processo de desenvolvimento democrático, é um exemplo concreto da relação estreita entre democracia e educação". Mas, o ponto alto dessa obra é o capítulo "Sociologia Política da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional", originalmente artigo publicado na *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n.º 2, setembro de 1960. Neste capítulo, Moreira mostra a inevitabilidade da expansão da escolarização fazer-se por meio da escola pública, apesar da resistência dos empresários do ensino. Os antagonismos dos interesses em choque e a contradição das ideologias que os justificavam, estariam levando à colocação dos dilemas educacionais no Brasil na forma da falsa oposição entre a escola pública e a escola particular. Numa surpreendente previsão, Moreira dizia que a LDB seria "ecclética, contraditória e provisória" o que impediria até mesmo seu cumprimento, o que, de fato, veio a acontecer.

A decretação pelo Congresso Nacional da lei de diretrizes e bases da educação nacional, sancionada pelo Presidente Goulart (enfraquecido pelo regime parlamentarista) em dezembro de 1961, provocou grande frustração nos meios que participaram da Campanha de Defesa da Escola Pública, como o ISEB. A ênfase que se dava à reforma da escola como meio de não só remover um obstáculo ao desenvolvimento mas, também, acelerá-lo, cedeu lugar à consideração de que a reforma educacional só poderia ser feita *após* a transformação das estruturas sociais. Essa posição aparece no livro de Álvaro Vieira Pinto, *A Questão da Universidade* (1962), que acabou por colocar em dúvida – se não por condenar – a luta pela autonomia universitária. Para o autor, a cultura produzida pela universidade brasileira é alienada por ter origem externa, impedindo "a formação da consciência nacional autóctone e crítica das idéias metropolitanas". Quando sua origem é interna, pode também servir à classe dominante, impedindo a classe dominada de "construir um tesouro cultural autêntico, que exprime seus próprios interesses de classe submissa e a auxilie a liber-



tar-se das suas servidões”. Refletindo sobre a formação da consciência social do estudante, Vieira Pinto mostra que ela não nasce da ação dos universitários de origem popular, pois estes “são entregues à universidade, justamente para se evadirem da classe proletária”. Essa consciência nasce justamente no meio dos estudantes oriundos de classe média devido às suas características intelectuais e aos problemas econômicos que atingem essa classe: na impossibilidade de conseguirem as “posições rendosas da classe dominante”, os estudantes se identificam com a classe trabalhadora cuja “ascensão” passam a reivindicar. O professorado universitário, formado nos quadros políticos e intelectuais da cátedra vitalícia, é visto como cúmplice do poder e interessado na cultura alienada veiculada pela universidade. Os conselhos de educação (do Estado e das universidades) são definidos, também, como incapazes e/ou desinteressados na reforma do ensino: “ninguém tenha dúvida, o destino, a forma futura da universidade brasileira está sendo decidida neste momento muito mais num comércio de camponeses no Nordeste do que nas salas de reuniões dos Conselhos de Educação”. Daí, o combate à autonomia universitária como uma plataforma antipovo, na medida em que beneficiaria justamente os ideólogos da classe dominante. A luta deveria ser *contra* a autonomia da universidade, para colocá-la cada vez mais dependente do governo (o federal, no caso), setor do Estado situado ao lado do povo no combate ao imperialismo, ao latifúndio e seus ideólogos.

#### *Educação para a Democracia*

A valorização da escola como um instrumento efetivo na construção do regime democrático no Brasil não é um tema encontrado com frequência na bibliografia. As referências mais insistentes vamos encontrar na obra de Florestan Fernandes.

Em meio à grave crise política que sacudia o país em 1954, dois meses antes do suicídio de Vargas diante de uma conspiração que desembocaria certamente em um golpe de Estado, Florestan Fernandes proferiu uma palestra no Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política – IBESP (o antecessor do ISEB), procurando responder à pergunta: existe uma crise da democracia no Brasil? A resposta, expressa em artigo inserido em sua coletânea *Mudanças Sociais no Brasil* (1960), parte do pressuposto de que a ordem legal (o Estado) não alcançou, ainda, na sociedade brasileira, uma etapa adiantada de estruturação e maturação políticas; não

obstante, verifica a tendência para a constituição de um padrão organizatório democrático. Devido a essa peculiaridade, o Estado precisaria, no Brasil, estender os meios de educação política das massas, especialmente a escola primária. Revelando uma clara adesão às teses de Karl Mannheim, Fernandes defendia a reforma do sistema educacional visando a preparação de “personalidades democráticas” através da formação nos jovens de uma consciência de “afiliação nacional” e dos direitos e deveres do cidadão, de uma ética de responsabilidade, da capacidade de julgamento autônomo de pessoas, valores e movimentos sociais. Na coletânea de artigos escritos em 1959/61 e publicada em 1966, *Educação e Sociedade*, com um “caráter nitidamente parassociológico”, destinados a responder às exigências da luta pela LDB, Fernandes avança na concepção da escola para a democracia. Trata, então, da democratização do ensino, ou seja, do “processo de atenuação ou abolição das barreiras extra-educacionais que restringem o uso do direito à educação e o convertem, aberta ou disfarçadamente em privilégio social”. Embora veja na democratização do ensino “a principal via de funcionamento normal e de dinamização da ordem democrática”, o Autor está mais preocupado com a incapacidade de adaptação do sistema escolar herdado do passado aristocrático às exigências do presente. Principalmente com a inculcação nos jovens, pela escola, de valores e atitudes que estão em “franca contradição com as correntes inovadoras da vida social, com o Brasil moderno”. A preocupação de Fernandes com essa incapacidade de adaptação levou-o a incluir nessa coletânea um texto sobre a educação na sociedade Tupinambá, de modo a propiciar ao leitor comparar a situação da sociedade brasileira com uma “sociedade integrada”, que teria conseguido mobilizar e aplicar, eficazmente, os recursos educacionais disponíveis para a solução de seus problemas.

Octávio Ianni, assistente de Florestan Fernandes na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, ativo militante na Campanha de Defesa da Escola Pública, encontrou, em temas educacionais, material para um terço da coletânea *Industrialização e Desenvolvimento Social no Brasil* (1963). Seguindo a vertente funcionalista daquele, Ianni dizia que os problemas por que passava a sociedade brasileira denunciavam e suscitavam, cada vez mais dramaticamente, a necessidade de um rápido e permanente reajuste das “esferas conexas da realidade em formação”. O sistema de ensino constituía uma dessas esferas desajustadas. O desajuste seria de três ordens. *Primeiro*,



a persistência do latifúndio, fazendo com que se levantassem barreiras à extensão do ensino a todos e em condições iguais, uma necessidade dos processos de industrialização e urbanização. Segundo, os desequilíbrios advindos da impossibilidade de incorporação dos jovens egressos da escola ao sistema sócio-cultural, como estaria acontecendo nas comunidades caboclas, onde a alfabetização estaria gerando emigração para as cidades. Terceiro, a dualidade da estrutura do ensino, propiciando a manipulação ideológica antidemocrática dos jovens nas escolas particulares, mormente no ensino secundário. Diante desse desajuste, Ianni examina a proposta do Manifesto dos Pioneiros, mostrando a atualidade de umas e rejeitando outras. Nessa recuperação da plataforma de 1932, a defesa da escola pública e gratuita, principalmente no grau médio, é apontada como a principal medida para o “dilema” da educação brasileira, eliminando sua “demora” ou “atraso cultural”. Nota-se em Ianni, nessa obra, uma síntese entre a temática isebiana da escola para o desenvolvimento e a temática uspiana da escola para a democracia. A formação de uma personalidade democrática pela escola, é destacada como imperativo do próprio capitalismo. Do ponto de vista do latifúndio, o urbanismo e o industrialismo que o capitalismo implicava, eram vistos como seu oposto. Ao constituir-se a estrutura societária de classes, nos moldes das relações de dominação-subordinação do tipo racional (Max Weber), a escola era vista como tendo importante papel: “A constituição de uma ordem econômico-social fundada na reprodução capitalista impõe a instauração de requisitos estruturais e funcionais que produzem, dentre outros efeitos notáveis, a democratização que alcança a maioria da população. Uma ampla democratização do sistema social é uma condição imprescindível à plena formação do trabalhador livre no sistema capitalista, pois este trabalhador somente é livre na medida em que dispõe dos atributos mínimos de uma personalidade realmente democrática”.

Essa desconfiança para com a escola foi compartilhada por Paulo Freire um dos mais importantes pensadores da educação desde o fim dos anos 50. Inspirado nas análises produzidas pelo ISEB, Freire diagnosticava a realidade brasileira, em *Educação como Prática de Liberdade* (1965), como vivendo uma “situação de trânsito” desde uma sociedade arcaica, fechada, na qual vigia uma “consciência intransitiva”, para uma sociedade moderna, caracterizada pelo urbanismo e o industrialismo, potencialmente aberta. Acompanhando a transformação dos padrões econômicos no Brasil,

desde os anos 50, a “consciência intransitiva”, caracterizada pela aversão ao novo e pelo apego às explicações mágicas, vinha automaticamente dando lugar à “consciência transitivo-ingênua”, marcada pelo saudosismo, pelo emocionalismo e pela tendência ao gregarismo, base da massificação. Era preciso contrariar essa tendência, explorando a possibilidade de se construir uma sociedade aberta, onde a democracia propiciasse novas mudanças, pelo diálogo, onde tivesse vigência a “consciência transitivo-crítica”, voltada para a responsabilidade social e política, problematizadora, receptível ao novo. Para isso, seria necessário um trabalho educativo dirigido aos adultos, para o que se impunha a elaboração de uma nova pedagogia, balizada pela não diretividade, pelo diálogo, pela consciência crítica, isto é, “a apropriação crescente pelo homem de sua posição no contexto”. Essa nova educação viria criar um novo tipo de homem, dotado de “maior flexibilidade psicológica e mental, maior permeabilidade de consciência, que uma educação rotineira e acadêmica não pode oferecer”. Esse novo homem seria capaz de rejeitar tanto os traços autoritários próprios da sociedade arcaica, quanto as possibilidades de persistência desses traços na sociedade moderna, propiciada pela massificação e pela manipulação. A educação pelo diálogo seria, então, condição da construção de uma sociedade aberta, aquela onde a democracia pudesse existir. A influência da ideologia do nacionalismo-desenvolvimentista, sedimentada e veiculada pelo ISEB, sobre o pensamento de Freire, foi estudada por Vanilda Paiva (1980). Esta autora levanta as fontes inspiradoras de Freire, tanto as próximas quanto as remotas, num inventário que destaca a influência da sociologia de Karl Mannheim e do existencialismo cristão de Gabriel Marcel e Emmanuel Mounier. As ligações entre a pedagogia de Freire, o “populismo indutivista”, o radicalismo católico e a defesa da “democracia burguesa” são analisadas por Paiva numa obra que constitui, como a do pedagogo pernambucano, um marco na sociologia da educação brasileira. A saída de Freire do Brasil, logo após o golpe político-militar de 1964, propiciou mudanças importantes em sua obra: ao mesmo tempo em que ela se desliga de seu contexto nordestino e brasileiro, universalizando-se, radicaliza-se. *A Pedagogia do Oprimido* (1974) mantém-se basicamente voltada para adultos, marcada pelo diálogo e pela não diretividade (“ninguém educa ninguém – ninguém educa a si mesmo – os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”). Mas, a justificativa do método já não é a mesma, baseando-se, agora, na contradição opressores-oprimidos. A rejeição



da violência cede lugar ao reconhecimento de sua inevitabilidade, na luta dos oprimidos pela libertação, devido à violência primeira dos opressores. As idéias liberais sobre a representação política no Estado acima das classes são substituídas pela realidade da revolução e do papel desempenhado nela pelo partido revolucionário, embora a concepção leninista receba sistemáticos ataques. Se a democracia só poderá existir depois da revolução, cumpre desenvolvê-la desde já, por uma pedagogia revolucionária baseada no diálogo, na colaboração, na "comunhão com o povo".

#### *Determinantes da Demanda Escolar*

Alguns estudos têm sido feitos para desmontar tanto a concepção ingênua a respeito de uma demanda generalizada e indiferenciada por educação escolar, em todas as camadas e classes sociais, quanto a concepção conservadora de uma rejeição da escola pelas "massas deseducadas".

Numa pesquisa realizada na cidade de Recife, em 1970/71, Silke Weber (1976) mostrou que três finalidades são atribuídas à ação educativa escolar pela população entrevistada (400 pais e mães de crianças e jovens menores de 17 anos, de diferentes níveis de renda). São elas: salvaguardar a estabilidade social, levar ao êxito material, propiciar a aprendizagem da vida social. Apesar dos aspectos comuns na representação social da educação, a população de mais baixa renda tende a defini-la como o conjunto de conhecimentos obtidos na escola e a de renda mais alta, a considerá-la como uma ação que se inicia no âmbito da família e continua na escola e se amplia pelos meios de comunicação social, antes e durante a escolarização. Além disso, a população de menor nível de renda *ênfatisa a escola como requisito do êxito material*. Para a autora, "em um momento de sua experiência histórica os dominados tendem a se identificar com os dominantes, exemplo disto seria a referência às vantagens que a educação oferece, reforçando a própria reprodução da sociedade de classe". De um modo geral, os entrevistados consideraram que a escolaridade deveria ser obrigatória até, pelo menos, o 1.º ciclo do grau médio (até o fim do 1.º grau, na nomenclatura pós-1971), julgando o aumento da escolaridade como uma das condições fundamentais da melhoria da situação geral do país, isto é, da melhoria ou do desenvolvimento da situação de todos.

No meio rural, ao contrário do meio urbano, como mostrou José de Souza Martins (1975), a

concomitância da escolarização com o trabalho produtivo das crianças é uma imposição tanto das condições de vida quanto das representações que as integram, coerentemente, num "modo de vida". Analisando o teor das representações dos sujeitos da escolarização nas zonas agrícolas de três regiões do Estado de São Paulo, Martins verificou que essa concomitância não dependia das distinções fundamentais entre proprietários e não proprietários, entre pequenos e grandes proprietários, entre arrendatários e assalariados. Mas, apesar dessa base comum, há diferenças nas atitudes para com a escolarização. As populações envolvidas na economia de excedentes (naquela onde o trabalho é fundamentalmente produtor de valores de uso e só secundariamente de artigos que se tornam valores de troca) encaram a escolarização como um ritual referido à valorização do trabalho. A escola é freqüentada como "forma de trabalho", como uma atividade que requer esforço. Isso faz com que as crianças sejam mantidas na escola por anos a fio, apesar das reprovações. Para as populações em que o sujeito da escolarização está inserido direta e fundamentalmente na economia de mercado, o trabalho infantil se integra no projeto deliberado e implícito da família de proceder à acumulação e libertar-se da venda de força de trabalho ao proprietário de terra, ou simplesmente de ampliar a acumulação. Nesta situação, embora a atividade escolar continue a ser socialmente valorizada enquanto "trabalho pelo trabalho", esse valor é redefinido nos termos do espírito capitalista: o trabalho contumaz como expressão da ética da acumulação de capital e como meio de mobilidade social. Em decorrência, a escola é admitida como "recurso para desvendar os segredos da linguagem urbana, isto é, do mundo das mercadorias e da propriedade privada". Para o Autor, "a eficácia da escola em cada uma dessas situações (a da economia do excedente e a da economia de mercado) depende de fundamentos estruturais diversos, apesar da aparência de não-diversidade, e não do teor do ensino nem da eficiência do professor. Ela se relaciona, basicamente, com a possibilidade de surgimento de um projeto individual e familiar, mas de qualquer modo socialmente dado, de negação da existência rural". Essa conclusão contradiz muito da literatura sobre educação na zona rural que denuncia a escola primária como responsável pelo êxodo rural. Como diz Martins, "a escola só se propõe como veículo de negação do mundo rural onde e para quem ele já está negado".

Celso Beisiegel (1964 e 1974) realizou interessante pesquisa que revelou a articulação



entre os mecanismos político-partidários e a expansão da rede escolar no Estado de São Paulo. A maioria dos ginásios criados desde a promulgação da Constituição estadual de 1947, até 1962, resultou da iniciativa de deputados empenhados em "realizações" que fossem ao encontro das aspirações das populações das pequenas cidades do interior (mais raramente da capital) situadas em suas respectivas áreas de influência. Beisiegel descreve as contradições entre esse mecanismo e a orientação do executivo, voltada para o atendimento equânime das diversas regiões, a economia de recursos materiais e humanos, o aproveitamento adequado de pessoal docente e administrativo para o conjunto das escolas. A "interferência irracional" (ou melhor, dotada de outro tipo de racionalidade) implicava em aumento dos custos do ensino, não só pelo número de escolas como, também, pela pequena clientela de cada unidade. Além disso, regiões populosas e densas, mas de menor expressão política, acabavam por não dispor de tais benefícios, pelo menos na mesma medida. Um dado muito importante desse processo é que o "termo de troca" política não era qualquer escola de 1.º ciclo do grau médio, mas principalmente a do ramo secundário, o ginásio. Isso porque o diploma do ginásio tinha um valor maior do que os demais, definido pelo próprio mecanismo de promoção escolar/ascensão social. Era o diploma do ginásio que dava acesso irrestrito ao colégio e o diploma deste, por sua vez, ao ensino superior. Assim, não só a demanda se orientou para este ramo do ensino médio, como, também, dele se utilizou o Estado no seu atendimento, o que teve grandes repercussões sobre a própria natureza desse grau de ensino. "A expansão das oportunidades de matrícula (...) teve o efeito de reforçar e generalizar, entre os educadores e mesmo nas populações urbanas, em geral, a compreensão dos estudos secundários como uma simples continuidade dos estudos iniciados na escola primária. Quando a grande maioria dos candidatos aos estudos de nível médio havia forçado o ingresso naquele 'ramo' do ensino que se definia como seletivo, a anterior organização 'dualista' de formação intelectual, para uns, e profissional, para outros, dificilmente poderia ser preservada". Assim é que a demanda não incidia apenas sobre a expansão da escola secundária, mas, também, sobre o mecanismo de articulação das escolas profissionais de grau médio, de modo a facilitar a transferência dos estudantes destas para aquelas, e o ingresso dos portadores de diplomas do ensino técnico, 2.º ciclo, nos cursos superiores.

O estudo de Wright Mills sobre a "nova classe média", nos EUA, teve decisiva importância para toda uma linha de estudos sociológicos da educação no Brasil. Para Mills, as tendências espontâneas do desenvolvimento capitalista naquele país determinaram o estreitamento das oportunidades de ascensão social para os indivíduos das camadas médias segundo o estilo clássico da economia atomizada (chamada por ele de liberal). Mas, correlativamente, desenvolvia-se um processo de ampliação e diferenciação da burocracia, gerando a figura do *white collar*, para quem a ascensão social tornada possível ou, pelo menos, visualizada como tal, pela aquisição de graus escolares. Marialice Foracchi (1965) reconheceu a existência, no Brasil, desse processo de deslocamento dos canais de ascensão social apontado por Mills para os EUA. Mas, para essa autora, a pretensão de ascensão social via obtenção de graus escolares não resulta, necessariamente, em mobilidade vertical. O diploma conferido por um curso superior é, cada vez mais, condição necessária mas não suficiente de mobilidade. Como diz Foracchi, "a formação universitária representa menos uma oportunidade original de ascensão social do que um prêmio que sanciona e legaliza a conquista de novas posições. Assim sendo, o destaque que a educação possui como fator de mobilidade é relativamente reduzido numa estrutura social em processo de consolidação ou de transformação. Na ordem social competitiva, os caminhos do êxito e da ascensão conduzem à formação profissional de nível superior, mas não se identificam, necessariamente, com ela. A educação universitária apenas ratifica uma trajetória social já realizada e para firmar-se como instrumento de realização pessoal e como recurso de afirmação social não prescinde — pelo contrário, exige — condições sócio-econômicas estáveis e consolidadas".

Luiz Antônio Cunha (1973 e 1975b) combinou as colocações de Mills-Foracchi com as de Aparecida Joly Gouveia e Robert J. Havighurst (1969) sobre o credencialismo para a qualificação da chamada demanda social de ensino superior no período pós-64. Para Gouveia e Havighurst, o requisito educacional para a ocupação de cargos não é fixo, mas varia com a oferta e a procura: "quando há superoferta de pessoal para determinados tipos de função, a descrição dos requisitos para a função se altera de modo a tornar ineligíveis os candidatos menos instruídos, reduzindo-se, assim, o superavit". O inverso também ocorre, pois os empregadores tendem a definir os requisitos educacionais em função do perfil de escolarização da oferta de força de trabalho. Para Cunha, o crescimento da de-



manda de ensino superior no período pós-64 resultou do processo, que se desenvolvia desde antes, do deslocamento dos canais de ascensão social. Este processo determinou a elevação dos requisitos educacionais das ocupações desempenhadas por pessoas de segundo grau de escolaridade provocando, assim, o reforço da demanda de ensino superior. A intensificação deste processo resultou, também, (1) da volta de pessoas já empregadas às escolas superiores, ameaçadas pela competição dos contingentes recém-egressos do sistema educacional, dotados de escolaridade mais elevada; (2) da procura de mulheres, jovens e não, por ensino superior, efeito da redefinição do papel da mulher de classe média como trabalhadora na economia extradoméstica; (3) da definição da escola superior como local privilegiado de convivência dos jovens de classe média. A conjugação desses fatores explicaria o grande crescimento da demanda por escolarização, particularmente em grau superior, independentemente da demanda técnica por força de trabalho qualificada nesse nível. A medida que esse processo se desenvolve, o diploma passa a perder valor, em termos econômicos (salários) e simbólicos (prestígio), o que alimenta, por sua vez, a busca por graus escolares mais elevados: do segundo grau para a graduação em escola superior, e desta para a pós-graduação.

#### *A Política Educacional Pós-68*

As múltiplas medidas de política educacional acionadas pelo Estado a partir de 1968, reformando o aparelho escolar do país, foram tomadas como objeto por várias análises só comparáveis, em volume, com as recebidas pelo ensino secundário no contexto das lutas pela lei de diretrizes e bases da educação nacional. A ênfase deslocou-se, então, do ensino médio para o superior, refletindo não só a crescente importância política deste grau de ensino — que determinou a prioridade da sua reforma sobre os demais graus — como, também, os interesses corporativos dos analistas, em geral professores universitários, para quem essas medidas tinham efeito direto e imediato.

Florestan Fernandes (1975), mais uma vez pioneiro, fez uma crítica da “reforma universitária consentida”, imediatamente após a divulgação do relatório do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária, mas só publicada, pela primeira vez, em 1970. De plataforma progressista de estudantes e professores, a reforma universitária transformou-se, para Fernandes, numa “conspiração contra a universidade”,

“uma manifestação de tutela política e mera panacéia”. Para seu projeto, o governo teria utilizado educadores e cientistas competentes que realizaram o melhor diagnóstico da situação do ensino superior. O Autor não poupa elogios, também, a uma série de soluções para o problema da universidade encaminhadas pelo grupo de trabalho, assim como à articulação entre os objetivos e os meios traçados para atingi-los. Mas, além de insuficientes os pontos positivos, Fernandes aponta a dissociação entre eles e as normas e princípios que presidiam as atividades do grupo de trabalho, fruto de um governo militar autoritário. Embora a proposta de extinção da cátedra vitalícia fosse um avanço, a burocratização da carreira docente levaria a uma situação ainda pior do que a existente até então. Para o Autor, “o propósito do governo (e, através dele, as elites conservadoras no poder) consiste em se antecipar às pressões radicais de mudança educacional, que visam associar a inovação institucional à destruição da estrutura social existente e à criação de uma ordem social democrática”. Assim, “atrás da idéia de ‘reforma universitária’ o que se procurou foi instaurar na universidade brasileira de nossos dias, o novo privatismo que impera na sociedade”.

Analisando o projeto de reforma do ensino superior de 1968, Luiz Antônio Cunha (1975) mostrou a consistência das medidas propostas, levando todas elas a um objetivo comum: “a minimização do custo da matrícula adicional”. Este seria um expediente encontrado pelo grupo de trabalho para compatibilizar as demandas das camadas médias de maiores oportunidades de acesso à universidade, de intelectuais exigindo a modernização da instituição, de um lado; de outro, as necessidades ditadas pelo próprio modelo de desenvolvimento, de baixar ou, pelo menos, não aumentar, os gastos governamentais com educação. Assim, a departamentalização, a matrícula por disciplina/regime de créditos, o regime de tempo integral, a divisão do curso de graduação em dois ciclos (básico e profissional), os cursos de curta duração, a unificação dos vestibulares e outras, seriam medidas tendentes a baixar o custo médio do estudante, permitindo a expansão das matrículas sem comprometer a destinação preferencial do orçamento governamental. Mas, para Cunha, o grupo de trabalho da reforma universitária percebeu ser essa solução provisória: logo haveria nova “saturação” da universidade, com o agravante da existência de um contingente numeroso de jovens diplomados sem “emprego compatível”. Estes “excedentes profissionais” foram considerados mais perigosos para a estabilidade do regime do que os “excedentes estudantis”.



Como solução de longo prazo, o grupo de trabalho propôs conter a demanda dirigida para o ensino superior. Para evitar o aumento das pressões políticas, a profissionalização universal e compulsória do ensino de 2.º grau serviria para estimular um contingente significativo de jovens a procurarem emprego como técnicos, desistindo dos exames vestibulares. Para Cunha, essa "política contenedora" foi inviabilizada pelas próprias medidas governamentais que facilitaram o crescimento do setor privado no ensino superior e o disfarce do ensino propedêutico, no 2.º grau, pela profissionalização superficial, uma e outra respondendo à forte demanda de ensino superior pelas camadas médias, pressionadas pelo deslocamento dos canais de ascensão, pela elevação dos requisitos educacionais e outros fatores. Esse Autor (1975b) explica as reformas do ensino superior e do ensino médio como efeito da "recomposição dos mecanismos de discriminação social via educação". A expansão do ensino superior iniciada antes e intensificada pela reforma universitária de 1968 não foi considerada por ele como democratizadora, pois "a expansão tem sido feita principalmente por meio de escolas privadas (pagas) de mais baixa qualidade, justamente as que matriculam, em maior quantidade, os alunos de mais baixo nível cultural, vale dizer, de mais baixo nível de renda. É provável que o 'valor' do diploma, tanto em termos econômicos (servir de requisito para acesso aos cargos mais remuneradores) quanto simbólicos (servir para distinguir socialmente seu possuidor), seja mais baixo nessas escolas do que nas outras que têm não só os melhores professores quanto os melhores alunos".

Vanilda Paiva (1980) chama a atenção para a necessidade de se levar em consideração os aspectos ligados à diversidade regional do país na avaliação da expansão do ensino superior. A racionalização das estruturas universitárias e a multiplicação de vagas não ocorreu apenas onde a demanda tinha crescido em grande escala, pois a reforma passou a ser aplicada em todo o país, mesmo nos estados do Norte e do Nordeste. Nestes, a demanda foi atendida preferencialmente pelas universidades federais, dispensando o crescimento do setor privado, pelo menos na proporção ocorrida no Centro-Sul. Diz essa autora que nos estados onde houve uma expansão prévia da rede oficial de ensino médio e as universidades federais abriram cursos em cidades do interior, houve uma efetiva democratização do acesso aos cursos superiores, sem uma correlata deteriorização da qualidade do ensino nem hierarquização dos diplomas. Embora reconheça não ter esse fenômeno reduzido as

grandes desigualdades sociais, Paiva diz que ele "permitiu que se começasse a encontrar, pela primeira vez na história brasileira, elementos provenientes do operariado e mesmo do camponato nas escolas superiores". Esse "proletariado intelectual", ao contrário do que aconteceu na Rússia Czarista, não estaria engrossando as fileiras da oposição ao regime. Ele surgiu nos estados mais pobres, justamente naqueles onde se criaram menos oportunidade de emprego no setor privado, onde o clientelismo persistiu mais fortemente e as universidades federais (com orçamentos comparáveis aos dos próprios governos estaduais) continham uma burocracia que pressionava pela sua multiplicação através da criação de cargos a serem preenchidos com seu próprio produto. Como nos diz Paiva, essas universidades federais foram transformadas em "fonte de poder cujo controle tem sido disputado pelas forças políticas locais: em tais casos a burocracia universitária tem se constituído e multiplicado atendendo aos interesses daquelas forças". Esse mecanismo tem levantado barreiras à cooptação daquele "proletariado intelectual" pelo sistema, num aceno às possibilidades de mudanças na posição dessa categoria social.

No seu estudo sobre a política educacional do Estado no período pós-64, Bárbara Freitag (1977) aborda a múltipla funcionalidade da rede particular de ensino na conformação da dualidade do sistema educacional em nível superior, principalmente a questão da formação da força de trabalho. Para esta autora, as escolas e universidades oficiais de ensino superior produzem, grosso modo, recursos humanos para os setores modernos da economia em expansão e a rede privada continua suprindo os setores tradicionais, mas de um modo tal que uma rede existe em função da outra. Isto, porque foi a expansão da rede privada que permitiu à rede oficial dedicar-se a "uma minoria que é devidamente qualificada para assumir as tarefas da economia excludente". De um modo geral, o setor privado oferece às empresas e à burocracia estatal um contingente de trabalhadores que, por terem cursado escolas superiores, mesmo de baixa qualidade, podem vir a ser empregados mais rápida e facilmente. Os egressos das escolas privadas constituem, assim, um lumpem-proletariado de bacharéis que desempenha as duas funções do exército industrial de reserva: a de ser reservatório de mão-de-obra e a de rebaixar o nível salarial dos empregados. Freitag diz que no capitalismo clássico, o exército industrial de reserva podia ser composto de trabalhadores desqualificados. Mas, "nas condições atuais do capitalismo, mesmo o periférico, cujo núcleo



dinâmico é constituído por um setor monopolístico de relativa complexidade tecnológica, impõe-se um exército de reserva de novo tipo, constituído por trabalhadores qualificados ou semiquualificados. O ensino particular superior contribui para a formação desse novo exército de reserva”.

#### *Outras Linhas de Estudo*

Embora não tenham sido privilegiadas por esta resenha, outras linhas de estudo despontam como promissoras para o conhecimento das articulações entre educação e sociedade no Brasil. Ainda que brevemente, vou indicar cinco dessas linhas.

A articulação entre processos socializadores tem sido pouco estudada no Brasil, embora Marialice Foracchi (1965) tenha aberto uma trilha segura. Esta autora estudou a maneira como a participação do jovem de classe média no trabalho e na universidade o expõe a processos de ressocialização que concorrem para alterar os efeitos da socialização familiar, em especial o projeto de carreira. Sérgio Miceli (1972) aborda a função da televisão como substituta da escola. A organização das redes nacionais de televisão teria vindo compensar a inexistência de um sistema unificado de ensino, de âmbito nacional, no desempenho de importantes funções políticas e ideológicas. A falta de maiores estudos nessa linha, não nos permite conhecer como a socialização escolar se articula com a família e a televisão no âmbito das classes trabalhadoras sobre o que, entretanto, muito se tem dito.

Os mecanismos discriminadores pelos quais a escola opera foram estudados por Aparecida Gouveia (1967, 1968, 1969, 1978), Niuvenius Paoli (1980), Alberto de Mello e Souza (1979), Luiz Antônio Cunha (1973, 1975a e 1975b) e Dorith Schneider (1974). Em todos eles, a discriminação escolar é apresentada como um reforço ou um amplificador dos mecanismos de discriminação social vigentes fora da instituição. Apesar de ser uma linha de estudos que tem merecido bastante atenção, ainda desconhecemos muito a respeito do funcionamento dos mecanismos que efetivamente operam nas escolas de diversas regiões do país, tanto na zona urbana quanto da zona rural.

A influência da escolarização nas condições de trabalho e remuneração tem sido pouco estudada, apesar da grande relevância do tema e do volume de proclamações a respeito, oficiais ou não. José Pastore e outros (1973) realizaram ampla pesquisa na indústria paulista, em

1970/71, entrevistando 25 mil profissionais de nível médio e superior, com o objetivo de determinar o comportamento da estrutura ocupacional, as condições gerais de emprego e os efeitos das inovações tecnológicas sobre a demanda de profissionais desse nível. Os resultados obtidos mostraram, ao contrário das expectativas dos elaboradores da política de profissionalização universal e compulsória na escola de 2.<sup>o</sup> grau, que a proporção de profissionais de nível médio na indústria paulista era relativamente pequena, da ordem de 5% da força de trabalho. Cláudio Moura Castro e Alberto de Mello e Souza (1974) realizaram importante pesquisa procurando verificar, entre outras coisas, em que medida a formação profissional obtida em cursos de aprendizagem do Senai ou em escolas técnicas e a formação acadêmica obtida em ginásios resultam em aumentos de salários e progresso na carreira de trabalhadores na indústria. Cláudio Salm (1980) analisou criticamente as concepções da escola como supridora de força de trabalho, em especial do “exército industrial de reserva”, mostrando como a empresa, particularmente a industrial, prescinde da escola na formação da força de trabalho que emprega.

A publicação dos resultados do Censo Demográfico de 1970 propiciou um grande debate sobre a distribuição da renda no país. Os dados permitiram mostrar que a renda estava não só dividida de um modo bastante desigual, como a desigualdade era, em 1970, maior do que a verificada em 1960. As condições conjunturais da escolarização foram evocadas para justificar esse fato. Carlos Langoni (1973) procurou mostrar que, ao lado de outros fatores, a expansão diferenciada de mão-de-obra, devido à tecnologia altamente sofisticada, beneficiou desproporcionalmente os profissionais de escolaridade mais elevada. A desconcentração da renda viria, *ceteris paribus*, com a elevação da oferta de escolarização nos graus médio e superior. Vários economistas elaboraram explicações alternativas que foram sumariadas por Luiz Antônio Cunha (1975), para quem não existiu, de modo generalizado, a suposta escassez relativa de profissionais de alta escolarização, apontando, como demonstração do contrário, a política educacional contenedora nos graus médio e superior.

Na trilha aberta pelos estudos pioneiros de Guy de Holanda, Waldomiro Bazzanella e Dante Moreira Leite, têm surgido, recentemente, interessantes estudos do conteúdo de livros didáticos, buscando explicitar as mensagens ideológicas por eles veiculadas. Gisálio Cerqueira Filho e Gislene Neder (1978) analisaram o conteúdo de livros de “disciplinas sociais” de sete editoras, adotados em escolas oficiais do Rio de

Janeiro, da 5.<sup>a</sup> à 8.<sup>a</sup> séries do 1.<sup>o</sup> grau, mostrando a forte presença da ideologia do "brasileiro cordial" e o esforço sistemático dos textos para dissimular a violência, até mesmo a inerente à escravidão. Maria de Lourdes Nosella (1979) analisou 166 livros de Comunicação e Expressão (Português), adotados nas quatro primeiras séries das escolas de 1.<sup>o</sup> grau do Estado do Espírito Santo. Focalizou 10 temas (a família, a escola, a religião, a pátria, o ambiente, o trabalho, os ricos e os pobres, as virtudes, as "explicações científicas", o índio), encontrando, como característica comum a todos eles a celebração do relacionamento vertical entre doador e receptor: dos pais para com os filhos, do homem para com a mulher, de Deus para com os fiéis, da Pátria para com os cidadãos, da

natureza para com o trabalhador, etc. A conclusão a que chegou Nosella é a de que "o objetivo real da ideologia subjacente aos textos de leitura é o de criar um mundo relativamente coerente, justo e belo, no nível da imaginação, com a função de mascarar um mundo real, que, contraditório e injusto, é necessário para os interesses da classe hegemônica". Infelizmente ainda não podemos contar com estudos que mostrem a presença dos estereótipos veiculados pelos livros didáticos na consciência dos alunos. A propósito, Martins (1975) postulou a dependência da educação às condições sociais de existência dos alunos, podendo elas inviabilizar os mais decididos e sistemáticos intuitos inculcadores.

## Bibliografia

- Abreu, Jaime  
1968 *Educação, Sociedade e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, MEC/INEP.
- Bacchetto, Sinésio  
1967 *Educação e Ideologia*. Petrópolis, Vozes.
- Bazzanella, Waldomiro  
1957 "Valores e estereótipos em livros de leitura". *Educação e Ciências Sociais*, n.º 4, março.
- Brandão, Carlos Rodrigues (org.)  
1980 *A Questão Política da Educação Popular*. São Paulo, Brasiliense.
- Beisiegel, Celso de Rui  
1964 "Ação Política e Expansão da Rede Escolar". *Pesquisa e Planejamento* (São Paulo), n.º 8, dezembro.  
1974 *Estado e Educação Popular*. São Paulo, Pioneira.
- Berger, Manfredo  
1976 *Educação e Dependência*. São Paulo, DIFEL/UFRGS.
- Buffa, Ester  
1979 *Ideologias em Conflito: Escola Pública e Escola Privada*. São Paulo, Cortez & Moraes.
- Campos, Maria Machado Malta  
1975 "Participantes ou marginais - estilos de socialização em famílias de São Paulo e Brasília". *Cadernos de Pesquisa* (Fundação Carlos Chagas), n.º 14, setembro.
- Cândido, Antônio  
1957 "As diferenças entre o campo e a cidade e o seu significado para a educação". *Pesquisa e Planejamento*, n.º 1.
- Castro, Cláudio M. e Mello e Souza, Alberto de  
1974 *Mão-de-Obra Industrial no Brasil*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES.



- Cerqueira Filho, Gisálio e Neder, Gislene  
1978 "Conciliação e violência na História do Brasil". *Encontros com a Civilização Brasileira*, n.º 2, agosto.
- Cintra, Antônio Octávio  
1968 "Educação e Protesto Político: Estudo Preliminar de uma Hipótese". *Dados*, n.º 4.
- Costa, Lia Parente e Weber, Silke  
1977 "Universidade e Desenvolvimento: novas considerações sobre uma velha ilusão". *A Universidade e seus Mitos*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco-PIMES (Comunicações n.º 18).
- Cunha, Luiz Antônio  
1973 *Política Educacional no Brasil: A Profissionalização no Ensino Médio*. Rio de Janeiro, Eldorado.  
1975a *Educação e Desenvolvimento Social no Brasil*. Rio de Janeiro, Francisco Alves.  
1975b "A expansão do ensino superior: causas e conseqüências". *Debate e Crítica*, n.º 5, março.
- Dias, José Augusto (org.)  
1967 *Ensino Médio e Estrutura Sócio-Econômica*. Rio de Janeiro, MEC/INEP.
- Durand, José Carlos Garcia  
1972 "A sociologia educacional brasileira e sua preocupação com o estudante". *Revista de Administração de Empresas*, vol. 12, n.º 3, julho/setembro.
- Faria, José Eduardo e Menge, Cláudia de Lima  
1979 "A função social da dogmática e a crise do ensino e da cultura jurídica brasileira". *Dados*, n.º 21.
- Fávero, Maria de Lourdes de A.  
1977 *A Universidade Brasileira em Busca de Sua Identidade*. Petrópolis, Vozes.
- Fernandes, Florestan  
1966 *Educação e Sociedade no Brasil*. São Paulo, Dominus/EDUSP.  
1975 *Universidade brasileira: reforma ou revolução?*. São Paulo, Alfa-Omega.
- Foracchi, Marialice M.  
1965 *O Estudante e a Transformação da Sociedade Brasileira*. São Paulo, Nacional.
- Freire, Paulo  
1965 *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.  
1974 *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Freitag, Bárbara  
1977 *Escola, Estado e Sociedade*. São Paulo, EDART (Cortez & Moraes 1979).
- Garcia, Pedro Benjamin  
1977 *Educação: Modernização ou Dependência?*. Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- Garcia, Walter (org.)  
1980 *Inovação educacional no Brasil – Problemas e Perspectivas*. São Paulo, Cortez/Autores Associados.
- Gomes, Josildeth  
1956 "A educação nos estudos de comunidade no Brasil". *Educação e Ciências Sociais*, n.º 2, agosto.  
1959 "A criança favelada e a escola pública". *Educação e Ciências Sociais*, n.º 11, agosto.

- Gouveia, Aparecida Joly  
 1967 "Desigualdades no acesso à educação de nível médio". *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, n.º 107, julho/setembro.  
 1968 "Democratização do Ensino Superior". *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, n.º 112, outubro/dezembro.  
 1972 "O emprego público e o diploma de curso superior". *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, n.º 128, outubro/dezembro.  
 1978 "Democratização do ensino: tendências na composição social da clientela". *Cadernos de Pesquisa* (Fundação Carlos Chagas), n.º 27, dezembro.
- Gouveia, Aparecida J. e Havighurst, Robert J.  
 1969 *Ensino Médio e Desenvolvimento*. São Paulo, Melhoramentos.
- Holanda, Guy de  
 1957 "A pesquisa de estereótipos e valores nos compêndios de história destinados ao curso secundário brasileiro". *Educação e Ciências Sociais*, n.º 4, março.
- Hutchinson, Bertran  
 1960 *Mobilidade e Trabalho*. Rio de Janeiro, MEC/INEP/CBPE.
- Kowarick, Lúcio e Rocha, Regina  
 1972? "Considerações sobre o incremento demográfico e educação: crescimento ou desenvolvimento do sistema?". *Simpósio sobre planejamento da educação*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas.
- Langoni, Carlos Geraldo  
 1973 *Distribuição de renda e desenvolvimento econômico do Brasil*. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura.
- Leite, Dante Moreira  
 1972 "Análise de conteúdos dos livros de leitura da escola primária". *O desenvolvimento da criança*. São Paulo, Nacional.
- Lewin, Helena  
 1980 "Educação e força de trabalho feminino no Brasil". *Cadernos de Pesquisa* (Fundação Carlos Chagas), n.º 32, fevereiro.
- Lima, Danilo  
 1978 *Educação, Igreja e Ideologia*. Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- Manfredi, Silvia  
 1978 *Política: Educação Popular*. São Paulo, Símbolo.
- Martins, Heloisa Helena T. S.  
 1976 "Movimento estudantil e reforma universitária". *Contexto*, n.º 1, novembro.
- Martins, José de Souza  
 1975 *Capitalismo e Tradicionalismo* – estudo sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo, Pioneira.
- Mello, Guiomar Namo de  
 1975 "Os estereótipos sexuais na escola". *Cadernos de Pesquisa* (Fundação Carlos Chagas), n.º 15, dezembro.
- Mello e Souza, Alberto de  
 1979 *Financiamento e Acesso à Escola no Brasil*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES.



- Miceli, Sérgio  
1972 *A Noite da Madrinha*. São Paulo, Perspectiva.
- Miranda, Glaura Vasques de  
1975 "A educação da mulher brasileira e sua participação nas atividades econômicas em 1970". *Cadernos de Pesquisa* (Fundação Carlos Chagas), n.º 15, dezembro.
- Moreira, J. Roberto  
1960 *Educação e Desenvolvimento no Brasil*. Rio de Janeiro, Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais.
- Nosella, Maria de Lourdes C. D.  
1979 *As Belas Mentiras* – a ideologia subjacente aos livros didáticos. São Paulo, Cortez & Moraes.
- Nunes, Clarice  
1980 *Escola & Dependência* – O ensino secundário e a manutenção da ordem. Rio de Janeiro, Achiamé.
- Nunes, Márcia B. M. L., Schwartzman, Simon e Wrobel, Vera  
1977 "Estratificação social e educação". *Dados*, n.º 16.
- Nunes, Maria Thetis  
1962 *Ensino secundário e sociedade brasileira*. Rio de Janeiro, MEC/ISEB.
- Oliveira, Betty Antunes de  
1980 *O Estado Autoritário Brasileiro e o Ensino Superior*. São Paulo, Cortez/Autores Associados.
- Oliveira Junior, Ernesto  
1959 *Ensino Técnico e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, MEC/ISEB.
- Paiva, Vanilda P.  
1973 *Educação Popular e Educação de Adultos*. São Paulo, Loyola.  
1977 "Educação Permanente: I-Ideologia Educativa ou Necessidade Econômico-Social?". *Síntese* n.º 9, janeiro/abril.  
1980a "Estado, Sociedade e Educação no Brasil". *Encontros com a Civilização Brasileira*, n.º 22, abril.  
1980b *Paulo Freire e o Nacionalismo Desenvolvimentista*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Paoli, Niuvenius Junqueira  
1980 *Ideologia e Hegemonia* – As condições sociais de produção da educação. São Paulo, Cortez & Moraes.
- Pastore, José  
1972 *O Ensino Superior em São Paulo* – aspectos quantitativos e qualitativos de sua expansão. São Paulo, Nacional/IPE-USP.
- Pastore, José e outros  
1973 *A mão-de-obra especializada na indústria paulista*. São Paulo, USP/IPE.
- Pereira, João Baptista Borges  
1969 *A Escola Secundária numa Sociedade em Mudança* (interpretação sócio-antropológica de uma experiência administrativa). São Paulo, Pioneira.
- Pereira, Luis  
1967 *A Escola numa Área Metropolitana*. São Paulo, Pioneira.

- 1969 *O Magistério Primário numa Sociedade de Classes* – estudo de uma ocupação em São Paulo. São Paulo, Pioneira.
- 1971 “Rendimento e Deficiências do Ensino Primário Brasileiro”. *Estudos sobre o Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Pioneira.
- Peterossi, Helena Gemignani  
1980 *Educação e mercado de trabalho: análise crítica dos cursos de tecnologia*. São Paulo, Loyola.
- Poerner, Artur José  
1968 *O Poder Jovem* – história da participação política dos estudantes brasileiros. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Popovic, Ana Maria; Espósito, Yara Lúcia e Cruz, Léa Maria Chagas  
1973 “Marginalização Cultural: uma metodologia para seu estudo”. *Cadernos de Pesquisa* (Fundação Carlos Chagas), n.º 7, junho.
- Ribeiro, Darcy  
1969 *A Universidade Necessária*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Romanelli, Otaiza de Oliveira  
1978 *História da Educação no Brasil – 1930/1973*. Petrópolis, Vozes.
- Rosemberg, Fúlvia  
1975 “A escola e as diferenças sexuais”. *Cadernos de Pesquisa* (Fundação Carlos Chagas), n.º 15, dezembro.
- Rossi, Wagner  
1978 *Capitalismo e Educação* – contribuição ao estudo crítico da economia da educação capitalista. São Paulo, Cortez & Moraes.
- Sá, Nicanor Palhares de  
1979 *Política educacional e populismo no Brasil*. São Paulo, Cortez & Moraes.
- Salm, Cláudio M.  
1980 *Escola e Trabalho*. São Paulo, Brasiliense.
- Sarti, Ingrid  
1979 “Educação e Estado no Brasil: notas sobre o conceito de política educacional”. *Dados*, n.º 21.
- Saviani, Dermeval  
1973 *Educação Brasileira – Estrutura e Sistema*. São Paulo, Saraiva.
- Schneider, Dorith W.  
1974 “Alunos excepcionais – um estudo de caso de desvio”. In: Velho, Gilberto, *Desvio e Divergência* – uma crítica da patologia social. Rio de Janeiro, Zahar.
- Silva, Geraldo Bastos  
1957 *Educação e Desenvolvimento Nacional*. Rio de Janeiro, MEC/ISEB.  
1959 *Introdução à crítica do ensino secundário*. Rio de Janeiro, MEC/CADES. Reescrito como *Educação Secundária*. São Paulo, Nacional, 1969.
- Szmrecsányi, Tamás e Queda, Oriwaldo  
1973 “O papel da educação escolar e da assistência técnica”. *Vida rural e mudança social*. São Paulo, Nacional.



Teodósio, Joel Regueira

1979 "Autarquias especiais: autonomia ou dependência para as universidades?". *Encontros com a Civilização Brasileira*, n.º 12, junho.

Trigueiro Mendes, Durmeval

1974 "Desenvolvimento, tecnocracia e universidade". *Revista de Cultura Vozes*, v. 60, n.º 6, agosto.

Warde, Mirian Jorge

1977 *Educação e Estrutura Social* – a profissionalização em questão. São Paulo, Cortez & Moraes.

Weber, Silke

1976 *Aspirações à educação* – o condicionamento do modelo dominante. Petrópolis, Vozes.

Whitaker, Dulce C. A.

1980 "A seletividade no ensino de 1.º grau: uma abordagem sociológica". *Ciência e Cultura*, vol. 32, n.º 9, setembro.

## Habitação no Brasil:

### Uma Introdução à Literatura Recente \* / *Licia do Prado Valladares Ademir Figueiredo*

#### *Introdução*

Esta resenha se pretende um guia dos estudos sobre a habitação no Brasil, tendo por objetivo dar ao leitor uma visão geral da produção acadêmica na área, além de indicar os principais tópicos de interesse dos estudiosos da questão habitacional no país. Foi essencialmente levantada a bibliografia publicada a partir de 1970, tendo em vista não apenas o volume de textos já existentes mas, sobretudo, o fato de que foi nesta década que se consolidou um campo específico dos estudos da habitação neste país.

A bibliografia apresentada não se pretende exaustiva, apesar de reunir um volume considerável de títulos produzidos principalmente por cientistas sociais. Foi descartada a literatura ligada a aspectos nitidamente arquitetônicos (tecnologia da habitação, desenho e projetos de arquitetura), bem como aquela referente à indústria de construção civil que, por si só, justificariam trabalhos à parte.

Na elaboração deste trabalho sistematizou-se a bibliografia a partir de temáticas ou sub-áreas que foram gradativamente se constituindo como campos de interesse. O material analisado foi dividido em sete itens:<sup>1</sup> 1. favela; 2. a ação governamental no campo da habitação; 3. periferia: loteamentos e autoconstrução; 4. moradia e trabalho; 5. uso do solo; 6. movimentos sociais urbanos ligados à questão da habitação; e 7. textos de natureza geral.

Esta evolução temática não foi de modo algum acidental. Antes de tudo pode-se dizer que o desenvolvimento deste campo de estudos acompanhou paralelamente o aguçamento da crise habitacional no Brasil. A partir dos anos 60 não só cresce vertiginosamente a população urbana do país (segundo o censo de 70 a população urbana já atinge 56%), como ganha maior visibilidade a questão da moradia, pela multipli-

cação de áreas de tipo favela, mocambos, alagados, etc., nas principais capitais. Coincide com esta época o grande interesse despertado pelo tema da favela e os estudos pioneiros realizados sobre o assunto (SAGMACS, 1960; Medina, 1964; Machado da Silva, 1967; Parisse, 1969; Leeds, 1969). Posteriormente, quando da criação do Banco Nacional da Habitação e de sua intervenção sistemática e abrangente na questão habitacional, passou-se a analisar de maneira sobretudo crítica a ação e os programas que este Banco vem desenvolvendo (Grabois, 1973; Souza, 1974; Valladares, 1976, 1978; Bollaffi, 1975, 1977; Azevedo, 1975, 1979; Andrade, 1976). Mais recentemente, as atenções voltaram-se para a análise das periferias das regiões metropolitanas e o processo de autoconstrução de moradias que aí vem ocorrendo, tendo em vista o fenômeno de "periferização" que desde as últimas décadas vem gerando, em escala e velocidade sem precedentes, a reprodução das franjas urbanas nas grandes metrópoles do país (Maricato, 1976; Santos, 1977, 1980; Bonduki & Rolnik, 1979). Por sua vez, nos últimos anos, questões como a renda da terra e o uso do solo urbano passaram a ser apontadas como fundamentais para a compreensão e formulação da política habitacional, em particular, e de uma política urbana, em geral (Vetter, 1975; Santos & Bronstein, 1978; Singer, 1979; Lefevre, 1979). Finalmente surgiram com temas a investigar: as relações entre a moradia e o trabalho — notadamente a partir do estudo de vilas operárias no Nordeste e em São Paulo (Lopes, 1976, 1979; Blay, 1978, 1980); e ainda, as lutas e conflitos urbanos centrados na questão da moradia, que assumem a forma de movimentos sociais (Santos, 1977; Moisés, 1978; Gohn, 1979; Singer, 1980).

Se por um lado esta evolução temática obedeceu a mudanças que vêm ocorrendo no cenário político e urbano brasileiro, por outro nota-

(\*) Queremos aqui registrar nossos agradecimentos a Suzana Pasternak Taschner, Ermínia Maricato e Álvaro Pessoa pela colaboração prestada na indicação de material.

1. Na bibliografia em anexo, cada um desses itens reúne os trabalhos mais diretamente relacionados com a respectiva sub-área, o que não significa que o conteúdo de cada trabalho seja restrito ao item em que foi classificado.



se a influência decisiva, no campo de estudos da habitação, de marcos teóricos que estão presentes no pensamento sociológico latino-americano nos anos 60-70. Os estudos sobre favela, por exemplo, brotaram num tempo em que a chamada "teoria da marginalidade" estava em voga na América Latina, centrando-se as discussões em torno da integração *versus* não-integração das camadas mais baixas da população urbana, principalmente em relação a dois eixos: o desemprego urbano e as favelas (Machado da Silva & Ziccardi, 1980: 80-81). Mais evidente em alguns autores, menos nítida em outros, a marca da teoria da marginalidade vai, entretanto, aparecer em quase toda a produção das ciências sociais sobre a habitação no início da década de 70.

Num segundo momento, quando da própria superação da teoria da marginalidade por autores que transformam a questão "na problemática dos graus e formas de exploração da força de trabalho, a partir da discussão entre diferentes tipos de organização social da produção (...)" (Machado da Silva & Ziccardi, 1980: 81), é a influência da teoria da acumulação capitalista que se faz presente. A linha de pesquisas que se inaugura sobre a periferia urbana, seus loteamentos populares e o processo de autoconstrução de moradias, por exemplo, já surge sob a égide deste novo marco teórico.

Finalmente, vale salientar que também vem influenciando decisivamente na formulação de um quadro teórico que inspira os estudos sobre a habitação no Brasil, a "nova" sociologia urbana europeia de tendência nitidamente marxista. Na vertente da teoria da acumulação, autores como Castells e Lojkine<sup>2</sup> vêm desenvolvendo, sobretudo na França, trabalhos sobre o papel do Estado na urbanização capitalista e, assim, alimentando em nosso país o debate sobre a relação entre o Estado, a habitação e as condições de reprodução da força de trabalho.

Visando sintetizar a vasta literatura reunida nesta resenha, analisar-se-á separadamente os itens: favela; a ação governamental no campo da habitação; periferia; loteamentos e autoconstrução; moradia e trabalho. Não serão objeto de reflexão os itens uso do solo e movimentos sociais urbanos ligados à questão da habitação, que entretanto constam da bibliografia final como uma indicação para o leitor. Estas temáticas não se relacionam de forma tão direta quanto as demais, com a questão habitacional,

tendo sido o tema dos movimentos sociais urbanos alvo de uma recente resenha no *BIB* n.º 9 (Jacobi, 1980).

### 1. Favela

Quando, na década de 60, se formou em torno do tema da favela o primeiro núcleo de trabalhos sobre habitação no Brasil, não só a favela era tida como o próprio reduto habitacional da pobreza urbana como estava em voga nos meios acadêmicos e políticos a teoria da marginalidade social. Ligada ao surgimento e desenvolvimento de "bairros marginais" nas principais cidades latino-americanas, a marginalidade urbana apresentava-se em sua versão inicial enquanto uma problemática físico-ecológica. Era, então, sinônimo de "favela", "mocambo", "barriada", "ranchos", etc. Num segundo momento, esta abordagem é superada: "do habitat passa-se à maneira de viver e para uma situação de vida. Baixo nível de renda e educação, subemprego e desemprego, desorganização familiar, anomia, falta de participação social foram entre muitos outros, traços associados a estes grupos" (Kowarick, 1975-14). Tendo-se ampliado o leque de questões e enfoques, a associação entre marginalidade e precariedade habitacional soube, entretanto, subsistir, a ponto de sustentar uma ideologia que teve longa vigência na América Latina e no Brasil sob a forma de distintas políticas habitacionais: "A marginalidade era compreendida como algo a ser erradicado materialmente, um sintoma que teria uma cura simples: remoção de favelas e construção financiada pelo governo de moradias adequadas de baixo custo" (Perlman, 1977: 138).

A bibliografia sobre favela abrange hoje um número considerável de trabalhos, que se centraram inicialmente sobre a favela carioca (Salmen, 1970; Parisse, 1970; Boschi, 1971; Nunes, 1976; Perlman, 1974, 1977; Santos, 1977, 1978; Valladares, 1977, 1978; Leeds & Leeds, 1978; Valla, 1979). Não foi por acaso que os primeiros estudos começaram no Rio: despondo na paisagem urbana desde o final do século passado, as favelas, já em 1948, atingiam o número de 105, representando, em 1950, 6,7% da população total; em 1960 esta percentagem sobe para 9,3%, chegando em 1970 a 13%. Estimativas mais recentes apontam a existência, em 1979, de 375 favelas e uma popula-

2. A influência destes autores é conhecida sobretudo através dos seguintes textos: Manuel Castells, *La Cuestión Urbana*. Madri, Siglo Veintiuno de España Eds, 1974. Jean Lojkine, *Le Marxisme, l'Etat et la Question Urbaine*, Paris, PUF, 1977.



ção favelada em torno de 1 milhão e 500 mil, o que equivale dizer que um em cada quatro habitantes do Rio seria, hoje, favelado.

Vale ressaltar que na década de 70 começaram a surgir estudos em outras cidades, *pari passu* com a própria importância que o fenômeno de favelização foi aí adquirindo. São Paulo, por exemplo, já conta hoje com uma razoável bibliografia sobre o assunto (PMSP/Secretaria de Bem-Estar Social, 1974; Ferreira, 1977; Pasternak Taschner, 1978; Niemeyer, 1979; IPT/FUPAM, 1979; Kowarick, 1980). Mostram os autores que em São Paulo, ao contrário do Rio, as favelas são de origem recente e seus moradores sempre representaram um contingente pouco numeroso, sobretudo se comparado com a população vivendo em cortiços e loteamentos de periferia. Em 1958, os favelados não eram mais que 1,3% dos habitantes da capital paulista e em 1975 atingiam 1,6% da população do município (Pasternak Taschner, 1978: 134; Kowarick, 1980: 78). Em números absolutos contava-se, em 1975, com apenas 117 mil favelados contra 615 mil moradores de cortiços e 1,8 milhões de indivíduos morando em “casas precárias” da periferia (Kowarick, 1980: 38 e 78). Estimativas mais recentes sugerem, porém, que a população favelada paulistana estaria em pleno processo de crescimento acelerado: em 1976 já representaria 2,5% da população municipal e, em 1978, 4,1% (IPT/FUPAM, 1979: 456).

O tema da favela já começa a ser discutido nas metrópoles nacionais de menor porte. Sobre Salvador, por exemplo, onde as chamadas “invasões” constituem uma forma “tradicional” de ocupação do solo urbano pelas camadas populares, já se dispõe de alguns trabalhos (*Cadernos do CEAS*, 1975 e 1976; Mattedi, 1979). Para Recife, onde os conflitos de terreno entre grandes proprietários e os habitantes dos “mocambos” já duram algumas décadas, se pode contar com alguns estudos (Pantoja Leite, 1977). Finalmente existem estudos esparsos sobre outras cidades: Belo Horizonte (Le Ven, s/d), Belém (Furtado, 1971 e 1974), e Brasília (Epstein, 1973).

É sensível o fato de que, apesar de serem inúmeros os trabalhos que tratam da favela, poucos são os que abordam a temática sob o ângulo especificamente habitacional. A favela, pela sua própria configuração – nítida delimitação geográfica, espaço que reúne contingentes expressivos dos setores populares urbanos – tem, na verdade, atraído muitos estudiosos que a usam como referencial sócio-espacial para a discussão dos mais variados assuntos. Assim, vêm se multiplicando estudos que recorrem à

favela e sua população para discutir temas como: as representações e a ideologia da classe trabalhadora; seus padrões e hábitos alimentares; o mercado de trabalho e a pequena produção independente; o comportamento político dos moradores; a mulher favelada, etc.

Para efeitos desta resenha os trabalhos com esse teor não serão discutidos, sendo considerados apenas os textos que vêem a favela do ângulo da problemática habitacional, centrando-se em três tópicos: a) o processo de ocupação; b) características e significado da moradia na favela; e c) alternativas de intervenção governamental.

#### a) *O Processo de Ocupação*

O que distingue a favela de outros locais de moradia é, sobretudo, a natureza da ocupação. Invasão de “terra alheia”, apropriação “indevida” de vazios urbanos, a favela constitui-se numa forma “ilegal” de ocupação do solo já que esta, de uma maneira geral, “não se baseia nem na propriedade da terra, nem em seu aluguel aos proprietários legais” (Leeds & Leeds, 1978: 151-152). Dados sobre a propriedade dos terrenos onde se localizam as favelas no Rio são expressivos: segundo levantamento efetuado em 1964, 23% das áreas faveladas pertenciam ao governo federal, 27% aos governos estaduais (Guanabara e Estado do Rio), 44% eram de propriedade privada, ocorrendo, ainda, 6% de favelas em terrenos de propriedade duvidosa ou desconhecida (Valladares, 1978: 31). Em São Paulo, dados de 1974 revelam que 55,9% dos aglomerados situam-se em terrenos de propriedade particular, 37,1% em áreas do poder público municipal e 6,6% em terrenos pertencentes seja ao poder público federal ou estadual (PMSP/Secretaria de Bem-Estar Social, 1974: 35).

Uma questão pertinente diz respeito à origem da ocupação das favelas. Resultaram estas ou não de uma ação coletiva planejada? Como se dá a apropriação da terra pelos invasores? Estudos realizados em diferentes cidades sugerem que, no caso brasileiro, a ocupação das áreas pode se dar sob diferentes formatos. No Rio de Janeiro, por exemplo, o padrão tem sido a invasão gradual, ou/e a ocupação promovida pelos próprios proprietários e também por cabos eleitorais e políticos (Valladares, 1978: 14). Já em Salvador, as invasões obedecem a outro padrão: as mais antigas (dos anos 40) resultaram de verdadeiros movimentos coletivos, mobilizando várias centenas de pessoas (Mattedi, 1979: 145). No caso de São Paulo, os processos de invasão são diversos, não se sabendo “se tem prevalecido uma invasão gradual de terras deso-



cupadas ou, como acontece noutros lugares da América Latina, essa invasão é organizada, programada e implementada por uma junta de organizadores (IPT/FUPAM, 1979: 459). Em Belém distinguem-se duas formas de "grilagem": a "grilagem direta", sem intervenção de terceiros; e a "grilagem indireta", quando o grileiro não invade, mas compra ou aluga um barraco já existente (Furtado, 1971: 10-11).

A regulação dos padrões de ocupação, é tema pouco discutido na literatura, apesar de sua fundamental importância para o entendimento dos mecanismos de ocupação e crescimento destas áreas. Dispõe-se, apenas, do trabalho de Souza Santos (1977) que estudou o sistema informal e não-oficial de legalidade numa favela do Rio de Janeiro. A partir da análise de uma série de disputas referentes à compra e venda de barracos, mediadas pela Associação de Moradores, o autor sugere a existência de um tipo de justiça popular que se contrapõe à "lei do asfalto".

#### b) Características e significado da moradia na favela

O significado da moradia na favela é um dos aspectos ressaltados na literatura. A partir da influência marcante do arquiteto John Turner,<sup>3</sup> alguns autores caracterizaram a favela como uma "solução" e não como um problema, salientando sua funcionalidade, envolvendo aspectos tais como: localização, não pagamento de aluguel, economia de gastos com transporte, criatividade arquitetônica, etc. (Parisse, 1970: 78-81; Perlman, 1977: 236-237). Numa perspectiva mais ampla, outros autores vêem a favela como sendo uma das alternativas habitacionais que se colocam para as camadas populares. Para Leeds & Leeds (1978: 147-154) há um leque de escolhas de tipos de moradia que "são analiticamente equivalentes, mas não o são como possibilidades reais" na medida em que as escolhas refletem não apenas mudanças das unidades familiares como também condições externas (flutuações de mercado de trabalho, mudanças na política relativa à favela, etc). Neste sentido, a favela seria uma solução apenas num dado momento da estratégia de vida dos grupos familiares.

Estudos recentes realizados em São Paulo e no Rio, discutem o lugar que a favela ocupa na trajetória habitacional das famílias de baixa

renda. Contrariamente à uma visão corrente de que a favela seria um estágio no percurso do migrante, uma espécie de "trampolim", constatou-se em São Paulo, que a favela seria o resultado de uma trajetória onde já houve melhores níveis de vida (Kowarick, 1980: 94). Dados coletados revelam que "um contingente de 41% de favelados migrantes que usufruíram de situação diversa da atual durante algum tempo, chegaram à favela por um processo de filtração descendente" (Pasternak Taschner, 1978: 135). Já no caso do Rio verificou-se que a favela pode ser tanto o início como o fim de uma mesma trajetória. Valladares, ao analisar as remoções aí ocorridas, constatou que o favelado removido, mais cedo ou mais tarde, "levado pelas mais diversas contingências, tendia a deixar o conjunto habitacional, seja voluntária, seja compulsoriamente. Voltava então para a favela, ou se instalava na periferia do Grande Rio, em pequenos lotes de áreas semi-urbanizadas. Fechava-se assim um círculo vicioso: da favela ao conjunto habitacional e de volta à favela. Nesse trajeto, o conjunto habitacional representava uma área de passagem, uma área de trânsito" (Valladares, 1978: 17).

#### c) Alternativas de intervenção governamental

Grande parte da literatura sobre favela dedica-se a analisar e historiar a evolução da política do Estado com relação a estas áreas (SAGMACS, 1960; Parisse, 1969; Grabois, 1973; Perlman, 1977; Leeds & Leeds, 1978; Valladares, 1978; Portes, 1978; Valla *et alli*, 1979). Estes estudos referem-se em sua quase totalidade ao caso do Rio de Janeiro onde, mais que em qualquer outro ponto do país, as favelas têm sido objeto de uma série de intervenções.

Ao longo do tempo definiram-se duas propostas básicas de atuação em favelas: a) o desfavelamento ou a remoção, implicando na transferência de moradores para outras áreas e visando a extinção das favelas do espaço urbano; b) a urbanização das favelas, prevendo a permanência dos moradores na área e a introdução de melhorias substanciais na sua infra-estrutura física. A urbanização também supõe a divisão da favela em lotes ou frações ideais de terreno.

No Rio de Janeiro as intervenções sobre a favela remontam ao próprio Código de Obras de 1936, que previa a eliminação e interditava a construção de novas favelas. A erradicação de

3. Veja-se sobretudo John Turner, "Uncontrolled urban settlement, problems and policies", in G. Breese (org), *The City in Newly Developing Countries*, Englewood Cliffs, New Jersey, Prentice Hall, 1969, pp. 507-534.



favelados, entretanto, só toma corpo no período Vargas, com a experiência dos Parques Proletários (1941-43). A partir de 60, e durante as administrações Lacerda, Negrão de Lima e Chagas Freitas os programas se intensificam, já agora batizados pela palavra "remoção". Nos primeiros 12 anos removeram-se nada menos que 132.533 pessoas, atingindo-se 80 favelas (Valladares, 1978: 39). Nos três anos subsequentes – quando se verifica um declínio dos programas – ocorreram 5.241 remoções, totalizando 137.774 pessoas erradicadas da favela carioca em 15 anos (Saliby, 1977: 38). Estas populações tiveram por destino conjuntos habitacionais da Cohab ou Centros de Habitação Provisória destinados àquelas famílias sem condições de participarem do programa da casa própria (Saliby, 1977; Beltrão, 1978).

Nenhuma outra cidade do Brasil conheceu programas de remoção da magnitude do Rio, apesar de se ter implementado em Salvador, no fim dos anos 60, uma política de extinção às "invasões", que atingiu principalmente a orla marítima e turística da cidade (Mattedi, 1979: 162-165). Em São Paulo, as esparsas referências encontradas na literatura mencionam um Projeto de Desfavelamento da Prefeitura (1971) dando-se a transferência dos moradores para Vilas de Habitação Provisória (Niemeier, 1979: 79). Mais frequentes nesta cidade parecem ser as expulsões diretas, executadas por conta dos próprios proprietários de terra, tendo em vista que 55,9% dos aglomerados estão situados em terreno de propriedade particular, 62,3% têm até 10 barracos e 94,9% não contam com mais de 100 unidades habitacionais (Kowarick, 1980: 79).

Os efeitos "nocivos" das remoções têm sido apontados pela grande maioria dos autores que analisaram os diversos programas implementados no Rio de Janeiro, sendo pioneiro neste sentido o trabalho de Salmen (1969). Tendo por preocupação central os efeitos "desintegradores" da remoção sobre a vida dos favelados, as análises salientam a queda da renda familiar por aumento do custo e gasto com transporte, por desemprego devido ao afastamento dos mercados de trabalho e por elevação das despesas com a habitação. Os autores apontam, também como consequência do desfavelamento, a "desintegração" gerada pela destruição da favela e dos laços sociais de solidariedade aí predominantes (Rush, 1974; Perlman, 1977).

Paralelamente às remoções, embora em escala muito reduzida, vêm ocorrendo experiências de urbanização de favelas, notadamente no Rio de Janeiro, tendo sido a Igreja a primeira instituição a sugerir a alternativa da urbanização

e mesmo a promovê-la (Parisse, 1969; Valladares, 1978; Valla *et alli*, 1979; Arquidiocese do Rio de Janeiro, 1979). Consta-se uma evolução na proposta da Igreja que, de sanear a favela com o "suor e trabalho" dos próprios moradores (Fundação Leão XIII-1946), empeneha-se nos dias atuais a apoiar os favelados na sua luta pela posse da terra e urbanização (Pastoral das Favelas).

Do lado do Estado também se pode constatar variações quanto à sua política em relação às favelas, em função, sobretudo, de conjunturas políticas específicas (Leeds & Leeds, 1978; Portes, 1978). Assim é que, quando de um regime militar ou elitista, pende-se para uma política de matiz mais repressivo (remoção). Quando, por outro lado, está em vigência um regime mais populista, "tende a surgir uma política relativa à favela mais comprometida com soluções 'sociais' e 'humanas'" (urbanização) (Leeds & Leeds, 1978: 188). Portes sugere que, na área da habitação popular, as experiências ilustram como o Estado autoritário procura conciliar suas necessidades com as das massas populares (Portes, 1978: 135-136). Valladares, preocupada por sua vez com o significado político-eleitoral da população favelada, sustenta que uma política de remoção em larga escala só pode ocorrer quando os favelados perdem seu poder de barganha representado pelo voto (Valladares, 1978: 26-27).

Pouco se escreveu sobre as experiências concretas de urbanização de favelas (Blank, 1980; Santos, 1977, 1980; Heye, 1980). O caso "clássico" pesquisado é o de Brás de Pina (Rio de Janeiro), que oito anos após o início da urbanização, já tinha 75% das moradias transformadas em casas de alvenaria (Blank, 1980: 110). A experiência resultou, por outro lado, em que ocorresse uma considerável substituição dos favelados por gente de fora, "através de um estatuto surgido espontaneamente e que consistia na venda de 'direitos' à participação no plano" (Santos, 1977: 39). Castro, referindo-se à substituição de moradores por mecanismos de mercado, denomina este tipo de urbanização de "removedora", chamando a atenção para a "falsa oposição entre remoção e urbanização de favelas" (Castro, s/d: 19). Dados relativos a favelados removidos apontam no mesmo sentido acima: famílias transferidas para conjuntos habitacionais tampouco permanecem na área, "passando a casa", vendendo seus "direitos" a terceiros (Valladares, 1978: 77-78).

Nos últimos anos, como decorrência de algumas alterações no quadro político do país, dentre as quais uma maior vitalidade político-partidária, o papel político-eleitoral das favelas



parece voltar a ter peso nas decisões da política habitacional. Assim é que é lançado o Promorar, no âmbito do BNH, propondo uma orientação a nível nacional no sentido de "recuperar" (urbanizar) áreas faveladas e a ouvir as associações de moradores. A primeira experiência do Promorar, denominada "Projeto-Rio", a ser implementada na área das favelas da Maré, já começou a colocar em prática a experiência do "planejamento participativo", tendo esbarrado, desde o seu início, com a demanda dos moradores pela posse da terra (Poggiese, 1980). Restam, entretanto, várias dúvidas sobre o novo programa ligadas a aspectos não explícitos na nova proposta oficial, tais como: o custo social e financeiro da urbanização para o morador; como resolver a questão da posse da terra, etc. (Valladares, 1980).

## 2. A ação governamental no campo da habitação

O volume de trabalhos referentes à análise da ação governamental no campo da habitação no Brasil já é hoje considerável, reunindo artigos em periódicos, teses e relatórios de pesquisa. Tal produção tem a ver com a experiência oficial na área que remonta ao século passado, respondendo "às diferentes crises habitacionais e às suas conseqüências em cada momento histórico" (Finep/GAP, 1979: 83). Entretanto, a maioria dos trabalhos concentra-se na análise da experiência recente, a partir da criação do BNH, quando intensifica-se o debate sobre a habitação, surgindo um "campo legitimado de idéias das ações decorrentes e das interpretações críticas dos seus resultados" (Santos, 1980: 20).

No tocante à experiência oficial anterior ao BNH, apenas o trabalho da Finep/GAP (1979) dedicou-se a inventariar de forma sistemática a ação governamental. Este estudo constituiu-se numa fonte básica de pesquisa para os interessados na história da habitação brasileira, incluindo um vasto levantamento da legislação e bibliografia pertinentes ao tema. O trabalho também oferece uma interpretação das principais políticas adotadas a partir do Segundo Reinado, que vão desde medidas tomadas pela iniciativa privada (alojamentos e vilas operárias construídas por empresários), até programas de governos e prefeituras locais (programa de eliminação de cortiços no Rio de Janeiro, Ação Social Contra o Mocambo em Pernambuco, etc.) e iniciativas federais (política dos Institutos de Aposentadoria e Pensões, Fundação da Casa Popular, Instituto Brasileiro da Habitação).

Na análise das políticas que precederam ao BNH inserem-se outros autores que fazem referência, sobretudo, ao período 1930-64. Azevedo, por exemplo, que ao analisar a ação da Fundação da Casa Popular e dos vários Institutos, salienta o fato das moradias serem subsidiadas, "o que favorecia a política de clientelismo e populismo da época" (Azevedo, 1979: 99). Souza, por outro lado, chama a atenção para o fato de que o "paternalismo governamental jogava no descrédito os Institutos de Previdência e as Caixas Econômicas, principais agentes do financiamento do setor habitacional" (Souza, 1974: 58). Numa linha semelhante, Blay considera que as soluções do período "não adquirem o vulto correspondente à demanda e são distorcidas por todo o sistema de protecionismo, quando não por desvio de verbas" (Blay, 1978: 81). Vale mencionar, também, o trabalho de Serran (1976) que reúne documentos formulados pelo Instituto de Arquitetos do Brasil, a maioria dos quais constituindo-se em críticas e propostas à situação habitacional no período 1954-1975.

Dentre a vasta literatura que trata da experiência recente, distinguem-se dois tipos de abordagens: de um lado, estudos voltados para a análise das linhas gerais da política habitacional; de outro, trabalhos destinados à avaliação de programas específicos implementados pelo próprio Banco. Este conjunto de textos será aqui considerado em dois itens: a) a política habitacional do BNH; e b) avaliação dos programas habitacionais.

### a) A Política Habitacional do Banco Nacional de Habitação

A criação do BNH está inserida em um contexto de crise política e econômica com a qual se defrontava o "novo regime" instaurado com a "revolução" de 1964. A apreensão desta crise e das medidas tomadas pelo governo emergente na tentativa de superá-la é, via de regra, o ponto de partida dos trabalhos.

Embora alguns autores dediquem-se a uma análise mais ampla do novo modelo político e econômico (Souza, 1974; Azevedo, 1975; Bollaffi, 1975 e 1977), só interessa aqui evidenciar os aspectos mais ligados à criação do BNH. Neste sentido, o ponto comum das interpretações é a crise do próprio setor imobiliário naqueles anos, que traduzia-se numa crescente baixa de investimentos do setor, resultando no aumento do déficit habitacional. No centro desta crise estava a inflação agindo de modo a desestimular os investimentos e provocando um surto especulativo nos grandes centros, bem



como a desarticulação do setor imobiliário. À essa época a indústria de material de construção reduziu as suas atividades a um mínimo indispensável e a construção de novas unidades habitacionais viu-se também reduzida. Na formação desse quadro jogaram papel decisivo as diferentes leis do inquilinato instituídas entre 1946 e 1964, como outro fator limitativo dos investimentos nesse setor (Souza, 1974: 58; Szubert, 1979: 31-2; Veras, 1980: 44; Azevedo, 1975: 13; 1979: 99; Reynolds e Carpenter, 1977: 45).

Na vertente política da crise evidencia-se o descontentamento das "massas populares" que deveria ser atenuado, devido aos efeitos de uma depressão prolongada, originada na contenção inflacionária (Bolaffi, 1977: 48-49). Dá-se ênfase também à "percepção das favelas como possíveis focos de tensão podendo redundar em conflito" (Souza, 1974: 54).

A prioridade dada pelo novo governo à questão da habitação e seu pretense alcance político torna-se cristalina na carta de Sandra Cavalcanti, enviada ao Presidente Castello Branco, sugerindo a criação do BNH: "Achamos que a revolução vai necessitar de agir vigorosamente junto às massas. Elas estão órfãs e magoadas, de modo que vamos ter de nos esforçar para devolver a elas uma certa alegria. Penso que a solução dos problemas de moradia, pelo menos nos grandes centros, atuará de forma amenizadora e balsâmica sobre as suas feridas cívicas" (*apud* Souza, 1974: 157).

Frente a essa crise, a opção pela indústria da construção civil torna-se um elemento eficaz na sua superação, não só enquanto indústria aceleradora de outras, mas também devido ao seu caráter de grande absorvedora de mão-de-obra (Souza, 1974: 55; Andrade, 1976: 121-2; Veras, 1980: 49; Szubert, 1979: 32; Bolaffi, 1977: 75-77).

Ao lado das funções econômicas da indústria de construção civil, a opção por um grande plano de investimentos na construção de habitações populares é pensada como uma resposta à crise política, tendo em vista o significado da "casa própria" que torna-se "um símbolo que é desejado por tudo que ele representa: segurança, status, renda, etc." (Souza, 1974: 3). Nesta mesma linha de interpretação situam-se: Bolaffi, 1977: 75; Andrade, 1976: 121; Veras, 1980: 16-20).

Um procedimento bastante difundido nas análises da política habitacional do BNH tem sido a periodização da sua atuação, buscando através dela revelar as macro-diretrizes de cada período e as mudanças ocorridas em cada um deles. A primeira periodização estabelecida pode ser encontrada no trabalho de Souza (1974), sendo posteriormente seguida por Andrade (1976), por Szubert (1979), e também por Veras (1980). O quadro a seguir resume os marcos e o significado mais geral de cada um dos períodos apresentados por esses autores.

Autores	Fase ou período			
	1. <sup>a</sup>	2. <sup>a</sup>	3. <sup>a</sup>	4. <sup>a</sup>
Souza (1974:60)	De 1964 a 1967 "Criação e Estruturação"	De 1967 a 1971 "Desenvolvimento e atuação do BNH"	De 1971 a 1974 "Reestruturação do BNH, enquanto banco de 2. <sup>a</sup> linha"	-
Andrade (1976:122)	De 1964 a 1967 "Estruturação"	De 1967 a 1971 "Banco de 1. <sup>a</sup> linha"	De 1971 em diante "Reestruturação": "banco de 2. <sup>a</sup> linha"	-
Szubert (1979:32)	De 1964 a 1967 "Período de organização do BNH"	De 1967 a 1971 "Período Habitacional"	De 1971 a 1976 "Atuação em desenvolvimento urbano"	-
Veras (1980:52)	De 1964 a 1967 "Estruturação"	De 1967 a 1971 "Banco de 1. <sup>a</sup> linha"	De 1971 a 1979 "Banco de 2. <sup>a</sup> linha"	"Após março de 1979" "Como a perfeição do modelo pretendendo certa popularização".



Criado em 1964, o BNH apresentou como principal inovação a introdução do sistema de correção monetária nos financiamentos habitacionais, como mecanismo de compensação inflacionária. Distingue-se pelo fato de se tratar de um banco e deste modo ser um órgão que articula o setor público como financiador principal, com o setor privado, executor da política habitacional (Andrade, 1976: 123; Veras, 1980: 55).

O período que vai de 1964 a 1967 corresponde à fase de implantação e estruturação do Banco como órgão central do Sistema Financeiro da Habitação (SFH). Esta fase esteve marcada por uma escassez de recursos que dificultou a implementação dos primeiros programas. Os autores apontam a criação do FGTS (1966) e do SBPE (1967) como forma de superar as dificuldades financeiras iniciais. O significado do FGTS é entretanto um dos pontos críticos dos debates na literatura: para alguns autores ele representa um "salto" nas relações trabalhistas (Azevedo, 1975: 26) ou um "benefício" para os trabalhadores (Bolaffi, 1977: 50), sendo também visto como "a implantação de uma nova política de emprego que recondicionou as relações entre capital e trabalho no Brasil, fazendo a balança pender decisivamente a favor do primeiro" (Szubert, 1979: 33). Salienta-se, por outro lado, a sua utilização enquanto um mecanismo compulsório de poupança dos trabalhadores, servindo à investimentos que não vieram beneficiá-los; faz-se também críticas a diversos aspectos da sua operacionalização, dentre as quais a sua remuneração (Souza, 1974: 78-79; Azevedo, 1975: 46; Bolaffi, 1977: 53-54; Szubert, 1979: 40).

Os anos 1967-1971 marcam a segunda fase do BNH que, segundo os autores, sofreu, então, transformações operacionais, ampliou suas funções e passou a privilegiar os financiamentos voltados para as faixas de renda mais altas. Destaca-se, neste período, a criação do mercado de hipotecas, pelo qual o BNH passou a repassar seus recursos à iniciativa privada através da figura do "iniciador" (Souza, 1974: 81; Andrade, 1976: 124-125; Veras, 1980: 63-64). Outra transformação operacional importante verificou-se a nível do cálculo das dívidas e da prestação que delineava para "o mutuário uma situação na qual, quanto mais ele pagava, mais aumentava sua dívida para com o BNH" (Szubert, 1979: 37). Com o Plano de Equivalência Salarial (PES) o número de prestações passou a ser fixo e com o Fundo de Compensação de Variações Salariais, o BNH passou a responsabilizar-se pelos saldos devedores. Ressalta-se, ainda, como característica do período o "descrédito"

atingido pelo Banco, revelado através das altas taxas de inadimplência, o abandono de imóveis, a queixa contra a qualidade de construção dos imóveis, a ausência de infra-estrutura urbana nos conjuntos habitacionais, etc. (Souza, 1974: 94-95; Bolaffi, 1977: 17; Szubert, 1979: 37; Azevedo, 1975: 97). A ampliação do campo de atuação do BNH é outro fator marcante, revelando-se através da criação de programas de financiamento de infra-estrutura urbana como o FINASA, o PLANASA e o FIMACO (Souza, 1974: 99-103; Andrade, 1976: 126-127; Szubert, 1979: 37; Veras, 1980: 61-62). Finalmente, observa-se no período a crescente participação dos recursos da SBPE no montante de recursos disponíveis do BNH, constatando-se o decréscimo relativo da participação do FGTS (Reynolds & Carpenter, 1977: 46).

O terceiro período do BNH corresponde à sua transformação em banco de 2.ª linha, quando então deixa de operar diretamente, cabendo aos agentes repassar os créditos por ele concedidos e se responsabilizar pelas operações. Segundo vários autores, esta transformação visava resguardar o Banco das críticas a que se vira exposto, assegurando-lhe, por outro lado, "a disponibilidade de que necessitava não só para atuar em novos investimentos como também para assumir nova identidade no sistema" (Souza, 1974: 144). Além desse aspecto, aponta-se a intensificação de programas de desenvolvimento urbano através da criação, em 1972, de três Fundos de Desenvolvimento Urbano (Nordeste; Leste, Centro Oeste e Sul; Amazônia) e do lançamento do Projeto CURA. Dentro de uma linha de novos programas é instituído, ainda, o Planhap que pretendia, no prazo de 10 anos, eliminar o déficit de casa própria, com infra-estrutura urbana e comunitária, das famílias com renda entre 1 a 3 salários mínimos. Em 1975, no âmbito do Planhap é criado o Profilurb, destinado ao financiamento de lotes providos de água, luz, esgoto e uma unidade de tipo embrião (a ser concluída via a autoconstrução) para famílias com renda até três salários mínimos ou sem renda regular. Seu significado mais amplo foi o reconhecimento pelo BNH "do fato de que um terço das famílias urbanas brasileiras, com renda mensal inferior a 1,5 salários mínimos, não tem condições de adquirir uma casa, por mais simples que ela seja" (Szubert, 1979: 42). Uma outra medida no período foi a concessão de um benefício tiscal (Decreto-Lei 1.358), visando "premiar" os mutuários em dia e, desse modo, reduzir a taxa de inadimplência (Szubert, 1979: 40; Veras 1980: 83; Azevedo, 1979: 105). Finalmente, a terceira fase do BNH se caracteriza por



uma identificação cada vez maior enquanto um banco de desenvolvimento urbano: as aplicações em habitação que eram de 93,2% em 1969, caem para 59,7% em 1974, atingindo 66,9% em 1978; paralelamente, os investimentos em desenvolvimento urbano passaram de 4,1%, em 1969, para 25,2%, em 1974, e 28,1%, em 1978 (Veras, 1980: 66). No que se refere a unidades habitacionais construídas, observa-se a tendência ao privilegiamento dos grupos de alta renda através dos programas RECON e SBPE que até 1974 reuniram 50,2% do total de unidades habitacionais financiadas pelo BNH (Veras, 1980: 103).

O quarto e último período do BNH inicia-se a partir de 1979 com o anúncio de "significativas mudanças", reflexo da "abertura" do novo governo que busca uma "legitimação junto aos setores populares" (Veras, 1980: 90-93). São as seguintes as medidas mais recentes: criação do Promorar, destinado a atender famílias de baixa renda e a promover programas de recuperação de áreas faveladas; estímulo ao Prohemp, programa através do qual empresas financiam casas aos seus trabalhadores; formulação de um Plano Nacional de Habitação Rural. Por outro lado, dentro de uma "nova linha de atuação", o BNH se dispõe a ouvir as reivindicações de associações civis e militares (Veras, 1980: 90).

Para além da periodização, o significado da política habitacional do BNH, ao longo de sua existência, é a preocupação principal dos autores. (Souza, 1974; Azevedo, 1975; Andrade, 1976; Bolaffi, 1977; Szubert, 1979; Veras, 1980). De uma ênfase inicial em uma política social, o BNH passou cada vez mais a assumir funções econômicas de estímulo ao capital privado. Montada num esquema empresarial, a política habitacional tornou-se um dos elementos mais eficazes da nova estratégia econômica implementada a partir de 1964. Do confronto de promessas com realizações, a ação do BNH deixa um saldo negativo, sobretudo em função da correção monetária e do modelo empresarial adotado. Este saldo negativo revela-se, por um lado, pelo afastamento de sua clientela prevista e, por outro, por sua pouca eficácia em fazer face ao déficit habitacional.

#### b) Avaliação de Programas Habitacionais

Um número considerável de estudos e pesquisas se dedica a análise de programas específicos do BNH, sobretudo aqueles destinados as famílias de "baixa renda". Recentemente, o próprio BNH passou a financiar estudos de tipo avaliativo sobre seus programas realizados por

instituições especializadas (Iuperj, IBAM, Fundação João Pinheiro, etc).

Todos os estudos apresentam uma preocupação comum, qual seja a de atentar em detalhe para o funcionamento dos programas, o desempenho das instituições, a qualidade do produto oferecido, as relações entre mutuário e órgãos executores da política habitacional, a clientela prevista e aquela sendo efetivamente atendida, etc. Em suma, visa-se discutir a adequação *versus* inadequação dos mais variados programas voltados para a "baixa renda" frente aos objetivos declarados da política habitacional.

No conjunto da literatura predominam as análises relativas aos programas das Cohabs (Gondim, 1976; Valladares, 1978; Szubert, 1977; Azevedo, 1979; Saad, 1980; Batley, s/d), sendo restrito o número de trabalhos referentes aos demais agentes do sistema financeiro que atuam na faixa do mercado popular. Além de Szubert (1979) que trata das cooperativas habitacionais em Salvador, só se encontram informações sobre os conjuntos habitacionais promovidos por cooperativas na recente coleção de pesquisas de Avaliação de Programas Habitacionais de Baixa Renda (Rio, Recife, Salvador, Florianópolis, 1978 e 1979) encomendadas pelo BNH.

No que se refere às Cohabs distingue-se, de um lado, estudos preocupados com a trajetória destas companhias desde a sua criação. Azevedo (1979), por exemplo, sintetiza sua atuação no país, distinguindo as seguintes fases: a) implantação e expansão (1964-69); b) esvaziamento e crise (1970-74); e c) restauração (1975-78). Encontram-se, por outro lado, estudos de caso analisando o desempenho e a trajetória de Cohabs específicas (Szubert, 1977; Saad, 1980; Batley, s/d) ou a execução de seus programas (Grabois, 1973; Valladares, 1978). Aparecem, também, trabalhos cujo objeto central são os conjuntos habitacionais, suas características físicas e a população que abrigam (Gondim, 1976; Attadia da Motta, 1975; pesquisas de Avaliação de Programas Habitacionais de Baixa Renda, 1978 e 1979). Vale ainda incluir neste rol estudos sobre conjuntos de "habitação provisória", destinados às "sobras" das remoções e "vítimas de catástrofes" no Rio de Janeiro (Saliby, 1977; Beltrão, 1978).

Dentre os principais pontos levantados por este leque de trabalhos salienta-se: que os programas e os conjuntos habitacionais não estão atendendo àquelas populações para os quais foram previstos (Gondim, 1976; Valladares, 1978). No caso de atendimento da população prevista observa-se, entretanto, a concentração de mutuários nos limites mais altos da faixa de



renda (Avaliação de Programas Habitacionais de Baixa Renda, 1978 e 1979; Szubert, 1979; Valladares, 1978; Azevedo, 1979). Observa-se ainda a tendência da rotatividade dos moradores por mecanismos de mercado (Valladares, 1978; Avaliação de Programas Habitacionais de Baixa Renda, 1978 e 1979). Outro aspecto ressaltado é a existência de uma demanda considerável para as habitações da Cohab, superando em muito sua capacidade de atendimento (Saad, 1980; Batley, s/d). Constata-se, também, a ocorrência de práticas informais e de tipo clientelista no acesso às unidades habitacionais, tendo em vista a pressão da demanda e os interesses políticos que mediam a distribuição de habitações (Valladares, 1978; Azevedo, 1979; Batley, s/d). Deve-se ainda lembrar a ênfase atribuída por todos os autores às características construtivas dos conjuntos habitacionais, seja no que se refere à carência de infra-estrutura, seja no que tange às deficiências de construção envolvendo aspectos como qualidade do material utilizado, limitações do projeto arquitetônica, etc. Finalmente, são constantes as críticas à localização dos conjuntos que oneram excessivamente a força de trabalho nos seus deslocamentos diários.

### 3. Periferia: loteamento e autoconstrução

Uma nova problemática, a do título acima, vem se colocando aos estudiosos do tema habitação da classe trabalhadora no Brasil. Deslocada no tempo — uma vez que o desenvolvimento das periferias urbanas das grandes aglomerações do país remonta pelo menos à década de 30, ocorrendo mais intensamente a partir dos anos 50 — é somente na última década, quando as “escalas e velocidades” do fenômeno saltam aos olhos, que um acervo de informações empíricas e de interpretações teóricas começa por se constituir.

Inicialmente, vale fazer algumas considerações gerais sobre a literatura pertinente ao tema. Trata-se de uma produção recente, predominantemente realizada na década de 70, cuja gestação ocorreu a partir da ruptura com a teoria da marginalidade social, sob a marcante influência do trabalho de Francisco de Oliveira (1972). Na sua tese acerca da integração dos setores atrasados no processo de acumulação do capital no Brasil, a moradia autoconstruída pelas classes populares é considerada um dos

principais itens da reprodução e da dilapidação da força de trabalho, uma vez que: “Uma não insignificante percentagem das residências das classes trabalhadoras foi construída pelos próprios proprietários, utilizando dias de folga, fins-de-semana e formas de cooperação como o ‘mutirão’”. Ora, a habitação, bem resultante dessa operação, se produz por trabalho não-pago, isto é, supertrabalho. Embora aparentemente esse bem não seja desapropriado pelo setor privado da produção, ele contribui para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho, pois o seu resultado — a casa — reflete-se numa baixa aparente do custo de reprodução da força de trabalho — de que os gastos com habitação são um componente importante — e para deprimir os salários reais pagos pelas empresas. Assim, uma operação que é, na aparência, uma sobrevivência de práticas de ‘economia natural’ dentro das cidades, casa-se admiravelmente bem com um processo de expansão capitalista, que tem uma de suas bases e seu dinamismo na intensa exploração da força de trabalho” (Oliveira, 1972: 31).

Ao lado desta influência teórica, outras características marcam a literatura, notadamente uma vertente metodológica comum em que se privilegia a observação direta ou a combinação desta com a realização de *surveys* em loteamentos de periferia.

Os primeiros estudos foram realizados em São Paulo, estendendo-se posteriormente ao Rio. Pesquisa pioneira foi aquela realizada em 1970-71 por Lemos & Sampaio, que só veio a ser publicada em 1978. Mais conhecido, entretanto, ficou sendo o trabalho de Maricato (1976), por sua repercussão na produção acadêmica subsequente.

No conjunto dos trabalhos pode-se distinguir três enfoques<sup>4</sup> analíticos complementares. O primeiro busca analisar, numa perspectiva histórica, a origem do parcelamento do solo no Brasil desde o período colonial até os dias atuais, enfatizando os loteamentos periféricos como um dos principais mecanismos de expansão das metrópoles, reunindo consideráveis parcelas da população trabalhadora (Beloch, 1980). O segundo enfoque privilegia uma análise comparativa, mostrando as tendências que vêm ocorrendo no processo de autoconstrução de moradias nas três últimas décadas, no que diz respeito às suas determinações sociais, econômicas e técnicas (São Paulo/Secretaria de

4. Para efeitos desta resenha, os dois primeiros enfoques não serão analisados, tendo em vista que o acesso aos textos só se deu após a redação do presente item.



Economia e Planejamento, 1979). Por último reunindo a grande maioria dos trabalhos, distingue-se uma abordagem que se centra na descrição do processo de autoconstrução e na discussão do seu significado para a reprodução da força de trabalho (Maricato, 1976; Bonduki e Rolnik, 1979; Lima, 1980).

A investigação da questão na literatura sugere um ordenamento a partir da categoria "periferização" que apresenta como temas associados a problemática dos loteamentos e do processo de autoconstrução.

a) *Periferização: a "Segregação Espacial" da Classe Trabalhadora*

A análise do fenômeno da periferização tem sido comumente feita a partir de compreendê-lo como resultante do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e de suas conseqüências na conformação do espaço urbano nas grandes cidades, especialmente a partir dos anos 50 (Maricato, 1977: 95; Santos, 1980: 24). Neste sentido, o termo "periferização" é utilizado para designar um modo específico de estruturação do espaço urbano em época recente e também para representar um "novo modo de urbanização" (Santos, 1980: 21).

A periferização pode ser entendida como uma projeção ao nível do espaço, do processo de acumulação de capital e de suas conseqüências sobre o *habitat* da classe trabalhadora, determinando sua segregação espacial ditada por sua localização cada vez mais longínqua dos "núcleos" dos principais centros urbanos-industriais do país. A essa especificação acrescentam-se muitas outras que marcam um quadro de carência generalizada, constatado através das precárias condições de moradia (Bonduki e Rolnik, 1979: 150; Maricato, 1979: 91; Lima, 1980: 90); da quase completa ausência de infra-estrutura e serviços urbanos; do agravamento das condições de saúde (Maricato, 1979: 91; Cavalcanti, 1980: 16); da "ocupação predatória" (Maricato, 1977: 23-43); de uma população que afluente baixos salários, etc.

Os principais fatores que contribuem para o processo de periferização são apontados como sendo: as condições salariais da classe trabalhadora, a expulsão direta dos núcleos por ação de programas de remoção de favelas e renovação urbana, a expulsão indireta em decorrência da legislação e taxaço urbanas e, ainda, a especulação imobiliária. Todos estes fatores, além de afastarem as populações pobres das áreas centrais, impedem a fixação dos migrantes recém-chegados. Por outro lado, a periferia oferece como fator de atração a "informali-

dade" presente nas relações sociais entre loteadores, corretores e compradores, permitindo à classe trabalhadora fazer e desfazer contratos informais e solucionar problemas pore relações face-a-face (Santos, 1980: 32).

Na análise do crescimento das periferias, salienta-se a sua expansão pelo deslocamento de populações de uma periferia para outra mais carente (Bonduki e Rolnik, 1979: 148). Para Santos, ou os residentes se vão por conta própria para capitalizar de imediato as vantagens introduzidas, ou são expurgados com o tempo, através de fenômenos de "capitalização" locais (Santos, 1980: 42-43).

b) *Os Loteamentos Periféricos*

A questão do parcelamento e uso do solo nas franjas das grandes metrópoles nacionais é vista através da ação de um conjunto de "agentes": o proprietário fundiário; o loteador; o corretor; o Estado (representado por instâncias do poder local); e o morador. As histórias dos loteamentos se pautam numa mesma lógica, podendo "ser representadas por períodos que se encadeiam: o do parcelamento do solo; o do lançamento e da comercialização; o da primeira ocupação; os desenvolvimentos posteriores" (Santos, 1980: 29).

Os loteamentos, em sua maioria, ocorrem em áreas remanescentes de uso rural, incorporadas ao espaço urbano pelo desenvolvimento dos meios de transporte, tornando-se assim alvo da especulação imobiliária (Costa, 1979: 74; Santos, 1980: 29; Lima, 1980: 70; Cavalcanti, 1980: 117). Na abertura de um loteamento, a associação entre o loteador e o proprietário fundiário é indicada através do "sistema de concessão" (Bonduki & Rolnik, 1979: 120) ou de "contratos de parceria" (Chinelli, 1980: 50). Ainda considerando o parcelamento do solo, os autores procuram identificar o tipo de capital presente na orientação desses empreendimentos: seja um reduzido capital inicial, suficiente para lotear pequenas dimensões (Chinelli, 1980: 50), seja empresas aparentemente modestas, servindo de veículo para investimentos do grande capital (Santos, 1980: 29).

A comercialização dos loteamentos obedece a um conjunto de procedimentos bastante semelhante. No que se refere às condições de compra pelos moradores, salienta-se os seguintes pontos: o valor das prestações é estabelecido a partir das "condições de demanda", devendo manter uma baixa relação com o salário mínimo; nem sempre ocorre o pagamento de entrada; o preço final do lote tem pouca influência na decisão de compra, importando



mais o prazo, que costuma variar entre cinco e dez anos. Quanto à promoção, indica-se procedimentos que marcam uma estratégia voltada para a "popularização" do loteamento: distribuição de volantes e folhetos em locais de intensa circulação, propagação nos locais de trabalho, colocação de *stands* em pontos estratégicos, etc. A comercialização dos lotes obedece a um contrato de compra e venda, onde se prevê a retomada do lote após três meses de atraso, havendo, entretanto, indicações de ser este um mecanismo pouco acionado pelo loteador devido aos custos e demora da ação judicial. Na prática são frequentes "negociações", implicando em revenda do lote seja para o mesmo comprador ou para terceiros. Por último, os autores argumentam que a viabilidade de venda dos lotes deve-se sobretudo à quase ausência de infra-estrutura e serviços urbanos encontrada nos loteamentos: é exatamente a carência dessas condições que é vendida aos compradores (Bonduki & Rolnik, 1979: 121-125; Lima, 1980: 70; Chinelli, 1980: 54-61; Santos, 1980: 29-43).

Outro ponto central da literatura diz respeito ao estatuto jurídico dos loteamentos, tidos em sua grande maioria como "clandestinos" por não cumprirem principalmente as exigências de infra-estrutura e serviços urbanos. Sendo a aprovação dos loteamentos regulada por legislação municipal, aponta-se para uma grande variação no grau de clandestinidade, seja de município para município ou de loteamento a loteamento (Bonduki & Rolnik, 1979: 126-127; Chinelli, 1980: 53). É ponto de consenso que a proliferação dos loteamentos vem provocando irreversíveis conseqüências nas condições gerais de urbanização das metrópoles. No entanto, as colocações diferem quanto à responsabilidade do Estado frente ao problema: para Bonduki & Rolnik, por exemplo, não se pode "atribuir a culpa pela existência dos clandestinos às más intenções dos empreendedores, mas às condições de remuneração da classe trabalhadora e à forma preponderante de atuação do Estado capitalista na cidade" (Bonduki & Rolnik, 1979: 127). Já Chinelli sugere que "os loteadores manipulam mecanismos e relações com o Poder Público, variáveis em sua eficácia (Chinelli, 1980: 54).

Na reflexão sobre os loteamentos de periferia, ênfase também é dada à ação dos seus moradores (Maricato, 1979: 73; Costa, 1979: 32-34; Santos, 1980: 30; Lima, 1980: 71; Cavalcanti, 1980: 72). A própria ocupação da área é tida como fator de valorização, já que cria as bases para o seu desenvolvimento posterior. Ressalta-se que em muitos loteamentos a popu-

lação local implantou os recursos mínimos de infra-estrutura tendo em vista a inação do Estado. Por outro lado, salienta-se que aquela detém (pelo menos potencialmente) um poder de barganha que se faz exercer junto ao poder público. Santos sugere que a conquista de melhorias representa um elemento determinante do próprio processo de crescimento das periferias (Santos, 1980: 38) ressaltando que parte dos moradores se apropria de imediato das vantagens introduzidas e as capitaliza, seja vendendo o terreno ou o imóvel construído, seja agindo como especuladores, subdividindo em pequeníssimas parcelas seus lotes e construindo cubículos para vender ou alugar (Santos, 1980: 30).

### c) A Autoconstrução

A literatura sobre autoconstrução tem como base comum de análise a importância atribuída à esta como um dos principais itens das condições de reprodução da força de trabalho (Lima, 1980: 71; Rolnik & Bonduki, 1979: 27; Maricato, 1979: 82; Cavalcanti, 1979: 20; Costa, 1979: 2). Neste sentido, o pano de fundo do debate sobre a autoconstrução é o confronto que se estabelece, por um lado, entre as necessidades de consumo — especialmente da habitação e de suas condições de infra-estrutura e serviços — da classe trabalhadora e as condições salariais vigentes no país; e por outro, o conjunto de significados de que se reveste a autoconstrução na medida em que ela se constitui numa "solução" habitacional promovida pela própria classe trabalhadora, na ausência de uma política governamental de habitação e de um "mercado formal" (Jacobi, 1978: 4) compatível com o nível salarial desta maior parcela da população.

Uma primeira definição de autoconstrução foi dada por Maricato, como sendo, "o processo através do qual o proprietário constrói sua casa sozinho ou auxiliado por amigos e familiares (...) nos seus horários de folga do trabalho remunerado" (Maricato, 1976: 10). Posteriormente, em uma versão modificada do trabalho indicado, Maricato redefine a autoconstrução estendendo o seu significado aos termos "autoajuda", "ajuda-mútua" e "mutirão". A autora retém, entretanto, o aspecto da relação social implícita na sua primeira definição em que a autoconstrução se caracteriza por se diferenciar "das relações capitalistas de compra e venda da força de trabalho". Enfatiza ainda que a definição é válida para o trabalho "coletivo ou não" e para a construção da casa "própria ou não". Deste modo, a autoconstrução passa a significar



também “a produção do espaço urbano” (igrejas, escolas, ruas etc.) não se restringindo “aos meios de consumo individual” (Maricato, 1979: 71-74).

A caracterização do processo de autoconstrução tem sido comumente feita a partir de um conjunto de elementos que, articulados, permitem sua consecução mesmo em um quadro de extrema carência de recursos. Assim, o grupo familiar autoconstrutor depende de montar uma “estratégia de sobrevivência” que será determinante do processo de produção da habitação, podendo este ser visto através de uma série de elementos.

A força de trabalho empregada na moradia autoconstruída é apontada como sendo essencialmente familiar, contando também com a participação de amigos e vizinhos. A contratação de força de trabalho remunerada pode ocorrer, sobretudo nos momentos de execução de “trabalhos especializados”. Em muitos casos os trabalhos são executados sob o regime do mutirão em fins-de-semana, feriados ou à noite, podendo-se perceber a existência de “redes de trabalho” através das quais os autoconstrutores estabelecem compromissos entre si, configurando um pacto de ajuda recíproca que pode estender-se por muito tempo. O significado do mutirão é uma questão que ganha relevo nos debates. Enquanto Maricato (1979: 71) o define como uma “solidariedade forçada” outros autores criticam uma visão mistificadora desta prática enquanto “solidariedade de classe”, salientando: que o mutirão contribui indiretamente para manter baixos os salários e estender a jornada de trabalho (Bonduki & Rolnik, 1979: 131); que o mutirão caracteriza-se por ser uma contraprestação de serviços (Bonduki & Rolnik, 1979: 131; Costa, 1979: 22; Lima, 1980: 87; Cavalcanti, 1980: 111); e que a relação de vizinhança não é fator determinante de cooperação (Jacobi, 1978: 75; Bonduki & Rolnik, 1979: 132).

Na estratégia da autoconstrução, a disponibilidade de recursos financeiros constituiu-se numa variável determinante. Dois fatores são comumente apontados como dificultando o processo de produção da casa em sua fase inicial. Em primeiro lugar, o fato de que antecede a decisão de começar a construção, o comprometimento de uma parcela dos recursos disponíveis com o pagamento da prestação do lote. Em segundo lugar, está o fato de que, em geral, os autoconstrutores moram em casas de aluguel, o que também limita a possibilidade dos gastos iniciais. Adicionando-se a estes fatores a compra de materiais para o início da obra, percebe-se que o “período que vai da compra do lote à

conclusão do primeiro cômodo – momento em que a família se muda para a casa própria – se constitui na fase mais crítica da autoconstrução” (Lima, 1980: 79).

Para viabilizar a obtenção dos recursos necessários, faz-se uso de uma série de expedientes, dentre os quais os autores salientam: extensão da jornada de trabalho através de horas extras, obtenção de um segundo emprego e realização de biscates; venda das férias; utilização do FGTS e do 13.º salário; inserção de mais membros da família no mercado de trabalho; contração da cesta de consumo, atingindo particularmente o item alimentação; venda de equipamentos domésticos e objetos pessoais nos momentos de maior necessidade; atraso no pagamento das prestações do lote, etc.

No processo de autoconstrução, elementos como material e técnica construtiva aparecem como aspectos marcantes da moradia. A compra de material vai estar condicionada pela imprevisibilidade de recursos, determinando que ela seja feita aos poucos para atender às necessidades essenciais da etapa construtiva em que se encontra a casa. Contando com poucas alternativas de financiamento, ou mesmo sendo estas inviabilizadas pelo seu alto custo, os autoconstrutores, em sua maioria, limitam-se à compra do material mais barato. A escolha destes depende geralmente da oferta existente nas pequenas lojas que proliferam nos loteamentos periféricos (Maricato, 1979: 86-89; Lima, 1980: 80; Cavalcanti, 1980: 32-104; Costa, 1979: 25-27).

No que se refere à técnica autoconstrutiva, esta se caracteriza como sendo a mais elementar possível, tendo em vista suas mais amplas determinações. Salienta-se que o processo de autoconstrução é realizado através de etapas descontínuas, muitas vezes resultando em deterioração das partes anteriormente construídas.

Uma última preocupação que percorre os textos consultados gira em torno de interpretações sobre o valor de uso e o valor de troca da moradia autoconstruída. Embora seja a produção de “valor de uso” apontada como presente na origem da autoconstrução, os trabalhos partem de uma visão de que, pelo menos “potencialmente” (Bonduki & Rolnik, 1979: 129; Lima, 1980: 89; Cavalcanti, 1980: 16) nela está contido “valor de troca”, resultado em que a casa seja vista como uma “mercadoria”, cuja comercialização far-se-á sob certas condições. Desse modo, alguns estudos buscam compreender a transformação do “valor de uso” em “valor de troca” através dos modos de mercantilização da “casa própria”, ou enquanto decorrência da determinação “capitalista” a que



estariam submetidos também os grupos auto-construtores (Jacobi, 1978: 10; Santos, 1980: 30). Esse processo de transformação será caracterizado, por um lado, através das casas construídas para alugueis, do aluguel de cômodo, da revenda de lotes, da venda da casa; e por outro lado, ele será visto como decorrência de que a opção pela casa própria representa não só a eliminação de gastos com aluguel, mas, também, a "formação de um patrimônio" cuja "valorização" será dependente das conquistas de melhorias dos loteamentos em que ela se localize (Bonduki & Rolnik, 1979: 138-144; Lima, 1980: 89-90; Santos, 1980: 37). Cabe ainda acrescentar, neste ponto, que alguns autores explicam a opção pela casa própria como um fator de "segurança" frente à instabilidade de empregos, frente às "crises de vida" pelas quais comumente passa essa parcela da população.

A autoconstrução, enquanto uma solução habitacional promovida pela classe trabalhadora, tem sido considerada como "a única alternativa que restou ao trabalhador" (Bonduki & Rolnik, 1979: 153); como uma "resposta" (Lima, 1980: 71); como um "elemento de resistência a um contexto contraditório que tende a reduzir ao máximo as tentativas de cooperação" (Jacobi, 1978: 20). Esta solução ocorre, enfim, em uma situação que demarca um quadro de "dilapidação" e "espoliação urbana" da força de trabalho, diante de um Estado que não prevê os meios de consumo coletivo e nem uma política habitacional adequada à classe trabalhadora.

Essa solução habitacional é considerada, ainda, por alguns autores, como a "forma mais funcional ao sistema" (Bonduki & Rolnik, 1979: 151), "solução bastante conveniente ao sistema em vigor" (Lima, 1980: 90), "solução compatível com o sistema dominante" (Cavalcanti, 1980: 66). Os motivos para estas considerações devem-se às interpretações da autoconstrução como um fator de rebaixamento da taxa do salário. Por outro lado, o argumento dirige-se às implicações "político-ideológicas" da casa própria, que, segundo Lima, "ampliando o contingente de proprietários particulares de habitações realimenta a crença de que o direito legal à propriedade privada é um direito incontestável e reforça o seu valor como aspiração incondicional, contribuindo assim para reforçar o sistema de propriedade privada" (Lima, 1980: 90). Já Rolnik & Bonduki argumentam que: "se o crescimento econômico é baseado no controle político e no arrocho salarial, nada melhor do que identificar os trabalhadores com a propriedade privada, talvez para mostrar-lhes que 'tem algo a perder' ou que estão ganhando alguma coisa

com o 'desenvolvimento'" (Rolnik & Bonduki, 1979: 150).

#### 4. Moradia e trabalho

Apesar de ser muito reduzida a literatura reunida neste item, ela é, sem dúvida, de grande importância para o entendimento da questão habitacional no que diz respeito à sua relação com a reprodução da força de trabalho – seja no que tange às condições concretas de sua existência, seja no que se refere à formação ideológica das classes trabalhadoras. Por outro lado, os autores que se reúnem em torno deste tema contribuem substancialmente para a recuperação da história da habitação no Brasil.

As vilas operárias constituem tema de interesse de alguns estudiosos (Lopes, 1979; Blay, 1980; Goldstein, Zarpellan e Alves, 1979). Tomando como questão central a relação fábrica-moradia, estes autores vêm nesta forma de morar um mecanismo de imobilização da força de trabalho. Lopes recorre a toda a uma literatura europeia referida ao sistema de fábrica e vila operária para demonstrar a sua amplitude enquanto forma de morar, que tem suas origens na própria revolução industrial. O autor desenvolve um estudo de caso em uma vila operária de Pernambuco, mostrando a interferência da fábrica na vida cotidiana dos seus trabalhadores, especialmente no controle exercido através da habitação. Lopes descreve também os movimentos de resistência dos trabalhadores ao sistema fábrica-vila operária, levado a efeito durante anos e tendo como um dos seus resultados a transferência de casas para os operários, o que "começa parcialmente a traduzir em termos de propriedade uma relação de apropriação da cidade pelas famílias operárias através da construção (...) de uma comunidade operária, forjada na luta por melhores condições de vida e trabalho e por direitos de cidadania" (Lopes, 1979: 89).

Blay (1980), também preocupara com o sistema fábrica-vila operária, discute o surgimento das vilas operárias no Brasil como decorrência da necessidade de suprir a indústria têxtil nascente, de força de trabalho. Salienta a autora que o "novo" processo de habitar foi também usado como veículo de transmissão de novos valores, adequados na ótica capitalista ao desempenho do trabalho livre. Sugere, ainda, que as vilas tiveram um importante papel no domínio dos movimentos políticos do nascente operariado.

Apresentando conclusões semelhantes às de Blay, encontra-se o trabalho de Pereira (1980) que dedica um capítulo do seu *Coração da Fá-*



brica para analisar a comunidade residencial dos trabalhadores. A fábrica têxtil estudada "domina a própria vida doméstica dos trabalhadores" (Pereira, 1980: 39) que inicialmente eram seus locatários. Recentemente a fábrica vendeu suas propriedades imobiliárias, tendo vários de seus operários comprado, via o Sistema Financeiro da Habitação, as casas da vila que sempre ocuparam (Pereira, 1980: 40).

Vale incluir nesta linha de pesquisa o texto de Teixeira e Ribeiro (1980) que, através de uma recompilação de informações históricas sobre o movimento operário no Brasil (Rio de Janeiro e São Paulo) do final do século passado às primeiras décadas do século XX, discute a habitação inserida no quadro geral das reivindicações operárias. Salientam as autoras que no período estudado a habitação não se confundia com o acesso à casa própria. As reivindicações se faziam fundamentalmente contra o aumento dos alugueis que atingia não somente a classe operária, mas o conjunto das classes trabalhadoras urbanas. Observam ainda que o movimento operário denunciava, "além do custo do aluguel, as péssimas condições de moradia caracterizadas pela falta de higiene e promiscuidade, inserindo assim a questão da moradia na totalidade das condições de vida" (Teixeira e Ribeiro, 1980: 2).

### Conclusão

À guisa de conclusão, indicar-se-á, a seguir, algumas das características gerais da literatura, sugerindo alguns campos que permanecem em aberto e que merecem mais reflexão.

Ressalta-se, em primeiro lugar, que os estudos sobre a habitação no Brasil ganharam um efetivo impulso na década de 70, transformando-se num campo especializado; a absorção desta vasta literatura requer inclusive um esforço no sentido de recuperar de forma sistemática e integrada a variedade de linhas de pesquisa e análise. Grande participação neste impulso deve ser atribuída à universidade, a partir do desenvolvimento dos cursos de pós-graduação em ciências sociais e planejamento urbano, hoje existentes em diversas regiões do país, responsáveis por um grande número de teses.

Verifica-se, entretanto, uma concentração desta produção no eixo Rio-São Paulo, não só pelo maior número de instituições de pesquisa e estudos aí presentes, como também por serem estas metrópoles os centros onde mais agudamente transparecem os problemas urbanos e a questão habitacional.

Outro ponto a destacar é a centralidade assumida pelo Estado na formulação do pensamento da maioria dos autores. O Estado se faz presente, nas várias vertentes da literatura, independentemente das diferentes posturas teórico-metodológicas adotadas pelos estudiosos. Pode-se distinguir duas modalidades de *approach*: na primeira formulação, a questão habitacional é pensada como decorrência quase que exclusiva da ação do próprio Estado; no segundo caso, a "inação" do Estado é ressaltada, dando-se ênfase à participação das populações na "solução" da questão habitacional.

Finalizando, menciona-se, a seguir, alguns dos principais campos que encontram-se pouco explorados, revelando temáticas a serem estudadas.

São esparsos os estudos recentes dedicados à história da habitação no Brasil, excetuando-se o trabalho da Finep/GAP (1979) e aqueles reunidos no item *Moradia e Trabalho*. Neste campo, muito importante tem sido a contribuição de arquitetos, voltados para a história da arquitetura brasileira, fornecendo elementos valiosos para a recuperação histórica da questão habitacional (Reis Filho, 1978; Saia, 1978; Lemos, 1978).

Mais raros ainda são os trabalhos dedicados à discussão da promoção e incorporação imobiliária, encontrando-se apenas estudos não específicos onde, entretanto, a temática se faz presente. É o caso do trabalho de Vargas (1979), que discute a atividade de incorporação ou promoção do empreendimento imobiliário como um dos agentes que contribui para preservar e consolidar a atual estrutura produtiva do setor da construção habitacional. Também é o caso de Nunes (1977) que faz indicações sobre a ideologia veiculada pela propaganda imobiliária.

Também pouco pesquisada é a habitação de classe média, muito embora ela absorva grande parte dos recursos alocados pelo Banco Nacional da Habitação. Estudo pioneiro é o de Velho (1973), cuja preocupação central é a ascensão social da classe média revelada pela mobilidade habitacional do subúrbio para a zona sul do Rio de Janeiro, especialmente Copacabana.

Ressente-se também na literatura a falta de estudos e análises sobre a gestão de espaços residenciais coletivos, apesar da presença crescente no espaço urbano destes complexos habitacionais. Indica-se, neste caso, o trabalho de Medina (1980), sobre o condomínio em conjuntos habitacionais populares.

Finalmente, vale salientar outras lacunas importantes. Primeiramente, a quase inexistência, dentro da vasta literatura sobre favela, de estudos específicos sobre a problemática fun-



diária nestas áreas. A relevância do tema se expressa por ser a posse da terra a condição determinante da favela. Por outro lado, deve-se regis-

trar que, embora sejam inúmeros os trabalhos sobre a habitação no Brasil, esparsas são ainda as referências sobre a moradia na área rural.

## Bibliografia

### 1. FAVELA

- Arquidiocese do Rio de Janeiro/Secretariado Pastoral. *Moradia do Pobre no Rio de Janeiro*. Março 1979. (Colaboração e Revisão: NEURB-PUC-RJ).
- Blank, Gilda. *Experiência em Urbanização de Favela Carioca: Brás de Pina*. Dissertação de Mestrado submetida à COPPE-UFRJ, 1977.
- Blank, Gilda. "Brás de Pina: Experiência de Urbanização de Favela", in: Valladares, Lícia do Prado (org.), *Habitação em Questão*, Rio de Janeiro, Zahar Eds., 1980, pp. 93-120.
- Blay, Eva Alterman. "Planejar Para Quem? Ou a Reprodução das Favelas em Cidades Paulistas", in Blay, Eva Alterman (org.), *A Luta Pelo Espaço*, Petrópolis, Vozes, 1978, pp. 170-79.
- Boschi, Renato R. & Goldschmidt, Rose Ingrid. *Populações Faveladas do Estado da Guanabara*. Edição Dados, IUPERJ, 1970.
- Boschi, Renato. *Marginalidade Urbana, Educação e Aspiração: uma contribuição à teoria de comportamento político*. Dissertação de Mestrado submetida ao IUPERJ, 1971.
- Castro, Pedro. *Favela: O Eixo atual da Questão*. s/d. mimeo.
- Castro, Pedro. *Favelas: Urbanização Removedora*. s/d. mimeo.
- Epstein, D. *Brasília, plan and reality: a study of planned and spontaneous urban settlement*. Berkeley and Los Angeles, University of California Press, 1973.
- Ferreira, Rosa Fisher. *A Favela como solução de vida*. Dissertação de Mestrado submetida à USP, 1977.
- Furtado, Lourdes Gonçalves. "O Fenômeno da Grilagem na cidade de Belém". *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, n.º 46, 1971, pp. 1-25.
- Furtado, Lourdes Gonçalves e Santana, Maria da Conceição. "Vila de Barca, Belém. Notas sobre grilagem". *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, n.º 52, 1974, pp. 1-18.
- Heye, Ana Margaret. "A Questão da Moradia numa Favela do Rio de Janeiro ou Como Ter Anthropological Blues sem sair de casa". in Velho, Gilberto (org.). *O Desafio da Cidade*. Rio, Ed. Campus, 1980, pp. 117-142.
- IPT (Instituto de Pesquisa Tecnológica); FUPAM (Fundação para a Pesquisa Ambiental); CNPq (Conselho Nacional Pesquisa). "Relatório Final da 1.ª fase da Pesquisa voltada para Diretrizes Habitacionais", Caps. IV e V, São Paulo, 1979.

- Kleiman, Mauro. "Acabar com as favelas. Parques Proletários Provisórios: Uma Intervenção na Prática". *Revista Chão*, n.º 2, 1978, pp. 16-22.
- Kowarick, Lucio. *A Espolição Urbana*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
- Leeds, Anthony. "The significant variables determining the character of squatter settlements". *América Latina*, ano 12, n.º 3, jul./set. 1969, pp. 44-86.
- Leeds, Anthony & Leeds, Elizabeth. *A Sociologia do Brasil Urbano*. Rio de Janeiro, Zahar Eds., 1978.
- Leite, Alvaro L. Pantoja. "Urbanização e Conflitos Urbanos: o caso do Recife". *Cadernos do Ceas*, n.º 49, 1977, pp. 9-30.
- Le Ven, Michel Marie. "Estudo de 6 Favelas e 4 Bairros Populares de BH". *Praxis*. Revista do Centro de Estudos Sociais. s/d.
- Machado da Silva, Luiz Antonio. "A Política na Favela". *Cadernos Brasileiros*, ano IX, n.º 41, maio/jun., 1967, pp. 35-47.
- Machado da Silva, Luiz Antonio e Santos, Carlos Nelson Ferreira dos. "Les Politiques D'Intervention". *Economie et Humanisme*, 186, mar./abr., 1969, pp. 53-60.
- "Maruim: A Luta por um Lugar ao Sol". *Cadernos do CEAS*, n.º 45, 1976, pp. 37-45.
- Mattedi, Maria Raquel Mattoso. *As Invasões em Salvador: Uma Alternativa Habitacional*. Dissertação de Mestrado submetida à UFBA, 1979.
- Medina, Carlos Alberto de. *A Favela e o Demagogo*. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1964.
- Medina, Carlos Alberto de. "A Favela como uma Estrutura Atomística: Elementos Descritivos e Constitutivos". *América Latina*, ano 12, n.º 3, jul./set., 1969, pp. 112-136.
- Niemeyer, Ana Maria de. "As Cercas e os Muros separam os trabalhadores entre 'iguais' e 'desiguais' numa Favela de São Paulo e uma Vila Popular planejada de Campinas". *Cadernos de Opinião*, 12, jul. 1979.
- Nunes, Guida. *Rio, Metrópole de 300 Favelas*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1976.
- "O Drama do Marotinho". *Caderno do CEAS*, n.º 45, 1976, pp. 21-36.
- Parisse, Lucien. "Favelas do Rio de Janeiro – Evolução – Sentido". *Caderno do CENPHA*, n.º 5, 1969.
- Parisse, Lucien. *Favelas de L'agglomeration do Rio de Janeiro, leur place dans le processus d'urbanisation*. Tese de Doutorado de III Ciclo, Strasbourg, Centre de Geographie Appliquée, 1970.
- Pearse, Andrew. "Quelques caracteristiques de l'urbanisation dans la ville de Rio de Janeiro", in Hauser, Philip (org.), *L'Urbanisation en Amérique Latine*. Paris, UNESCO, 1962, pp. 192-205.
- Perlman, Janice. *Government policy toward Brazilian favela dwellers*. Comunicação apresentada no 50.º Encontro Nacional da Latin American Studies Association. São Francisco, nov. 1974.
- Perlman, Janice. *O Mito da Marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio, Paz e Terra, 1977.



- Poggiere, Héctor Atilio. *Proyecto Rio: analisis de una experiencia de planeamiento participativo*. Comunicação apresentada no XIII Congresso da Sociedad Interamericana de Planificación, Caracas, outubro, 1980.
- “Por um lugar onde morar: Subsídios para uma história da invasão e dos desabrigados em Salvador”. *Cadernos do CEAS*, n.º 37, 1975, pp. 20-34.
- Portes, Alejandro. “Política Habitacional, Pobreza Urbana e o Estado: as favelas do Rio de Janeiro, 1972-76”. *Estudos CEBRAP*, n.º 22, 1978, pp. 131-161.
- Prefeitura do Município de São Paulo/Secretaria de Bem-Estar Social. *Estudo Sobre o Fenômeno Favela no Município de São Paulo*. Boletim HABI/COPEP, Caderno Especial 01, out. 1974.
- Rush, Barney. *From Favela to Conjunto: the experience of squatters removed to low cost housing in Rio de Janeiro, Brasil*. Harward College, March 1974, mimeo.
- SAGMACS. “Aspectos humanos da favela carioca”. *O Estado de São Paulo*. Suplemento Especial, 13-15 abril 1960.
- Salmen, Lawrence. “A perspective on the resettlement of squatters in Brazil”. *América Latina*, ano 12, n.º 1, jan./mar. 1969, pp. 73-93.
- Salmen, Lawrence. “Housing Alternatives for the carioca working class: a comparison between favelas and casas de cômodos”. *América Latina*, ano 13, n.º 4, out./dez., 1970, pp. 51-70.
- Santos, Boaventura de Souza. “The law of the oppressed: the construction and reproduction of legality in Pasargada”. *Law and Society Review*, vol. 12, n.º 1, Fall, 1977.
- Santos, Carlos Nelson Ferreira dos. “Volviendo a pensar en ‘favelas’ a causa de las periferias”. *Nueva Sociedad*, n.º 30, Mayo/Junio, 1977, pp. 22-38.
- Santos, Carlos Nelson Ferreira dos. “Estarão as pranchetas mudando de rumo?”. *Revista Chão*, n.º 1, 1978, pp. 22-31.
- Santos, Carlos Nelson Ferreira dos. “Como projetar de baixo para cima uma experiência em favela”. *Revista Brasileira de Administração Municipal*, vol. 27, n.º 156, jul./set. 1980, pp. 6-27.
- Silberstein, Paul. “Favela living: personal solution to larger problems”. *América Latina*, ano 12, n.º 3, jul./set. 1969, pp. 183-200.
- Taschner, Suzana Pasternak. “Favelas do Município de São Paulo: Resultados de Pesquisa”, in Blay, Eva Alterman (org.), *A Luta Pelo Espaço*. Petrópolis, Vozes, 1978, pp. 125-47.
- Valla, Victor. *Ideologia, Educação e as Favelas do Rio de Janeiro, 1886-1945*. Comunicação apresentada no X Simpósio Nacional de Professores Universitários de História. Niterói, julho, 1979.
- Valla, Victor; Machado Rios, Rute; e Gonçalves, Jorge Ricardo. *Ideologia, Educação e as Favelas do Rio de Janeiro, 1930-1980*. Comunicação apresentada ao Seminário “Ideologia, Educação e Favelas do Rio de Janeiro”. Rio, nov. de 1979, FGV, Instituto de Estudos Avançados em Educação.
- Valladares, Lícia do Prado. “Favela, Política e Conjunto Residencial”. *Dados*, n.º 12, 1976, pp. 74-85.
- Valladares, Lícia do Prado. “Associações Voluntárias na Favela”. *Ciência e Cultura*, vol. 29, n.º 12, dez. 1977, pp. 1390-1403.

Valladares, Lícia do Prado. *A Propósito da Urbanização de Favelas*. Comunicação apresentada à XXXII Reunião Anual da SBPC, Rio de Janeiro, 1980.

## 2. A AÇÃO GOVERNAMENTAL NO CAMPO DA HABITAÇÃO

*A Experiência de Amarante; a implantação de um novo programa de lotes urbanizados*. Banco Nacional da Habitação; Companhia de Habitação Popular do Rio Grande do Norte; Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte, 1979.

Andrade, Luis Aureliano Gama de. "Política Urbana no Brasil: o paradigma, a organização e a política". *Estudos Cebrap*, n.º 18, 1976, pp. 119-48.

Attadia da Motta, Caio. *Nível de Satisfação em Conjuntos Habitacionais da Grande São Paulo*". IPT/USP, n.º 1061, 2 vols., 1975.

*Avaliação de Programas Habitacionais de Baixa Renda – Recife*. Banco Nacional da Habitação (Assessoria de Pesquisa); Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife; Companhia de Habitação Popular de Pernambuco e Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (Departamento de Estatística). Relatório de Pesquisas, 2 vols., 1979.

*Avaliação de Programas Habitacionais de Baixa Renda – Recife*. Banco Nacional da Habitação (Assessoria de Pesquisa); Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife; Companhia de Habitação Popular de Pernambuco e Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (Departamento de Estatística). Relatório Pesquisa (Resumo). Recife, 1979.

*Avaliação de Programas Habitacionais de Baixa Renda da Área do Aglomerado Urbano de Florianópolis*. Banco Nacional de Habitação (Assessoria de Pesquisa); Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (Sudesul); Governo do Estado de Santa Catarina e Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina (Cohab/SC). Relatório final, 3 vols., 1978.

*Avaliação de Programas Habitacionais do SFH para Grupos de Baixa Renda :Região Metropolitana de Salvador*. Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social; Fundação para o Desenvolvimento de Comunidades do Estado da Bahia (Fundesco); Banco Nacional da Habitação (Assessoria de Pesquisa). Relatório Geral, Salvador, 3 vols., 1978.

*Avaliação de Programas Habitacionais do SFH para Grupos de Baixa Renda – Região Metropolitana de Salvador*. Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social; Fundação para o Desenvolvimento de Comunidades do Estado da Bahia (Fundesco) e Banco Nacional de Habitação (Assessoria de Pesquisa). Relatório Síntese, Salvador, 1978.

*Avaliação de Programas Habitacionais de Baixa Renda – Rio de Janeiro*, Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Centro de Pesquisas Urbanas) e Banco Nacional da Habitação (Assessoria de Pesquisa). Relatório Final. Rio de Janeiro, 12 vols., 1979.

*Avaliação de Programas Habitacionais de Baixa Renda – Rio de Janeiro*. Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Centro de Pesquisas Urbanas) e Banco Nacional da Habitação (Assessoria de Pesquisa). Relatório de Divulgação, Rio de Janeiro, 1979.

*Avaliação do Profilurb no Brasil*. Banco Nacional da Habitação (Departamento de Pesquisas); Fundação João Pinheiro. Relatório Síntese, Belo Horizonte, 1980.

Azevedo, Sergio de. *A Política Habitacional para as Classes de Baixa Renda*. Dissertação de Mestrado submetida ao Iuperj, 1975.

Azevedo, Sergio de. "Política de Habitação Popular: Balanço e Perspectiva". *Dados*, n.º 22, 1979.



- Batley, Richard. *Access to Housing and Urban Services in Brazil*. Tese de Doutorado, Institute of Development Studies, Brighton, s/d.
- Batley, Richard. *The Brazilian National Housing Bank; establishment and adaptation*. University of Birmingham, Institute of Local Government Studies, DAG Occasional Paper 6, nov. 1979.
- Beltrão, Sonia Maria de A. *Estudo da Política de Habitação Provisória e Sugestão para seu planejamento: CHP de Paciência como Referência*. Dissertação de Mestrado submetida à COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro, 1978.
- Blay, Eva Alterman. "Habitação: a política e o habitante", in Blay, Eva Alterman (org.), *A Luta pelo Espaço*. Petrópolis, Vozes, 1978, pp. 75-86.
- Bogús, Lucia. *Vila do Encontro: a cidade chega à periferia: notas sobre as relações entre política urbana, família e reprodução da força de trabalho*. Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1980.
- Bollaffi, Gabriel. "Habitação e Urbanismo: O problema e o falso problema". *Ensaio de Opinião*. 2, 1, 1975, pp. 73-83.
- Bollaffi, Gabriel. "A Casa das Ilusões Perdidas: aspectos sócio-econômicos do Plano Nacional de Habitação". *Caderno Cebrap*, 27, 1977.
- Bollaffi, Gabriel. "Para uma Nova Política Habitacional Urbana: possibilidades econômicas, alternativas operacionais e limites políticos", in Valladares, Licia do Prado (org.), *Habitação em Questão*. Rio de Janeiro, Zahar Eds. 1980, pp. 167-176.
- Finep-GAP (Grupo de Arquitetura e Planejamento). *A Ação Governamental no Campo da Habitação Popular*. Rio de Janeiro, 1979, 3 vols.
- Fortuna, Afonso et alii. "Valores Urbanos e Habitação Popular". *Revista de Administração Municipal* n.º 122, jan./fev., 1974, pp. 49-77.
- Gondin, Linda. *Integração Social nos Conjuntos Habitacionais da Cohab-GB*. Dissertação de Mestrado submetida à COPPE-UFRJ, 1976.
- Grabois, Gisélia Pontengy. *Em Busca da Integração: a política de remoção de favelas no Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1973.
- Iuperj. *Análise comparativa de pesquisas de avaliação de programas habitacionais de baixa renda*. Rio de Janeiro, BNH/Iuperj, 1980.
- Leeds, Anthony. "Political, Economic and Social Effects of Producer and Consumer Orientations Toward Housing in Brazil and Peru: a systems analysis", in Rabinovitz, F. & Trueblood, F. (orgs.), *Latin American Urban Research*, vol. 3, Beverly Hills, Sage Publications, 1973, pp. 181-215.
- Reynolds, Clark & Carpenter, Robert. "Financiamentos à Habitação e Distribuição de Riqueza no Brasil". *Revista de Administração de Empresas*, set./out., 1977, pp. 43-62.
- Saad, Paulo Oscar. *A Comercialização de Unidades Habitacionais pelo Sistema Financeiro de Habitação e a Resposta da População (Rio de Janeiro)*. Dissertação de Mestrado submetida à COPPE-UFRJ, 1980.
- Saliby, Cristina. *Análise da Implantação da Política de Habitação Provisória*. Um estudo de caso, Vila Paciência. Dissertação de Mestrado submetida à COPPE-RJ, 1977.

- Serran, João Ricardo. *O IAB e a Política Habitacional*, São Paulo, Schema Ed. Ltda., 1976.
- Souza, Berenice Vasconcelos de. *O BNH e a Política do Governo*. Dissertação de Mestrado, submetida ao Departamento de Ciência Política da UFMG, 1974.
- Szubert, Eva Barbosa. "A URBIS e a habitação popular na Região Metropolitana de Salvador". *Planejamento*, vol. 5, n.º 2, abr./jun. 1977, pp. 23-44.
- Szubert, Eva Barbosa. "Política Habitacional no Brasil", in Bahia. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Fundação de Pesquisa – CPE. *Habitação e Urbanismo em Salvador*, 1979, p. 27-50.
- Szubert, Eva Barbosa. "Cooperativas Habitacionais de Salvador", in Bahia – Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Fundação de Pesquisas – CPE. *Habitação e Urbanismo em Salvador*, Salvador, 1979, pp. 51-80.
- Valladares, Licia do Prado. *Passa-se uma Casa: análise do programa de remoções de favelas do Rio de Janeiro*. Rio, Zahar Eds., 1978.
- Valladares, Licia do Prado. "Working the System: Squatter response to resettlement in Rio de Janeiro". *International Journal of Urban and Regional Research*, vol. 2, n.º 1, March 1978, pp. 12-25.
- Véras, Maura Pardini Bicudo. *A Vida em Conjunto: um Estudo da Política de Habitação Popular*. Dissertação de Mestrado submetida à PUC-SP, 1980.

### 3. PERIFERIA: LOTEAMENTOS E AUTOCONSTRUÇÃO

- Beloch, Edith Maria Gama. *Loteamento Periférico: algumas considerações sobre essa forma de moradia proletária*. Dissertação de Mestrado submetida à COPPE-UFRJ, 1980.
- Bonduki, Nabil & Rolnik, Raquel. *Periferias: Ocupação do Espaço e Reprodução da Força de Trabalho*. São Paulo, FAU-USP, Fundação para Pesquisa Ambiental, 1979.
- Bonduki, Nabil & Rolnik, Raquel. "Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho", in Maricato, H. (org.), *A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial*. São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1979, pp. 117-154.
- Brandão, Maria de Azevedo. "Origens da expansão periférica de Salvador". *Planejamento*, vol. 6, n.º 2, abr./jun. 1978, pp. 155-172.
- Cavalcanti, Verônica Robalinho. *Loteamentos Proletários e Autoconstrução: um estudo de caso (Rio de Janeiro)*. Dissertação de Mestrado submetida à COPPE-UFRJ, 1980.
- Chinelli, Filippina. "Os Loteamentos de Periferia", in Valladares, Licia do Prado (org.), *Habitação em Questão*. Rio de Janeiro, Zahar Eds, 1980, pp. 49-66.
- Costa, Marta Bebianno, *Loteamentos na Periferia do Rio de Janeiro: um espaço de luta*. Dissertação de Mestrado submetida a COPPE-UFRJ, 1979.
- Jacobi, Pedro. *Auto-Construção e outras Alternativas – Reflexões sobre tendências recentes na cidade de São Paulo*. Comunicação apresentada na XXX Reunião Anual da SBPC, São Paulo, julho 1978.



Lima, Maria Helena Beozzo de. "Em Busca da Casa Própria: Autoconstrução na Periferia do Rio de Janeiro", in Valladares, Licia do Prado (org.), *Habitação em Questão*. Rio de Janeiro, Zahar Eds. 1980, pp. 69-88.

Maricato, Ermínia. "Auto-Construção, a arquitetura possível". Comunicação apresentada na XXVIII Reunião da SBPC, Brasília, julho 1976. Nova versão em Maricato, Ermínia (org.), *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial*. São Paulo, Alfa-Omega, 1979.

Maricato, Ermínia. *A Proletarização do Espaço sob a Grande Indústria; o caso de São Bernardo do Campo na região da Grande São Paulo*. Dissertação de Mestrado submetida à FAU-USP, 1977.

Sampaio, Maria Ruth. *Metropolização: Estudo da Habitação Popular Paulistana*. Tese de Doutorado submetida à FAU-USP, 1972.

Sampaio, Maria Ruth e Lemos, Carlos A. C. *Habitação Popular Paulistana: Autoconstrução*, FAU-USP, 1978.

Santos, Carlos Nelson Ferreira dos. "Velhas Novidades nos Modos de Urbanização Brasileiro", in Valladares, Licia do Prado (org.), *Habitação em Questão*. Rio de Janeiro, Zahar Eds. 1980, pp. 17-41.

São Paulo (Estado), Secretaria de Economia e Planejamento. Coordenadoria de Planejamento e Avaliação. *Construção de Morádias na Periferia de São Paulo: aspectos sócio-econômicos e institucionais*. São Paulo, 1979.

#### 4. MORADIA E TRABALHO

Blay, Eva Alterman. "Dormitórios e Vilas Operárias: O Trabalhador no Espaço Urbano Brasileiro", in Valladares, Licia do Prado (org.), *Habitação em Questão*. Rio de Janeiro, Zahar Eds. 1980, pp. 143-53.

Goldenstein, Marlene; Zarpellan, Maria Noelia e Alves, Maria Lucia O. "Manutenção e Controle da Força de Trabalho pela Moradia". *Cadernos*, n.º 12, Centro de Estudos Rurais e Urbanos, USP, 1979, pp. 142-155.

Lopes, José Sergio Leite. *O Vapor do Diabo: O Trabalho dos Operários do Açúcar*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

Lopes, José Sergio Leite. "Fábrica e Vila Operária: considerações sobre uma forma de servidão burguesa", in Lopes, J. S. L. et alii, *Mudança Social no Nordeste: a reprodução da subordinação*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

Pereira, Vera Maria Candido. *O Coração da Fábrica*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1979.

Teixeira, Amélia Rosa Sá Barreto e Ribeiro, Ana Clara. *A Habitação no Movimento Operário*. Comunicação apresentada à XXXII Reunião Anual da SBPC, Rio de Janeiro, julho 1980.

#### 5. USO DO SOLO

Augel, Johannes. "A ocupação do Solo Urbano", in Bahia, Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia, Fundação de Pesquisas – CPE. *Habitação e Urbanismo em Salvador*. Salvador, 1979, pp. 9-26.

Biava, Adriano Henrique Rebelo. "Contribuição de Melhoria, um Tributo Esquecido". *Revista de Administração Municipal*, n.º 148, Ano XXV, 1978, pp. 6-19.

- Bolaffi, Gabriel "Para uma nova política habitacional e urbana: possibilidades econômicas, alternativas operacionais e limites políticos", in Valladares, Licia do Prado (org.), *Habitação em Questão*. Rio de Janeiro, Zahar, 1980, pp. 167-176.
- Brandão, Maria de Azevedo. "O Último Dia da Criação: Mercado, Propriedade e Uso do Solo em Salvador", in Valladares, Licia do Prado (org.), *Habitação em Questão*. Rio de Janeiro, Zahar Eds. 1980, pp. 125-41.
- Brasileiro, Ana Maria. "O Uso do Solo Criado". *Revista de Administração Municipal*, n.º 144, Ano XXIV, 1977, pp. 7-12.
- Brasileiro, Ana Maria. "O Elitismo da Legislação Urbanística". *Revista de Administração Municipal*, n.º 147, Ano XXV, 1978, pp. 6-15. .
- Gonçalves, Marcos Flávio. "A Concessão de Direito Real de Uso". *Revista de Administração Municipal*, n.º 145, Ano XXIV, 1977, pp. 17-24.
- Guedes, J. Rildo de Medeiros. "Alteração de Loteamentos Urbanos". *Revista de Administração Municipal*, n.º 148, Ano XXV, 1978, pp. 20-31.
- Lagoa, Paulo F. Rocha. "O Regime da Propriedade Imobiliária", *Revista de Administração Municipal*, n.º 134, Ano XXIII, 1976, pp. 18-30.
- Lefevre, Rodrigo. "Notas sobre o papel dos preços de terrenos em negócios imobiliários de apartamentos e escritórios, na cidade de São Paulo", in Maricato, Ermínia (org.), *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo, Alfa-Omega, 1979, pp. 95-116.
- Meirelles, Hely Lopes. "As Restrições de Loteamento e as Leis Urbanísticas". *Revista de Administração Municipal*, n.º 125, Ano XXI, 1974, p. 5-25.
- Meirelles, Hely Lopes. "Desapropriação para Urbanização". *Revista de Administração Municipal*, n.º 127, Ano XXI, 1974, pp. 40-56.
- Pessoa, Álvaro. "Aspectos jurídicos e institucionais do uso do solo urbano". *Revista de Administração Pública*, abr./jun. 1978.
- Pessoa, Álvaro. "Direito Urbanístico e Construção Habitacional". *Revista de Administração Municipal*, n.º 147, Ano XXV, 1978, pp. 25-37.
- Ribeiro, Maria de Andrade & Debeffe, Choulls. "Poder Público Municipal e Propriedade Fundiária Urbana", in Bahia. Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia, Fundação de Pesquisas-CPE. *Habitação e Urbanismo em Salvador*. Salvador, 1978, pp. 81-220.
- Santos, Carlos Nelson F. dos & Bronstein, Olga. "Metaurbanização: o caso do Rio de Janeiro". *Revista de Administração Municipal*, n.º 149, Ano XXV, 1978, pp. 6-35.
- Singer, Paul. "O uso do solo urbano na economia capitalista", in Maricato, Ermínia (org.), *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo, Alfa-Omega, 1979, pp. 21-36.
- Vetter, David. "Uso do Solo e Distribuição da Renda". *Revista de Administração Municipal*, n.º 133, Ano XXII, 1975, pp. 23-35.
- Vetter, D. *The Impact on the Metropolitan System of the Interpersonal and Spatial Distribution of Real and Monetary Income: the case of Grandé Rio*. University of California, Los Angeles, Comparative Urbanization Series, 1975.



Vetter, D. & Rzezinski, Henrique Costa. "Política de Uso do Solo: Para Quem? ". *Revista de Administração Municipal*, n.º 153, Ano XXVI, 1979, pp. 6-31.

Vetter, D. & Massena, Rosa Maria Ramalho e Rodrigues, Elza Freire. "Espaço, Valor da Terra e Equidade dos Investimentos em Infra-Estrutura do Município do Rio de Janeiro". *Revista Brasileira de Geografia*, n.º 1/2, Ano 41, 1979, pp. 32-71.

## 6. MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS LIGADOS À HABITAÇÃO

Gohn, Maria da Glória Marcondes. *Classes Populares, Periferia Urbana e Movimento Social Urbano: O Movimento das Sociedades de Bairro em São Paulo*. Dissertação de Mestrado submetida ao Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 1979, 2 vols.

Jacobi, Pedro. "Movimentos sociais urbanos no Brasil". *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, n.º 9, 1980, pp. 22-30.

Machado da Silva, L. A. & Ziccardi, Alicia. "Notas para uma discussão sobre movimentos sociais urbanos". *Cadernos*, n.º 13, Centro de Estudos Rurais e Urbanos, USP, 1980, pp. 79-95.

Miranda, Dilmar S. *Limites e Possibilidades dos Movimentos Sociais Urbanos*. Comunicação apresentada no II Congresso Nacional de Sociólogos, Recife, 1980.

Moisés, José Álvaro. "Experiência de Mobilização Popular em São Paulo". *Contraponto*, n.º 3, 1978, pp. 69-86.

Nasser, Ana Cristina et alii. "Jardim D'Ávila: Alternativa de Participação Política Popular". São Paulo, 1978, mimeo.

Nunes, Guida. *Catumbi: rebelião de um povo traído. Um caso de especulação imobiliária*. Petrópolis, Vozes, 1978.

Nunes, José Walter; Sotero, Jorge Adriano e Rezende, Maria Lucia. "Movimento de Moradores em Brasília: análise das prefeituras nas superquadras residenciais". *Cadernos*, n.º 13, Centro de Estudos Rurais e Urbanos, USP, 1980, pp. 147-164.

Nunes, Marcia Bandeira de Mello L. *Anões Contra Gigante: O Movimento da defesa da ecologia no bairro da Gávea, Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado apresentado ao PPGAS. MUSEU NACIONAL-UFRJ, 1977.

Santos, Carlos Nelson F. dos. "Três Movimentos Sociais Urbanos no Rio de Janeiro". *Religião e Sociedade*, n.º 2, 1977, pp. 29-59.

Santo Ferreira, Anna Luiza Salles. *Movimentos Populares Urbanos e Suas Formas de Organização Ligadas à Igreja*. São Paulo, relatório apresentado à FAPESP, 1978.

Singer, Paul. "Movimento de Bairro", in Singer, Paul e Brant, Vinicius Caldeira (orgs.), *São Paulo: O Povo em Movimento*. Petrópolis, Vozes/Cébrap, 1980, pp. 83-107.

## 7. GERAL

Berlink, Manuel Tosta. *Marginalidade Social e Relações de Classes em São Paulo*. Petrópolis, Vozes, 1975.

Barreto, Maria Luisa Giaroli. *Habitação: Levantamento Bibliográfico Preliminar*. FAU-USP-Cadernos de Pesquisa, 1975.

- Costa, Irio B. da. *Tipos de Habitação Rural no Brasil*. Rio de Janeiro, IBGE, 1978.
- Ferro, Sérgio. *A Casa Popular*. Publicação do Grêmio da FAU-USP, 1979.
- Guimarães, Dinah & Cavalcanti, Lauro. *Arquitetura Kítsch-Suburbana e rural*. Rio de Janeiro, Funarte, 1978.
- HABI-SEBES. *Diagnóstico sobre o Fenômeno dos Cortiços no Município de São Paulo*, São Paulo, 1975.
- IDEG (Instituto de Desenvolvimento da Guanabara). *A Construção Habitacional no Brasil*. BNH, CIPHAB-GB, abr. 1971.
- Kowarick, Lucio. *Capitalismo e Marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
- Lemos, Carlos A. C. *Cozinhas, etc.: um estudo sobre as zonas de serviço da casa paulista*. 2.<sup>a</sup> Ed., São Paulo, Ed. Perspectiva, 1978.
- Maricato, Ermínia (org.). *A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial*. São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1979.
- Maricato, Ermínia & Pamplona, Telmo. *A penetração dos Bens "Modernos" na Habitação Proletária*. FAU/USP, 1977.
- Medina, Carlos Alberto de. "Uma Questão que nos Interessa: O Condomínio", in Valladares, Lícia do Prado (org.), *Habitação em Questão*. Rio de Janeiro, Zahar Eds., 1980, pp. 155-65.
- Oliveira, Francisco de. "A Economia Brasileira: crítica à razão dualista". *Estudos Cebrap*, n.º 2, 1972.
- Reis Filho, Nestor Goulart. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. 4.<sup>a</sup> Ed., São Paulo, Ed. Perspectiva, 1978.
- Romani, Carlos Manuel. "O Déficit Habitacional no Estado do Rio". *Revista de Administração Municipal*, n.º 147, Ano XXV, 1978, pp. 39-48.
- Saia, Luís. *Morada Paulista*. 2.<sup>a</sup> Ed., São Paulo, Ed. Perspectiva, 1978.
- Santos, Carlos Nelson F. dos. "Habitação e Município no Brasil", in IBAM, *Relatório das Atividades*, 1978, pp. 29-37.
- Taschner, Suzana Pasternak. *Espaço e População: Contribuição ao Estudo da Habitação e da Família no Município de Rio Claro*. Dissertação de Mestrado submetida à Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 1975.
- Valladares, Lícia do Prado (org.). *Habitação em Questão*. Rio de Janeiro, Zahar Eds., 1980.
- Vargas, Nilton. *Organização do Trabalho e Capital. Um estudo da construção habitacional*. Dissertação de Mestrado submetida à COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro, 1979.
- Velho, Gilberto. *A Utopia Urbana: um estudo de antropologia social*. Rio de Janeiro, Zahar Eds., 1973.
- Vetter, David e Massena, Rosa Maria Ramalho. "Habitação". *Relatório de Indicadores Sociais, 1979*. Rio de Janeiro, Departamento de Estudo e Indicadores Sociais/SUEGE/IBGE, 1980.





## TESES E DISSERTAÇÕES \*

**Araújo, Sílvia Maria Pereira de**

*Eles – a Cooperativa: A Experiência do Noroeste Paranaense, 1962-1979.* Mestrado em História Social, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 1980, 298pp. Orientador: Brasil Pinheiro Machado.

Historicamente, acompanha-se a lógica das atividades de uma cooperativa de produtores agrícolas, constituída por cafeicultores, sob a égide da expansão do capitalismo ao campo e as transformações nas condições de vida do grupo de associados. Reafirmando as contradições imanentes ao processo produtivo no qual se insere a cooperativa, concorrendo com as empresas de capital, sem subtrair-se aos riscos das exigências que regulam o mercado, este estudo de caso demonstrou que a transição de simples empreendimento coletivo, para defesa de interesses comuns, a empresa capitalista faz com que se dê uma participação omissa dos cooperados no sistema. E, como corolário, aconteça uma defasagem entre os fatos reais e a percepção deles por parte dos que vivem a experiência cooperativista. Para a construção do objeto deste estudo, foram três os momentos interligados e simultâneos do processo de investigação: 1.º) a pesquisa histórica realizada em diversos arquivos públicos e particulares; 2.º) a aplicação da técnica francesa de tratamento grá-

fico da informação, com a montagem de dois fichários-imagens; 3.º) a pesquisa sociológica de campo, através da realização de entrevistas estruturadas com produtores rurais associados e não-associados, ex-associados e técnicos em cooperativismo, seguindo normas técnicas da História Oral.

**Baldo, Mário**

*O Capitão-do-Mato.* Mestrado em História Econômica, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 1980, 132pp. Orientador: Cecília Maria Westphalen.

O trabalho diz respeito ao Capitão-do-Mato. As preocupações centrais são: dar uma idéia das várias formas de vigilância atuantes desde o início da escravidão no Brasil (vermelha e negra) e, a seguir, a tentativa de esclarecer como apareceu este personagem denominado Capitão-do-Mato através de uma documentação manuscrita e impressa e de uma parte da literatura sobre a escravidão. Por outro lado, além dos vários apelativos utilizados para denominar o Capitão-do-Mato, tentou-se mostrar como atuava este personagem em seus serviços, com ou sem autorização oficial. Houve, também, a preocupação de salientar quais os grupos humanos que exerciam tal ocupação, a saber, o branco, o índio e o negro. Desse modo, nota-se que

(\*). Esta Seção divulga teses e dissertações recentemente concluídas nas principais instituições de pós-graduação do país ou pelos seus membros em instituições internacionais. As informações devem ser enviadas através de formulários disponíveis nas secretarias das unidades filiadas à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais ou na Editora do BIB. A seguir, apresentamos um modelo da entrada das informações.

Nome do autor, título e subtítulo do trabalho, grau obtido, área de estudo, instituição, ano, número de páginas, nome do orientador e breve descrição, em mais ou menos 10 linhas, onde fique claro uma síntese dos propósitos, dos métodos empregados e das principais conclusões do trabalho.



os meios e os métodos usados da escravaria e, por conseguinte ação do Capitão-do-Mato e também a tentativa de mostrar como, onde e para quem agia o aludido personagem.

**Balhana, Carlos Alberto de Freitas**

*Idéias em Confronto*. Mestrado em História Social, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 1980, 175pp. Orientador: Brasil Pinheiro Machado.

O *ethos* curitibano, paranaense, no final do século XIX e princípios do século XX, presencia a concretização de uma nova etapa, de transformação no plano político-ideológico, do estilo tradicional do ser e do fazer, para a liberação que a filosofia da República propiciava. Justamente nessa conjuntura, pela própria separação do Estado que, se de um lado libertava, de outro a privava de uma infra-estrutura político-administrativa de apoio, a Igreja no Paraná esboçava, a partir da última década do século, a conquista efetiva do seu território – o território do sagrado católico, romanizado. Desse modo, houve o encontro da Igreja em expansão pela catolicização do Paraná, com a organização da Diocese, a introdução de novas Ordens e Congregações, o estabelecimento do Seminário e de colégios confessionais, com o anticlericalismo, de um lado de inspiração européia contrária ao ultramontanismo, carregado porém de conteúdo esotérico, além de, no Paraná, constituir até certo ponto, uma via nacionalista contra a vinda de tantos religiosos estrangeiros, não só pela organização da Diocese, como exigidos pela grande imigração. Entretanto, é preciso considerar no conjunto das variáveis em choque, certos condicionamentos específicos, como a presença em Curitiba de um grupo de intelectuais com capacidade de ousar e que, refletindo, chegam não apenas ao Simbolismo literário, como à construção filosófica, ideológica e doutrinária de uma nova Igreja – a dos neopitagóricos.

sup

**Barsted, Dennis W. V. Linhares**

*Medição de Forças. O Movimento de 1953 e a Época dos Operários Navais*. Mestrado em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1980, 355pp. Orientador: Otávio Guilherme Velho.

Nesta tese foi realizado um estudo, dentro de uma perspectiva da antropologia política, sobre o conflito social vivido pelos "operários navais", trabalhadores em estaleiros, na Baía de

Guanabara, no período de sua história que denominam de "Movimento de 1953", início da "Época dos Operários Navais", que se encerra em 1964. Este estudo apoiou-se numa pesquisa de campo à categoria, com contatos semanais, durante mais de 2 anos, a partir de 1976. A reconstituição histórica efetuada articulou, simultaneamente, as representações dos intelectuais orgânicos dos "marítimos" sobre suas vivências, cristalizadas no seu jornal *Orla Marítima*, e as representações atuais sobre o passado manifestadas por operários navais ainda em atividade ou já aposentados.

**Bertagnoli, Lucrécia Caron**

*Indústrias de Beneficiamento de Erva-Mate no Estado do Paraná, 1890-1977*. Mestrado em História Econômica, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 1979, 226pp. Orientador: Brasil Pinheiro Machado.

Em meados do século XIX e início do século XX, a economia paranaense se achou voltada para os mercados platinos, uma vez que a base da economia local eram as indústrias extrativas da madeira e da erva-mate. Desta forma, quaisquer oscilações nos mercados tradicionais atingia e atinge os setores de produção, beneficiamento e exportação ligados à indústria extrativa vegetal. Por outro lado, a proliferação de indústrias de beneficiamento de erva-mate em solo argentino, após 1880, bem como o desenvolvimento do parque moageiro uruguaio, conduziram gradativamente à decadência das indústrias de beneficiamento de erva-mate brasileiras em geral. A crise da erva-mate industrializada, foram adicionadas as oscilações da demanda e dos preços de erva-mate cancheada nos mercados tradicionais. A estagnação da economia erva-teira, por sua vez, desestimulou os produtores e gerou subprodução de matéria-prima. Desta forma, as perspectivas para o setor de beneficiamento de erva-mate na atualidade são limitadas, uma vez que a ausência de matéria-prima coloca em dúvida a própria sobrevivência do referido setor em futuro próximo. Atualmente, o parque industrial de beneficiamento de erva-mate paranaense desempenha um papel insignificante na economia do estado, pois sobreviveram apenas as firmas clânicas poderosas ou aquelas que representavam a fusão de várias empresas ou produtores, constituindo verdadeiros grupos econômicos racionalmente administrados. Representaram, porém, no pretérito os primeiros ensaios de desenvolvimento capitalista.



Casagrande, Iolanda

*Trabalhador Rural Volante ("bóia-fria") no Paraná. Características Históricas e Demográficas.* Mestrado em História Demográfica, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 1979, 136pp. Orientador: Altiva Pilatti Balhana.

Após caracterizar historicamente a ocupação econômica da região Norte paranaense (Norte Novo), como prolongamento da cultura cafeeira paulista, e a evolução das relações de trabalho, faz-se o estudo das características demográficas da população de dois núcleos populacionais próximos a Maringá. A tentativa de situar a análise no contexto do capitalismo brasileiro força a caracterização do "modelo econômico", dentro do período em questão, 1950 a 1977. A política econômica a partir da década de 50 assume um caráter de desenvolvimentismo, o que leva a indústria a ocupar, de forma ostensiva, o lugar da agricultura. Por outro lado, o intervencionismo na agricultura assume propostas que corroboram o papel hegemônico do setor industrial. A tentativa de implantação do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), em 1963; e substituição de lavouras (café pelo soja) e consequente mecanização do campo e as geadas (1965 a 1975), no caso específico do Paraná, são fatores de aumento da população de trabalhadores rurais volantes. A distribuição etária da população, na representação gráfica, não mantém as características de populações subdesenvolvidas, considerando a interferência de uma série de variáveis demográficas. Conjugando a teoria existente e os dados empíricos, conclui-se que as mudanças qualitativas nas condições de vida da população pesquisada; a aceleração do processo migratório provocado pelo êxodo das populações rurais; e, a desagregação da família, são decorrências da aceleração do processo capitalista no campo.

Cerqueira Filho, Gisálio

*A "Questão Social" no Brasil: Análise do Discurso Político.* Doutorado em Ciência Política, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1980, 360pp. Orientador: José Augusto Guilhon Albuquerque.

Trata-se de um estudo do discurso oficial sobre as questões trabalhistas no Brasil. Prioriza-se o aparelho de Estado Ministério do Trabalho e a figura do intelectual orgânico do Ministro do Trabalho. O autor mostra que os con-

flitos entre empregados e empregadores são encarados no discurso oficial sob o prisma tanto da harmonia e do consenso, quanto do autoritarismo e da ideologia do favor. A proposta metodológica incorpora reflexões no âmbito do marxismo e da psicanálise no que concerne ao estudo da ideologia.

Dalledone, Márcia Teresinha Andreatta

*Condições Sanitárias e as Epidemias de Varíola na Província do Paraná, 1853-1889.* Mestrado em História Demográfica, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 1980, 334pp. Orientador: Jayme Antonio Cardoso.

A presente pesquisa consiste no estudo das condições sanitárias e das incidências de varíola no Paraná Provincial (1853-1889). Caracterizando basicamente as regiões geográficas da Província, divididas em litoral e planalto; o saneamento básico nas cidades, os sepultamentos e cemitérios provinciais; os recursos médicos e hospitalares de atendimento à população. Salientando as incidências de varíola e suas implicações de ordem médica e social, avaliando a necessidade de vacinação e revacinação. Fundamentada em fontes históricas contemporâneas ao período estudado, cuja análise é baseada no método histórico tradicional.

Diaz, Dirce Watanabe

*A Indústria de Cimento no Paraná, 1930-1977.* Mestrado em História Econômica, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 1980, 118pp. Orientador: Odah Regina Guimarães Costa.

O estudo abrange a industrialização do estado do Paraná nos últimos 50 anos. Através de levantamento bibliográfico e de documentação relativa à indústria do cimento, chegou-se à conclusão que a indústria cimenteira no Brasil é fruto da política de substituição de importações, que obedeceu às pressões da demanda interna aliada às crises do comércio internacional. A implantação da Companhia de Cimento Portland Rio Branco deu-se na década de 50, época em que se registrou grande expansão cafeeira no estado e, também, grande mobilidade populacional. A necessidade crescente do cimento para obras de infra-estrutura fez com que o Paraná galgasse lugar de destaque na produção de cimento nacional, atendendo, inclusive, obras de porte, como Itaipu e outras.



Faria, Maria Auxiliadora

*A Guarda Nacional em Minas, 1831-1873*. Mestrado em História Demográfica, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 1977, 331pp. Orientador: Oksana Boruszenko.

Análise da composição demográfica e sócio-econômica dos quadros da Guarda Nacional em Minas Gerais, tendo como fontes básicas as "listas do Conselho de Qualificação". O procedimento metodológico utilizado foi semelhante ao empregado para as listas de votantes de Curitiba. Os dados constantes nas relações das Guardas Nacionais referem-se a idade, estado civil, profissões ou emprego e renda. A exploração das informações compreendem análises conjugadas referentes à faixa etária e estado civil; renda e setor de atividades e categoria profissional e setor de atividades. Um breve estudo comparativo entre os componentes da Guarda e a população masculina economicamente ativa da Província de Minas Gerais foi tentado com os dados do Censo de 1872.

Gonçalves, Maria Aparecida Cezar

*Estudo Demográfico da Paróquia de Nossa Senhora Sant'Ana de Ponta Grossa, 1823-1879*. Mestrado em História Demográfica, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 1979, 238pp. Orientador: Oksana Boruszenko.

Através dos Mapas Antigos de População foi possível conhecer a estrutura populacional quanto ao sexo, idade, cor e estado civil e determinar momentos de transformação. O tratamento dos Registros Paroquiais de batizados, casamentos e óbitos possibilitou, por sua vez, o conhecimento das flutuações anuais, decenais e sazonais da população livre e escrava e o estudo de certos aspectos da nupcialidade e mortalidade da mesma, bem como a origem da população livre. Foi possível concluir que o contingente populacional em estudo apresentou-se durante todo o período como população predominante branca e livre, caracterizando-se ainda pela grande mobilidade espacial. Os efeitos populacionais em ascensão contínua, com alta natalidade, configuram uma população de tipo jovem.

Gouvêa, Regina Rotenberg

*Comunidade Judaica em Curitiba, 1889-1970*. Mestrado em História Demográfica, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade

Federal do Paraná, 1980, 184pp. Orientador: Altiva Pilatti Balhana.

Para o início deste estudo foi tomado como ano baliza 1889, diretamente ligado à vinda dos primeiros imigrantes, e para o término 1970, em função das mudanças que ocorrerão na comunidade a partir desse ano. Foram utilizadas as fontes das instituições judaicas e dos arquivos oficiais do Estado e do Município de Curitiba. O levantamento exaustivo permitiu a elaboração de Arquivo-base para a análise desta Dissertação. A metodologia empregada para a análise demográfica foi a de Louis Henry adaptada às particularidades brasileiras. Foram também empregados os métodos da história oral para a realização das entrevistas necessárias ao trabalho. O estudo foi subdividido em 4 períodos com o intuito de facilitar a análise, coincidindo com momentos marcantes da História. Para melhor situar os judeus em Curitiba, procurou-se fundamentação nas teorias já existentes sobre a identidade do judeu, bem como o levantamento realizado, forneceu subsídios para a compreensão das especificidades da comunidade em questão. As transformações ocorridas nesta comunidade, são fruto de um processo dinâmico, onde a sociedade de adoção atuou como integradora, da mesma maneira que a Escola Israelita Brasileira. Quanto à religião, estão mais ligados às tradições em prejuízo da religião formal. Instalaram-se, inicialmente, na colônia de Tomas Coelho, atuando como intermediários, passando, no decorrer do período, ao comércio, para nos últimos anos pesquisados passarem a dedicar-se também às categorias profissionais de nível superior. O comportamento evolutivo dos domicílios vincula-se à situação ocupacional do grupo. A maior corrente migratória foi entre os anos de 1920 a 1939. A evolução demográfica desta comunidade foi inicialmente de população jovem até população adulta passando a idosa. No tocante aos casamentos, verificou-se aumento de casamentos mistos demonstrando uma interpretação entre os judeus e a sociedade mais ampla. Todas as transformações sofridas por esta comunidade estiveram sempre orientadas no sentido de uma ampla integração, sem deixar, porém, sua condição de judeus.

Loyola, Rosita Cordeiro de

*A Formação de Grupos de Dominação*. Mestrado em História Social, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 1980, 82pp. Orientador: Brasil Pinheiro Machado.



Trata-se de um estudo no campo da História Social, entendida aqui não em sentido amplo, mas de análise de uma estrutura social dada com limites cronológicos restritos. O núcleo estudado denomina-se Witmarsum, e é constituído por imigrantes de cultura germânica, e seus descendentes de seita religiosa menonita. Está localizado no município de Palmeira, próximo à Curitiba, mais exatamente no 2.º Planalto Paranaense. Os colonos fixaram-se ali, a partir de 1951, provenientes do desmembramento do núcleo Krauel, situado em Santa Catarina. A partir da análise da formação do Conselho Administrativo e Fiscal da Cooperativa do Núcleo, do Conselho Escolar e do Conselho das Congregações das duas Igrejas, procurou-se estabelecer os grupos de dominação institucionalizados existentes em Witmarsum. Na tentativa de analisar esses dados empíricos frente ao referencial teórico tomado para o estudo, notou-se que a dominação exercida pelos grupos institucionalizados não é e não poderia ser de um "tipo duro". Encontrou-se, no entanto, indícios de três tipos de dominação demonstrados por Max Weber, em sua teoria.

**Luz, Cirlei Francisca Carneiro**

*A Madeira na Economia de Ponta Grossa e Guarapuava, 1915-1974.* Mestrado em História Econômica, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 1980, 328pp. Orientador: Cecília Maria Westphalen.

Baseando-se no número de firmas abertas em Ponta Grossa e Guarapuava, de 1915 a 1974, verifica-se que é por meio da atividade madeireira que estes municípios ganham posição na economia paranaense. Guarapuava, por apresentar imensas reservas de araucária angustifolia, alcançou importância pela produção da madeira, na ordem de 76,82%, enquanto Ponta Grossa apresenta-se apenas com 23,18%. Ponta Grossa, por sua formação histórica e situação geográfica, que a coloca como importante tronco rodoferroviário, destaca-se como centro de comercialização da madeira proveniente de Guarapuava, não só como mercado consumidor, mas também como distribuidor do produto para os mais diversos mercados do estado e do país, na ordem de 64,86% do total das firmas ali abertas. Nota-se, também, em ambas as regiões, a predominância de firmas madeireiras, companhias limitadas, como determinantes do incremento econômico desses municípios. Concluiu-se, portanto, que Ponta Grossa tornou-se sede da maior parte das madeireiras, cen-

tralizando a administração contábil das mesmas e distribuindo a madeira para outros mercados. Enquanto Guarapuava tornou-se polo de firmas procedentes de outros locais do estado e do Brasil, que buscam na madeira a fonte de recursos para seus fins lucrativos.

**Miranda, Beatriz Teixeira de Melo**

*Aspectos Demográficos de uma Cidade Paranaense no Século XIX. Curitiba, 1851-1880.* Mestrado em História Demográfica, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 1978, 227pp. Orientador: Oksana Boruszenko.

O estudo foi realizado com base nos registros do arquivo da Sé Metropolitana e Catedral de Curitiba, e nos censos de 1854 a 1872. O período abrangido pela pesquisa é de 30 anos. Através de técnicas utilizadas pela Demografia Histórica, foi analisado o número total da população, sua estrutura por sexo e idade; movimento anual, sazonal e decenal dos batizados; mortalidade infantil, causa-mortis; nupcialidade, celibato definitivo, origem e residência dos cônjuges, ilegitimidade da população livre e evolução dos prenomes; bem como a imigração estrangeira e migração interna para Curitiba. Concluiu-se que, apesar das perdas de território, houve incremento da população, observado através do aumento da razão e taxa de masculinidade e pela introdução de novos contingentes populacionais, ocasionando importantes transformações na estrutura demográfica curitibana.

**Neves, Hugo Alberto Pereira**

*A Importância do Porto do Rio Grande na Economia do Rio Grande do Sul, 1890-1930.* Mestrado em História Econômica, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 1980, 211pp. Orientador: Odah Regina Guimarães Costa.

O estudo abrangeu a conjuntura da Primeira República e chegou-se à conclusão que o Porto do Rio Grande participou em menos de 50% do comércio exterior do Estado. As obras na Barra do Rio Grande e a construção do Porto Novo contribuíram para um maior crescimento do comércio gaúcho no período. A política econômico-financeira do Estado prejudicou muito o Porto do Rio Grande, favorecendo ao de Montevideu, que foi um forte concorrente, mesmo depois da construção do Porto Novo e dos molhes na barra.



Pacheco, Maria Emília Lisboa

*Pequena Produção sob o Domínio do Capital Comercial e Usurário*. Mestrado em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1980, 149pp. Orientador: Otávio Guilherme Velho.

O trabalho orienta-se no sentido de discutir as formas de subordinação dos pequenos produtores ao capital, vistas pela perspectiva da circulação e o processo de diferenciação provocado por esta relação. O estudo foi realizado nos municípios de Santarém e Itatuba (Pará). Verificou-se que para uma parcela preponderante do campesinato na região, a privação parcial por meios de subsistência e dos meios de produção para sua preservação enquanto produtor autônomo impõe-lhe uma relação com o capital comercial e usurário, que se confronta com o produtor antes mesmo que se efetue o processo de produção. Para estes camponeses pobres ou semiproletários o endividamento e a venda da força de trabalho constituem-se em pressuposto necessário à própria produção. Por outro lado, o processo de diferenciação do campesinato traz no seu bojo a formação de uma pequena burguesia rural.

Peraro, Maria Adenir

*Estudo do Povoamento, Crescimento e Composição da População do Norte Novo do Paraná, de 1940 a 1970*. Mestrado em História Demográfica, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 1979, 189pp. Orientador: Altiva Pilatti Balhana.

A ocupação demográfica e econômica do Norte Novo do Estado do Paraná, iniciada na década de 1920, está intimamente ligada à política de povoamento das terras por parte do governo paranaense. Teve como marco decisivo no povoamento, a compra de terras pela Companhia inglesa, hoje Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. A política adotada por essa Companhia veio propiciar que o povoamento se processasse de modo rápido e ordenado, seja mediante o planejamento urbanístico das cidades, seja através do sistema de vendas de lotes rurais. O número de municípios criados, as taxas de incremento e densidades demográficas, possibilitaram demonstrar o crescimento populacional ocorrido entre 1940 a 1970. Some-se a estes itens a contribuição da população migrante no povoamento da região, primeiramente dirigindo-se às zonas rurais e posteriormente, ou seja, na década de 1960, para as zonas urbanas,

cooperando para a existência do fenômeno da urbanização do Norte Novo do Paraná.

Pinto, Elisabete Alves

*A População de Ponta Grossa a Partir do Registro Civil, 1889-1920*. Mestrado em História Demográfica, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 1980, 242pp. Orientador: Altiva Pilatti Balhana.

O estudo foi fundamentado na exploração sumária dos dados vitais do Arquivo do Cartório de Sant'Ana de Registro Civil, com subsídios das fontes complementares. Os métodos e técnicas adotados para o tratamento dos dados foram os preconizados por Louis Henry. De 1889 a 1920, o desenvolvimento da cidade de Ponta Grossa é atribuído à sua localização geográfica como ponto de entroncamento ferroviário: terminal da Estrada de Ferro do Paraná e construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, que ampliam a comercialização de novos produtos como erva-mate e madeira, integrantes da economia paranaense. Em consequência, os movimentos migratórios são ampliados, garantindo a urbanização da cidade, também pela multiplicidade de atividades econômicas desenvolvidas, destacando as do setor terciário. Constituída de população do tipo jovem, apresentou um crescimento médio de 5,7% entre 1890-00 e 4,1% entre 1900-20. As flutuações do movimento anual de óbitos comprovam que as doenças infecciosas e parasitárias são as responsáveis pela mortalidade da população. Como tendência da população destacam-se o Advento, para o qual não foram observadas restrições para o casamento e os baixos índices 8,5% de ilegítimos. O celibato definitivo teve incidência sobre o sexo feminino. As idades, ao casar, giravam em torno de 19,5 anos para as mulheres e 24,3 a 24,9 para os homens. O estudo de origem e residência dos noivos, confirmam o caráter de região receptora de migrantes do país e exterior, sendo de 64,26% de homens e 47,85% de mulheres.

Posse, Zulmara Sauner

*A População Pré-Histórica do Litoral Paranaense, através dos Sambaquis*. Mestrado em História Demográfica, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 1978, 179pp. Orientador: Altiva Pilatti Balhana.

Analisa a população pré-histórica do litoral do Paraná, utilizando fontes e metodologia de-



envolvidos, pela paleo-demografia, para o estudo retrospectivo de populações sem registros escritos. Algumas proposições procurando estabelecer os efeitos populacionais e sua estrutura são apresentados e discutidos os limites e alcance das fontes utilizadas. Realiza revisão e síntese dos estudos paleo-demográficos desenvolvidos no mundo, com vistas, sobretudo, aos recursos metodológicos e técnicas mais precisas que vêm sendo empregadas nas pesquisas recentes.

Análises comparativas puderam ser efetuadas particularmente com trabalhos realizados pelo grupo de Berkeley. Realiza, igualmente, ampla revisão dos textos históricos referentes à população indígena, visando obter informações de interesse demográfico.

**Samain, Etiénne**

*De um Caminho para Outro. Mitos e Aspectos da Realidade Social nos Índios Kamayurá (Alto Xingu).* Mestrado em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1980, 542pp. (2 vols). Orientador: Anthony Seeger.

O trabalho trata das relações entre a mitologia dos índios Kamayurá e certos aspectos de sua realidade social. Constitui-se numa tentativa de leitura crítica de alguns de seus mitos (que focalizam a questão da identidade e da singularidade Kamayurá) à luz das propostas teóricas antropológicas recentes (Malinowski, E. Leach, J. Goody, T. Turner e C. Lévi-Strauss), além de oferecer a futuros pesquisadores os subsídios materiais de um conjunto de 37 mitos ou versões de mitos inéditos.

Mostra-se que, para interpretar os mitos — produções *orais*, intelectuais e ideológicas —, é indispensável recolocá-los no contexto do qual surgiram e que pretendem informar. Este contexto é duplo: o sócio-cultural amplo da sociedade encarada e o situacional ou circunstancial, ou seja, o contexto sempre particular ao qual fica ligado o enunciado verbal.

Mostra-se, ainda, que a análise interpretativa dos mitos requer uma pluralidade de abordagens que não vão todas na mesma direção e que, mais ainda, situam-se em níveis de profundidade diferente (“fala manifesta”, “fala latente”, “fala em situação”).

**Sbravati, Myriam**

*São José dos Pinhais, 1776-1852: Uma Paróquia Paranaense em Estudo.* Mestrado em História Demográfica, Setor de Ciências Humanas,

Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 1980, 187pp. Orientador: Oksana Boruszenko.

Este trabalho é um estudo do movimento populacional de São José dos Pinhais, entre 1776 e 1852, onde se faz o aproveitamento e interpretação quantitativos e qualitativos dos registros paroquiais. É examinada, primeiramente, a conjuntura histórica da Freguesia e da Paróquia de São José, nos séculos XVIII e XIX. Nessa primeira parte são estudadas: a localidade, origem, administração, economia e população, para, dentro deste contexto, explorar exaustivamente os dados de batismos, casamentos, óbitos da referida paróquia. A abordagem enfoca temas como os movimentos anuais e mensais de batismos, casamentos e óbitos; as linhas de tendências por décadas; estuda-se ainda o problema da ilegitimidade, bem como o uso de nomes próprios dos nascidos durante os séculos acima citados; a nupcialidade e a mortalidade em diversos aspectos e o cálculo das taxas brutas de natalidade, nupcialidade e mortalidade. O trabalho é caracterizado pelo estudo comparativo com outras paróquias, objetos de estudos semelhantes, principalmente a Paróquia de Nossa Senhora da Luz de Curitiba.

**Schappo, Vera Lúcia**

*A Contabilidade Provincial: Análise Histórica dos Orçamentos da Província de Santa Catarina, 1835-1889.* Mestrado em História Econômica, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 1980, 170pp. Orientador: Carlos Roberto Antunes dos Santos.

O presente trabalho, com base na contabilidade provincial, pretende reconstituir o processo histórico que explica a integração da economia catarinense no contexto nacional e internacional. A economia catarinense, uma economia periférica, desenvolveu-se dentro de um modelo primário-exportador no quadro da economia nacional. Sendo a maior fonte de renda da Província proveniente do imposto sobre exportação, por sua vez o modelo primário-exportador refletia-se nos orçamentos. A Província de Santa Catarina apresentou momentos de maior expansão e sinais de mudanças a partir da segunda metade do século XIX, sinais estes não muito perceptíveis, mas que indicavam o início da sua integração na economia capitalista. Apesar de todos os esforços aplicados no sentido de melhorar a vida econômica da Província, nada alterou a posição da economia catarinense no quadro econômico nacional. O estudo



dos orçamentos permitiu melhor conhecimento das conjunturas históricas, da Província e ainda de que maneira Santa Catarina permaneceu, durante todo o período provincial, economicamente dependente dos grandes centros do país.

**Spindel, Cheywa R.**

*A Hegemonia do Café e as Mudanças nas Relações Sociais de Produção: Formação e Uso da Força de Trabalho em São Paulo.* Doutorado em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1978, 278pp. Orientador: Henrich Rattner.

Procura-se entender a passagem do escravo ao colono, caracterizando as condições de sustentação/reafirmação da economia cafeeira a partir de conjugação de homens e máquinas, no momento crítico de redefinição das relações de produção. Num segundo momento, procura-se entender a passagem do colono ao assalariado urbano, focalizando a importância e o papel do colonato nesta passagem e as conexões essenciais do processo de produção e reprodução da força de trabalho, e a formação de um exército de reserva para a nascente indústria.

**Trindade, Judite Maria Barbosa**

*Estrutura Agrária – Uma Metodologia para seu Estudo na História.* Mestrado em História Econômica, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 1977, 94pp. Orientador: Brasil Pinheiro Machado.

A metodologia é testada na região do Norte Novo de Maringá, microrregião 282, na denominação do IBGE. É feito um estudo teórico da economia cafeeira e sua importância na colonização do Norte paranaense. Aborda-se, em seguida, o declínio da cafeicultura e as mudanças na estrutura agrária da região, com seus reflexos econômicos e sociais. Finalmente, é indicado como o cadastro do INCRA pode ser trabalhado para um estudo exaustivo da realidade agrária de uma região, estabelecendo comparações variadas.

**Vieira, Evantina Pereira**

*Economia Cafeeira e Processo Político: Transformações na População Eleitoral da Zona da Mata Mineira, 1850-1889.* Mestrado em História Econômica, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 1979, 180pp. Orientador: Altiva Pilatti Balhana.

Com o desenvolvimento da Cultura Cafeeira na Zona da Mata operam-se modificações estruturais na Província de Minas Gerais. A partir desta constatação é que se percebeu como as transformações econômicas ocorridas na Província na segunda metade do século XIX levaram a nova distribuição da população eleitoral e o conseqüente processo de deslocamento do eixo político para a Zona da Mata. Conclusões estas elaboradas a partir da análise da legislação eleitoral do Império e da influência por elas exercida na dinâmica da população eleitoral da Província, em relação íntima e direta com todo o processo político e econômico do Império.

## PESQUISAS EM ANDAMENTO

Alves, Isidoro Maria da Silva (Museu Emilio Goeldi)  
*Campesinato, Patronagem e Mudança Social numa Área Amazônica (Santarém, PA)*

Considerando-se a existência de um campesinato marginal, estuda-se as reorientações das relações de patronagem através de mudanças no "sistema de aviação", mostrando-se a importância dessas relações como princípios organizatórios reforçados pelo compadrio e lealdades políticas.

Dip: 1978/Dpc: 1980/Vp/Fin: CNPq-Museu Emilio Goeldi/Pub: "Campesinato, Patronagem e Mudança Social", *Ciência e Cultura*, suplemento, julho de 1979.

Brigagão, Clovis (IRI/PUC-RJ)

*Brasil: Desenvolvimento, Segurança e Indústria Militar*

A pesquisa pretende examinar o conjunto da estrutura industrial-militar brasileira: produção, co-produção e *joint-ventures* em armamentos (Exército, Marinha e Aeronáutica) e o comércio internacional de armas que o Brasil participa ativamente. O crescimento armamentista do Brasil tem implicações para a aquisição de novas

tecnologias e sua aplicação industrial, além de suas implicações políticas e sociológicas. O que pretende é, dentro de uma perspectiva crítica e global, discutir a chamada "brasilianização" da indústria bélica do país.

Dip: 1979/Dpc: 1981/Vp/Fin: Fundação Ford.

Cervo, Amado Luiz (UnB)

*O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (1826-1889)*

O papel do Parlamento sobre a política externa. O Parlamento como grupo de pressão, reflexo da opinião pública. As correntes do pensamento político aplicado às relações exteriores: liberalismo, profissionalismo, intervencionismo, abstencionismo, neutralidade. A posição do Parlamento diante da política externa, das relações econômicas, das correntes demográficas.

Dip: 1978/Dpc: 1981/Vd/Fin: CNPq-Universidade de Brasília.

Ferrari, Levi Bucalen (Fundap)

*Projeto de Desburocratização: Testagem de uma Metodologia e Resistências*

(\*) Esta seção divulga pesquisas em andamento ou recentemente concluídas pelos membros de instituições de ensino e/ou pesquisa da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. As informações devem ser enviadas em formulários disponíveis na secretaria das unidades filiadas à Associação ou na Editoria do BIB. A seguir, apresentamos um modelo de entrada e significado das abreviações utilizadas no inventário.

Nome do pesquisador; Pesquisador(es) associado(s); Título do projeto; Breve descrição do projeto, em 10 linhas, onde fique claro a natureza e a extensão do projeto, acompanhadas das seguintes informações adicionais: Data do início da pesquisa (Dip); Data prevista para conclusão (Dpc); Estado atual da pesquisa; Estudos preliminares (Ep); Versão preliminar (Vp); Publicada (P); Pesquisa de campo (Pc); Versão definitiva (Vd); Instituição(ões) Financiadora(s) (Fin); e Publicações recentes relacionadas com a pesquisa (favor incluir referências completas) (Pub).



O grupo está encarregado de implantar programas de desburocratização nas repartições públicas estaduais. O método é o de envolvimento do maior número de funcionários através do Grupo de Trabalho em vários níveis e especialidades. O produto será, de um lado, as próprias medidas de simplificação administrativa e melhor atendimento ao público, e, de outro, saber que resistências serão encontradas e como contorná-las.

Dip: 1979/Pc/Fin: Fundap-Governo do Estado de São Paulo.

**Gohn, Maria da Glória Marcondes (PUC/SP)**  
*Participação Popular e Estado*

A pesquisa tem por objetivo estudar alguns movimentos sociais urbanos, numa região da periferia de São Paulo, abordando a questão das reivindicações dos meios coletivos de consumo e o papel do Estado na problemática. A análise busca captar a dinâmica interna dos movimentos, assim como a articulação dos mesmos entre si e com o conjunto da sociedade.

Dip: 1980/Dpc: 1982/Pc/Fin: CNPq/Pub: "A Questão dos Movimentos Sociais Urbanos", *Cadernos CERU*, n.º 13, 1980; "A Periferia Urbana de São Paulo e seus Problemas", *Revista Serviço Social e Sociedade*, 1980.

**Jacobi, Pedro Roberto (Cedec)**  
*Movimentos Sociais Urbanos e Reivindicações por Meios de Consumo Coletivo*

A pesquisa trata de movimentos reivindicatórios dos setores populares urbanos excluídos dos benefícios da urbanização, em duas das regiões mais carentes da Grande São Paulo, visando analisar as práticas políticas e organizatórias da população na luta pela conquista da cidadania.

Dip: 1979/Dpc: 1981/Pc/Pub: "Movimentos Sociais Urbanos no Brasil", *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, n.º 9, 1980.

**Magnani, José Guilherme Cantor (USP)**  
*Lazer e Cultura Popular nos Bairros da Periferia da Grande São Paulo*

A pesquisa tem como objetivo o estudo de formas de cultura e entretenimento populares tal como existem nos bairros da periferia de São Paulo, constituindo um espaço para a compreensão de estilos de vida e visão do mundo dos moradores desses bairros. O lazer, enquanto

atividade diferenciada do mundo do trabalho – ponto de referência tradicionalmente presente nos estudos de ideologias das classes trabalhadoras – pode oferecer um ângulo inesperado para a compreensão de alguns mecanismos ideológicos.

Dip: 1978/Dpc: 1981/Vp/Fin: Fapesp/Pub: "Ideologia, Lazer e Cultura Popular: Um Estudo do Circo-Teatro nos Bairros da Periferia de São Paulo", *Dados*, vol. 23, n.º 2, 1980.

**Menezes, Eduardo Diatay Bezerra de (UFCE)**  
*Manifestações de Religiosidade Popular numa Micro-Região Cearense (Cariri): Seus Determinantes e Efeitos*

Pretende-se verificar a validade de certas vertentes teóricas dominantes na área da sociologia e da antropologia do fenômeno religioso (sagrado), frente a casos concretos de movimentos sócio-religiosos em camadas populares de origem rural. O plano geral comporta sub-projetos específicos. Entre estes, ocupa-se atualmente em reconstituir historicamente (entrevistas e material de arquivo) e interpretar o movimento (e a comunidade) que se formou em torno da figura do beato José Lourenço (Caldeirão) e à sombra da personalidade dominante do Padre Cícero, em Juazeiro do Norte (Ceará).

Dip: 1979/Dpc: 1981/Pc/Fin: CNPq/Pub: "Para uma Leitura Sociológica da Literatura de Cordel", *Revista de Ciências Sociais*, vol. 8, n.ºs 1 e 2, 1977.

**Moisés, José Álvaro (Cedec)**  
*O "Novo Sindicalismo" e a Questão da Cidadania dos Trabalhadores*

Estudo do projeto alternativo do "novo sindicalismo" ao velho modelo sindical brasileiro e às formas de reincorporação dos trabalhadores nos direitos de cidadania.

Dip: 1979/Dpc: 1982/Vp/Fin: Novib, Fundação Ford/Pub: "O Ciclo de Greves do Final dos Anos 70", Cedec, 1979, mimeo; "PT: uma Novidade Histórica?", *Marcha*, México, 1980; "Qual é a Estratégia do 'Novo Sindicalismo'?", CLACSO, 1980, mimeo.

**Paixão, Antonio Luiz (Fundação João Pinheiro)**  
*Criminalidade e Violência Urbana em Minas Gerais*

O estudo procura analisar, inicialmente, alguns padrões de evolução histórica do fenômeno da criminalidade (mudanças em tipos de

crimes, na composição das “classes perigosas”, etc.) em Minas Gerais, relacionados com mudanças estruturais no Estado. Por outro lado, busca-se analisar a organização policial do Estado, tanto a nível de sua estrutura burocrática quanto de sua atividade prática na criação e controle da criminalidade.

Dip: 1979/Dpc: 1980/Vp/Fin: Seplan-MG.

**Prates, Antonio Augusto Pereira** (Fundação João Pinheiro)  
*Análise Política dos Órgãos Colegiados Federais*

Análise do papel político-institucional dos conselhos federais na órbita do Ministério da Indústria e Comércio. Pretende-se descrever a estrutura de poder da burocracia pública e a posição relativa do MIC nesta estrutura. Os conselhos são vistos como instrumentos políticos para legitimar decisões tomadas por atores poderosos na burocracia pública, ou/e como articuladores de interesses privados e públicos.

Dip: 1980/Dpc: 1981/Pc/Fin: Ministério da Indústria e Comércio.

**Soares, Ricardo Prata** (PUC/MG)  
*O Estatuto do Trabalhador Rural*

Análise da política pública “O Estatuto do Trabalhador Rural”. Operacionalização das leis como combate às Ligas Camponesas (poder autoritário). Fins, alianças, agentes e alcance desta

política. Análise de seus limites, correções e novas políticas públicas como política camponesa (associações e cooperativismo).

Dip: 1979/Dpc: 1981/Vp

**Trindade, Helgio Henrique Casses** (UFRGS)  
*Partidos, Representação e Comportamento Político no Rio Grande do Sul*

Análise e interpretação do processo político regional e suas articulações com o Estado Nacional consolidado a partir dos anos 30, no período republicano, enfatizando o estudo das relações entre o sistema político e o sistema partidário regional.

Dip.: 1978/Dpc: 1981/Fin: Finep e Câmara dos Deputados/Pub: *Poder Legislativo e Autoritarismo no Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Sulina, 1978; *Revolução de 30: Partidos e Imprensa Partidária no Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, LPM.

**Zajdsznajder, Luciano** (EBAP/FGV)  
*Compras Governamentais às Pequenas e Médias Empresas*

Obstáculos à participação das pequenas e médias empresas no mercado governamental. Aspectos econômicos e administrativos. Investigação dos efeitos do aumento da participação no emprego.

Dip: 1980/Dpc: 1980/Vp/Fin: Cebrae.



Abreviaturas usadas

BNH	- Banco Nacional da Habitação	ISEB	- Instituto Superior de Estudos Brasileiros
Cebrae	- Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa	Iuperj	- Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro
Cedec	- Centro de Estudos de Cultura Contemporânea	LDB	- Lei de Diretrizes e Bases
Clasco	- Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales	MEC	- Ministério da Educação e Cultura
CNPq	- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	NOVIB	- Nederlandse Organisatie voor Internationale Ontwikkelings-samenwerking
Cohab	- Companhia de Habitação Popular	Planasa	- Plano Nacional de Saneamento
EBAP/FGV	- Escola Brasileira de Administração Pública/Fundação Getúlio Vargas	Planhap	- Plano Nacional de Habitação Popular
Fapesp	- Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo	PMSP	- Prefeitura Municipal de São Paulo
FAU/USP	- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/Universidade de São Paulo	Profilurb	- Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados
FFCL	- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras	Prohemp	- Programa Habitacional Empresa
FGTS	- Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	Projeto CURA	- Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada
Fimaco	- Programa de Financiamento de Material de Construção	Promorar	- Programa de Erradicação da Sub-Habitação
Finasa	- Programa de Financiamento para Saneamento	PUC/SP	- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Finep	- Financiadora de Estudos e Projetos	Recon	- Programa de Financiamento e Refinanciamento do Consumidor de Materiais de Construção
Fundap	- Fundação de Desenvolvimento Administrativo	SAGMACS	- Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais
Habi-Sebes	- Secretaria de Bem-Estar Social	SBPE	- Sociedade Brasileira de Poupança e Empréstimos
IBAM	- Instituto Brasileiro de Administração Municipal	UFRGS	- Universidade Federal do Rio Grande do Sul
IBESP	- Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política	UnB	- Universidade de Brasília
IPT/Fupam	- Instituto de Pesquisa Tecnológica/Fundação para Pesquisa Ambiental	USP	- Universidade de São Paulo

## NOTICIÁRIO

### Curso de Doutorado em História

A Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Paraná, anuncia a implantação do Curso de Doutorado aprovado pelo Conselho Nacional de Pós-Graduação em fevereiro de 1981.

O curso em nível de doutorado vem dar continuidade ao programa de pós-graduação em História, já em funcionamento contínuo desde 1972, quando foi criado o Curso de Mestrado.

Inicialmente, a área de concentração do Curso de Doutorado será a de História Demográfica.

Os interessados deverão escrever para:

Prof.<sup>a</sup> Altiva Pilatti Balhana  
Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes  
Universidade Federal do Paraná  
Rua General Carneiro,  
80.000 – Curitiba – PR

### Novo Centro de Estudos

Fundado em dezembro de 1980, o IDESP – Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo, é uma associação civil, sem fins lucrativos, sediada em São Paulo, SP, à rua Dr. Franco da Rocha, 163 (bairro de Perdizes). Dedicase prioritariamente ao estudo de temas macroeconômicos e políticos e à análise de problemas urbanos, notadamente no que se refere ao impacto de políticas públicas sobre as condições de vida da população.

O corpo de pesquisadores do IDESP é atualmente constituído por dez especialistas: *Acácio D'Ángelo Werneck*, engenheiro, possui extensa experiência em planejamento urbano; *Alkimar Ribeiro Moura*, economista, professor da Escola de Administração da FGV – SP, interessa-se sobretudo pelo estudo do setor financeiro e das relações econômicas internacionais; *Bolívar Lamounier*, Diretor-Presidente do IDESP, cientista político, é também professor da PUC-SP; *Betty Mindlin Lafer*, economista, professora da

EAESP, da FGV; *Carlos Osmar Bertero*, especialista em teoria das organizações, ensina administração na EAESP-FGV; *Celso Lafer*, cientista político, e professor da Faculdade de Direito da USP; *Maria do Carmo Campello de Souza*, professora de Ciência Política na USP; *Maria Teresa Sadek Ribeiro de Souza*, professora de Ciência Política na USP; *Maurício Eduardo Guimarães Cadaval*, sociólogo e Técnico em administração, possui extensa experiência em planejamento urbano; e *Sergio Miceli Pessoa de Barros*, sociólogo, professor da Escola de Administração de Empresas da FGV-SP.

O Conselho Diretor do IDESP é composto por 5 membros: *Bento Prado Jr.*, professor de filosofia da Universidade Federal de São Carlos; *Carmen Junqueira de Barros Lima*, antropóloga, professora da PUC-SP; *Leôncio Martins Rodrigues*, professor de Ciência Política da USP; *Plínio Dentzien*, professor de Ciência Política da UNICAMP; e *Tércio Sampaio Ferraz Jr.*,



advogado, professor da Faculdade de Direito da USP.

Quanto ao *Conselho Fiscal*, é composto por 6 membros: *Eduardo Kugelmas*, sociólogo; *Eugênio Franco Montoro*, advogado; *Henrique Bloch*, advogado; *John de Souza*, empresário; *Maria Sylvia Lauandos*, administradora universi-

tária; e *Mário Miranda Filho*, professor do Departamento de Filosofia da USP.

Endereço: Rua Dr. Franco da Rocha, 163  
Perdizes  
05015 – São Paulo – SP  
Tel: (011) 864-7136

## Seminário de Estudos Urbanos

O Iuperj, através do Grupo de Estudos Urbanos, deu início, em 20 de março último, a um ciclo de debates permanente, intitulado Seminário de Estudos Urbanos, reunindo pesquisadores, técnicos e estudantes de pós-graduação que venham desenvolvendo trabalhos e estudos ligados à problemática urbana.

O seminário tem como objetivos principais permitir o intercâmbio de experiências daqueles que, em diferentes partes do país, vêm trabalhando num certo isolamento, ressentindo-se de maior contato com outros pesquisadores. Pretende também, imprimir uma ênfase comparativa aos estudos urbanos, até agora desenvolvidos numa perspectiva "local" e de "estudos de caso". Finalmente, visa facilitar um maior entrosamento entre aqueles voltados para uma reflexão mais teórica e os envolvidos mais diretamente com a prática e o planejamento.

No primeiro semestre foram realizadas três sessões com as seguintes temáticas: 20 de março – *Violência Urbana*, coordenada por Guilherme O'Donnell e tendo como expositores Lucio Kowarick (USP), Alba Zaluar (Unicamp), Ruben Oliven (UFRGS), Luiz Antonio Paixão (Fundação João Pinheiro) e Maria Vitória Benevides (Cedec); 30 de abril – *Uso do Solo*, coordenada por Luiz Antonio Machado da Silva, tendo como expositores Gabriel Bolaffi (USP), Álvaro Pessoa (UFRJ), David Vetter e Rosa Massena (IBGE), e Luiz Cesar Queiroz Ribeiro (COPPE);

12 de junho – *Habituação*, coordenada por Lícia Valladares, tendo como expositores Carlos Nelson F. dos Santos (IBAM), Roberto Schmidt (IBGE), Raquel Rolnik (FAU/USP), Nabil Bonduki (FAU/USP) e Lícia Valladares (Iuperj).

Para o segundo semestre estão programadas quatro sessões com as seguintes temáticas: 7 de agosto – *Políticas Públicas para Áreas Urbanas*, coordenada por Eli Diniz, tendo como expositores Milton Santos (UFRJ), Antonio Octávio Cintra (Fundação João Pinheiro), Sérgio Azevedo (Fundação João Pinheiro), e Ana Maria Brasileiro (UNICEF); 18 de setembro – *Movimentos Sociais Urbanos*, coordenada por Renato R. Boschi, tendo como expositores Pedro Jacobi (Cedec), Pedro Castro (UFF), Eli Diniz (Iuperj), e Lícia Valladares e Renato Boschi (Iuperj); 30 de outubro – *Condições de Vida das Camadas Populares*, coordenada por Luiz Antonio Machado da Silva, tendo como expositores José Sérgio Leite Lopes (Museu Nacional), Maria Rosilene Alvim (Museu Nacional), e Vera Pereira (Finep); 27 de novembro – *Qualidade de Vida Urbana*, coordenada por Amaury de Souza, tendo como expositores Roberto Pereira Guimarães, Marcos Coimbra (UFMG), Hésio Cordeiro (UERJ) e Amaury de Souza (Iuperj).

Os seminários são realizados no auditório do IBAM (Largo do IBAM, n.º 1, Botafogo), no horário de 10 às 12 horas e das 14 às 17 horas.

**bib**

Sim, desejo receber regularmente e sem ônus, o Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais – BIB.

\_\_\_\_\_

nome

\_\_\_\_\_

instituição

\_\_\_\_\_

endereço

\_\_\_\_\_

cidade

estado

cep

\_\_\_\_\_

data

Este pedido deverá ser enviado à Editora do BIB, Rua da Matriz, 82 – Botafogo, CEP 22260 Rio de Janeiro, RJ.

✂

**bib**

Sim, desejo receber regularmente e sem ônus, o Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais – BIB.

\_\_\_\_\_

nome

\_\_\_\_\_

instituição

\_\_\_\_\_

endereço

\_\_\_\_\_

cidade

estado

cep

\_\_\_\_\_

data

Este pedido deverá ser enviado à Editora do BIB, Rua da Matriz, 82 – Botafogo, CEP 22260 Rio de Janeiro, RJ.

✂



### Resenhas Bibliográficas publicadas pelo BIB

- BIB 1** "Estado e Sociedade no Brasil: Uma Revisão Crítica"  
*Eli Diniz Cerqueira e Renato Raul Boschi*
- BIB 2** "Pontos de Vista sobre os Índios Brasileiros: Um Ensaio Bibliográfico"  
*Anthony Seeger e Eduardo Viveiros de Castro*
- BIB 3** "Estudos sobre Sindicalismo e Movimento Operário: Resenha de Algumas Tendências"  
*Luiz Werneck Vianna*
- BIB 4** "Revolução de 1930: uma Bibliografia Comentada"  
*Lúcia Lippi Oliveira*
- BIB 5** "Partidos Políticos, Representação e Processo Eleitoral no Brasil, 1945-1978"  
*Bolívar Lamounier e Maria D'Alva Gil Kinzo*
- BIB 6** "Os Movimentos 'Messiânicos' Brasileiros: Uma Leitura"  
*Alba Zaluar Guimarães*
- BIB 7** "Relações entre Negros e Brancos no Brasil"  
*Roque de Barros Laraia*
- BIB 8** "População e Política Populacional no Brasil: Uma Resenha de Estudos Recentes"  
*Amaury de Souza*
- BIB 9** "A Mulher na Força de Trabalho"  
*Maria Valéria Junho Pena*  
"Movimentos Sociais Urbanos"  
*Pedro Roberto Jacobi*
- BIB 10** "Estudos e Pesquisas sobre Família no Brasil"  
*Lia F. G. Fukui*

O BIB divulga periodicamente as atividades e realizações mais relevantes dos cientistas sociais brasileiros visando estimular a organização de uma rede de intercâmbio e cooperação institucional e científica.

O BIB, portanto, depende de você e da cooperação que você forneça.

Solicitamos o envio de comentários e de informações sobre teses, pesquisas e eventos para poder manter a continuidade do Boletim.

A correspondência pode ser enviada a

**Associação Nacional de Pós-Graduação e  
Pesquisa em Ciências Sociais  
Editoria do BIB**  
Rua da Matriz, 82 — Botafogo  
22.260 — Rio de Janeiro — RJ